

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA
VANESSA MARIA PEREIRA CALAÇA

TESTEMUNHOS DA DITADURA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO LIVRO
MEMÓRIAS DAS MULHERES DO EXÍLIO

UBERLÂNDIA
AGOSTO/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

VANESSA MARIA PEREIRA CALAÇA

TESTEMUNHOS DA DITADURA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO
LIVRO *MEMÓRIAS DAS MULHERES DO EXÍLIO*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof^a Dr^a Joana Luiza Muylaert de Araújo.

UBERLÂNDIA

AGOSTO/2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C141t Calaça, Vanessa Maria Pereira, 1991-
2016 Testemunhos da ditadura : a construção da memória no livro Memórias das mulheres do exílio / Vanessa
Maria Pereira Calaçã. - 2016.

116 f. : il.

Orientadora: Joana Luíza Muylaert de Araújo.
Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em
História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Brasil - História - 1964-1985 - Teses. 3. Mulheres - Brasil - Exílio -
Teses. 4. Exílio - Narrativas pessoais - Teses.
I. Araújo, Joana Luíza Muylaert de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

VANESSA MARIA PEREIRA CALAÇA

TESTEMUNHOS DA DITADURA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO
LIVRO *MEMÓRIAS DAS MULHERES DO EXÍLIO*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof^a Dr^a Joana Luiza Muylaert de Araújo.

Uberlândia, 25 de agosto de 2016.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a Dr^a Joana Luiza Muylaert de Araújo (UFU)

Prof^a Dr^a Regma Maria dos Santos (UFU/UFG)

Prof^o Dr^o Getúlio Nascentes da Cunha (UFG/ Catalão)

Dedico esta dissertação ao meu pai Antônio e minha tia Áurea.
Mesmo já não estando em nosso meio, estarão guardados
sempre em nossas memórias!

AGRADECIMENTOS

Construir um texto, e principalmente desenvolver uma pesquisa, não é algo simples, requer muita perseverança e dedicação. Considero que desenvolver essa pesquisa foi mais do que isso; foi um compromisso com essas mulheres. Não foi fácil para nenhuma delas se expor, contar suas experiências, relatar o mais íntimo de suas vidas. Portanto, começo esses agradecimentos agradecendo a elas por terem lutado contra o esquecimento, por terem coragem de escrever suas histórias.

Gostaria de agradecer a Deus por ter me ajudado a superar momentos difíceis durante esse processo e principalmente me ajudado a não desistir.

A meu pai Antônio (*in memoriam*), por estar sempre junto de mim, o senhor sempre nos incentivou a buscar o melhor e estudar. Espero que esteja muito feliz com essa nossa conquista. Minha mãe, Eliane, mulher batalhadora, que me ajudou muito nessa caminhada de dois anos, me apoiando e ajudando.

Aos meus irmãos, Juliane e Juninho, pelo companheirismo, compreensão e também pelas broncas. Tenho o privilégio de poder ter vocês ao meu lado. E a toda a minha família, meus tios, primos, avós.

Agradeço, em especial, ao meu amigo, companheiro e namorado Reubert. Desde o começo quando iniciamos o processo eu tinha para mim que só queria fazer o mestrado se você fosse comigo. Nossa caminhada da graduação foi junta, um apoiando o outro, e não queria que a do mestrado fosse diferente. Obrigada por todo o apoio, compressão, pelas infinitas vezes que você leu meu trabalho, discutiu. Agradeço imensamente por tê-lo do meu lado.

Aos meus amigos das conversas, das risadas, da fofoca, Ana Cecília, Rodrigo, Laiane que ajudaram principalmente com discussões, momentos de descontração. Aos amigos de toda hora, Fernanda Pires, Daniel, Cida, Fernanda Mendes, Isabella, Beatriz, João Paulo com quem compartilhei angústias, desesperos. Ao Frederico pelo carinho com que leu meu texto e me ajudou a aparar as ideias.

A todos os meus professores do curso de História da UFG/Catalão que ajudaram na minha formação, professora Márcia, Eliane, Luzia, em especial a professora Regma, que aceitou fazer parte da banca. E ao Getúlio, professor esse de muitas caminhadas, muitas discussões, puxões de orelha, livros emprestados, e-mails trocados, essa minha conquista só foi possível pelo seu apoio.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Joana, primeiramente pela confiança, por ter me aceitado como sua orientanda antes mesmo de ter me conhecido e por todos os ensinamentos, paciência, carinho e dedicação. Espero que possamos ainda nos encontrar bastante.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFU, pelos ensinamentos.

E ao Programa de Pós-Graduação em História da UFU pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa.

A memória é o espelho onde observamos
os ausentes. (Joseph Joubert)

RESUMO

A Ditadura Militar foi um período marcante na História do Brasil e há muitos debates sobre qual memória é a “verdadeira”, qual memória desse período tem que ser preservada. Todas estas relações de preservação e construção da memória da ditadura nos trazem questões pertinentes para entender como nós, enquanto sociedade, lidamos com o nosso passado histórico. Este trabalho intitulado *Testemunhos da Ditadura: a construção da memória no livro Memórias das Mulheres do Exílio* tem como objetivo discutir as memórias que foram produzidas pelas exiladas brasileiras durante a Ditadura Militar. Este foi um período marcante que está em constante construção pelos mais diversos grupos e sujeitos, e pretendemos inserir essas mulheres também nesse debate. Utilizaremos para a realização desta pesquisa a obra *Memórias das mulheres do exílio*, que foi publicada em 1980 pela editora Paz e Terra, onde está presente o testemunho de 43 mulheres diferentes, mas que se encontram na mesma situação: exiladas. O exílio é o estar fora de casa, longe de seu lugar de origem; e esse distanciamento do Brasil proporcionou a essas mulheres um momento de avaliação sobre suas vidas, militância. Esta documentação, bem como a bibliografia, foi usada a fim de cumprir nossos objetivos de averiguar que memória da Ditadura Militar está sendo construída nos relatos das exiladas; qual o significado atribuído por elas a esse período e aos temas como a tortura, o exílio, as prisões, militância, e o trauma.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Exílio; Mulher; Memória.

ABSTRACT

The military dictatorship was a remarkable period in the history of Brazil and there is much debate about which memory is the "true", which memory of this period has to be preserved. All these preservation of relationships and building the dictatorship of memory in bring relevant issues to understand how we as a society, we deal with our past history. This work entitled *Testimonies of the Dictatorship: the construction of memory in the book Memories of Exile Women* aims to discuss the memories that were produced by brazilian exiled during the military dictatorship. This was a remarkable period that is constantly building by various groups and individuals, and we intend to put these women also in this debate. We use to this research the work *Memories Women's exile*, which was published in 1980 by Paz e Terra publishing house, where it is present the testimony of 43 different women, but who are in the same situation: exiled. Exile is being away from home, far from their place of origin; and this detachment from Brazil gave these women a time of assessment of their lives, militancy. This documentation as well as the bibliography, was used in order to meet our objective to ascertain that memory of military dictatorship is being built in the accounts of exiled; the meaning assigned by them to that period and issues such as torture, exile, imprisonment, militancy, and trauma.

Keywords: Military dictatorship; Exile; Woman; Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: “Um CONVITE: Elaboraremos juntas as nossas memórias”	27
1.1 – O que se conta sobre a Ditadura Militar: O ato de lembrar e o ato de esquecer	27
1.2 – História, Memória e Ditadura Militar	33
1.3 – A memória como ato de resistência	40
CAPÍTULO II: “A gente traz um universo cheio de mortes”- militância, torturas e exílio.....	51
2.1 – “O que é que eu vou fazer?": O exílio enquanto transformação.....	51
2.2 “Mulheres invisíveis”?: Os papéis das mulheres dentro das militâncias	61
2.3 – “O que é que a gente faz?": Os relatos sobre as torturas	69
CAPÍTULO III: “Foi um pesadelo em cima do outro” ”: Exílio pela perspectiva das sensibilidades: Trauma, Sentimentos e transformações	81
3.1 – Noções de trauma e a escrita da História	81
3.2 – Exílio como lugar sensível.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
FONTES:.....	106
REFERÊNCIAS:.....	106
ANEXO I.....	115
ANEXO II.....	116

INTRODUÇÃO

“(…) por uma espécie de obrigação moral para com os emudecidos ou, então, para nos livrarmos de sua memória: com certeza o fazemos por um impulso forte e duradouro”. (LEVI, 1990, p.48)

Iniciamos nossas discussões com uma fala emblemática de um dos sobreviventes dos horrores praticados em Auschwitz. O autor italiano Primo Levi descreveu em vários de seus livros os horrores e as marcas que sua passagem pelo campo de concentração deixaram, não apenas no corpo, mas também na memória. Memórias tão assombrosas e difíceis de serem concebidas que chegam ao limite da própria dúvida, se aqueles fatos narrados pelo autor realmente ocorreram ou se são apenas frutos da imaginação. Porém, Levi não é o único sujeito a passar por horrores durante o século XX.

Esse excerto do Primo Levi provoca uma sensibilidade quase total, principalmente por causa do período em que ela está inserida. Um personagem que passou por um evento tão traumático como o Shoah¹ não quer deixar que suas lembranças, as memórias desse acontecimento caiam no esquecimento. Levi sente essa obrigação latente, e por que não dolorida, mas necessária. Ele, entre vários sujeitos que passaram por eventos traumáticos, faz a mesma reflexão: narrar para não esquecer.

No prefácio do livro *Os afogados e os sobreviventes*, Levi narra a tortura psicológica feita pelos nazistas. Além de toda a dor e angústia que os prisioneiros passavam nos campos de concentração, ainda tinham que continuar o resto de seus dias pensando que suas memórias, seus sofrimentos poderiam desaparecer.

¹ O termo Shoah é originário do hebraico e substitui a palavra Holocausto. Há uma batalha pela utilização de um dos termos, uma das justificativas da não utilização do termo Holocausto é que ele carregaria um caráter religioso, sendo utilizado em várias passagens na Bíblia e na Torá ele teria um “caráter voluntário e passivo à morte” (DANZIGER, 2007, p. 02). A autora Leila Danziger faz uma discussão muito interessante sobre a utilização desses dois termos (e outros como Churban, Solução Final e Auschwitz - mas que não iremos nos debruçar sobre elas agora), e explica que nenhum deles na verdade dá conta de representar o que realmente o evento foi na sua totalidade, mas que a palavra *Shoah* seria aquela que melhor consegue: “Menos específico e, portanto, mais flexível que *Churban*, em *Shoah*, não obstante, está contida a representação deuteronômica da devastação e sentença divinas. Mas o lastro religioso foi progressivamente esvaziado por historiadores, escritores e teólogos que, em Israel, recusaram o endereçamento do conceito a suas raízes religiosas e sua interpretação em sentido metafísico, alterando assim suas pesadas conotações de expiação e castigo. O modo como o próprio termo é utilizado atualmente contém novos significados e, à luz de seu passado bíblico, informa experiências atuais”. (DANZIGER, 2007, p. 03)

[...] recordam que os SS se divertiam avisando cinicamente os prisioneiros: “Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos, ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança, dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história do Lager” – campos de concentração. (LEVI, 2004, p. 09)

Talvez por isso Levi, apegado a essa ideia de não deixar os nazistas ditarem a história dos campos de concentração, venha através de seus livros fazer todo esse esforço de preservação das memórias dos sobreviventes.

Embora não estejamos lidando diretamente com os testemunhos dos sobreviventes do Holocausto, mas, sim, com aquelas que sobreviveram às mazelas da Ditadura Militar Brasileira, os testemunhos de sujeitos que passaram por outros eventos traumáticos nos ajudam a entender e refletir sobre o nosso próprio passado. Traçamos um paralelo entre Levi e as testemunhas da Ditadura; aquelas que vivenciaram profundamente a Ditadura Militar não puderam voltar para narrar suas histórias, cabendo apenas às sobreviventes ou àquelas que conseguiram se distanciar do Brasil o dever de memória.

Narrar eventos limites é algo difícil, eventos em que pessoas passaram por momentos de dificuldade, conturbados, marcados pela violência e principalmente pelo trauma. Mas mais difícil do que narrar é o ato de se (re)lembrar, memorizar esses momentos que muitas vezes essas pessoas querem esquecer. Tocamos aqui em alguns pontos importantes para pensarmos em eventos limites: o ato de narrar, (re)lembrar, memorizar e esquecer. Esses pontos perpassam alguns momentos históricos traumáticos que discutiremos no decorrer do trabalho.

O século XX é marcado por uma série de eventos traumáticos, entre os quais o principal seria a Shoah, sobre essa experiência há vários relatos considerados *literatura de testemunho*. A autora Valeria Marco em seu artigo *A literatura de testemunho e a violência de Estado* destaca que a partir de 1990 esse termo vem sendo utilizado com mais frequência e que às vezes seu significado é impreciso, mas é utilizado em muitas ocasiões para designar um tipo de escrita cujo foco principal é narrar um acontecimento traumático, marcado pela violência. A autora também analisa que a literatura de testemunho aparece em duas concepções, tanto

sobre a literatura produzida na América Latina após as Ditaduras, como também as reflexões sobre o Shoah.

Considerando a necessidade de rigor na atividade da crítica literária, cabe, em primeiro lugar, reconhecer e avaliar no âmbito estritamente teórico a existência de duas grandes concepções de literatura de testemunho bem como o fato de que elas não dialogam entre si até o momento. Uma delas desenvolve-se no âmbito dos estudos sobre a literatura latino-americana; outra é dominante no campo da reflexão sobre a *Shoah*, termo amplamente utilizado para substituir a palavra holocausto. (MARCO, 2004, p. 45)

O autor Márcio Seligmann-Silva não gosta de utilizar essa terminologia, já que, para ele, ela não é um gênero literário. Explica que ele percebe uma *face da literatura* que é evocada em épocas de catástrofes, eventos marcados pela violência, pelo trauma.

A questão do testemunho tem sido cada vez mais estudada desde os anos 1970. Para evitar confusões devemos deixar claro dois pontos centrais: (a) Ao invés de se falar em “literatura de testemunho”, que não é um gênero, percebemos agora uma *face da literatura* que vem à tona na nossa época de catástrofes e que faz com que toda a história da literatura — após duzentos anos de auto-referência — seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “*teor testemunhal*” que marca toda obra literária (mas, repito, que aprendemos a detectar a partir da concentração deste teor na literatura e escritura do século XX). Este teor indica diversas modalidades de relação metonímica entre o “real” e a escritura. (b) Em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação. (SELIGMANN-SILVA, s.d, p. 01)

Seligmann-Silva ainda destaca que ao trabalhar com testemunho algumas coisas são colocadas em discussão, principalmente a relação entre literatura e ficção.

O conceito de testemunho concentra em si uma série de questões que sempre polarizaram a reflexão sobre a literatura: antes de qualquer coisa, ele põe em questão as fronteiras entre o literário, o fictício e o descritivo. E mais: o testemunho aporta uma *ética da escritura*. Partindo-se do pressuposto, hoje em dia banal, que não existe “grau zero da escritura”, ou seja, a literatura está ali onde o sujeito se manifesta na narrativa, não podemos deixar de reconhecer que, por outro lado, o histórico que está na base do testemunho exige uma visão “referencial”, que não reduza o “real” à sua “ficção” literária. Ou seja, o testemunho impõe uma crítica da postura que

reduz o mundo ao verbo, assim como solicita uma reflexão sobre os limites e modos de representação.

O conceito de testemunho tornou-se uma peça central na teoria literária nas últimas décadas devido à sua capacidade de responder às novas questões (postas também pelos estudos Pós-coloniais) de se pensar um espaço para a escuta (e leitura) da voz (e escritura) daqueles que antes não tinham direito a ela. Daí também este conceito ter um papel central nos estudos de literaturas de minorias. (SELIGMANN-SILVA, s.d, p. 01-02)

Diversos autores já analisaram e ainda analisam a importância desses testemunhos para a História, o registro dessas pessoas que passaram pela barbárie dos campos de concentração e que trazem suas memórias para que o que tenha acontecido não se repita e nem caia no esquecimento. Com o fim das ditaduras latino-americanas vários e várias personagens também vão aparecer para contar suas memórias.

O tema ditadura durante esses últimos anos está em alta no Brasil, por causa da discussão sobre a abertura dos arquivos, polêmicas na mídia, o trabalho da Comissão da Verdade e outros debates políticos.

Sobre a discussão da abertura dos arquivos, não se sabe ao certo se ainda há documentação a ser descoberta, mas a grande questão que envolve esta abertura é a pressão por parte principalmente daquelas famílias que tiveram seus parentes desaparecidos, que até hoje não sabem o paradeiro deles e que, portanto, não tiveram direito de enterrar e prantear seus mortos. Entende-se que a abertura dos arquivos trará uma luz a estas famílias para a confirmação se seus parentes de fato morreram, onde foram enterrados. Em 2009, durante o governo Lula, foi criado o projeto Memórias Reveladas que visava dar acesso a documentos sobre a repressão durante a Ditadura no país, porém, apenas os documentos que estavam em posse da ABIN (Agência Brasileira de Informações) foram repassados ao acervo do projeto, os documentos com as Forças Armadas ainda continuam secretos.

A ditadura também foi discutida durante as eleições presidenciais de 2010, quando a então candidata Dilma Rousseff sofreu uma série de ataques pessoais devido ao seu passado militante contra a ditadura. Ex-militante, simpatizante na Organização Revolucionária Marxista e posteriormente participante do Colina (Comando de Libertação Nacional), Dilma entra na clandestinidade em 1969 para proteger sua vida. O que surgiu na mídia foi que ela teria participado de assaltos a bancos, roubos ao Exército, entre outras coisas. O fato da militância contra a Ditadura foi explorado nas eleições de 2010 para descredenciá-la moralmente como

uma candidata. Embora os adversários não a atacassem diretamente em suas campanhas, e no meio tempo também tentassem se inserir como militantes políticos favoráveis à redemocratização (porém com um histórico de lutas mais “organizado”), esses eventos provocaram muita discussão no período das eleições, mas não a impediram de ser eleita.

O PT entre 2010 e 2014 trabalhou o *marketing* pessoal de Dilma divulgando as imagens dela enquanto prisioneira e em julgamento perante um tribunal dos militares, além da sua história de luta no grupo Colina. Tais ações visavam reforçar a figura da presidenta como defensora dos interesses do povo em tempos difíceis. Porém, os debates políticos em outros espaços como as redes sociais tomaram uma dimensão de desconstruir esta imagem de Dilma Rousseff, colocando-a não como uma combatente, mas como uma criminosa. Respeitando todo contexto do debate eleitoral de 2014, tais alegações não foram suficientes para impedir sua reeleição.

Ressaltamos brevemente a figura de Dilma Rousseff por percebermos que a mesma trouxe à luz do debate o período da Ditadura Militar, principalmente a atuação das mulheres nos grupos de resistência. Devido também aos acontecimentos contemporâneos a este trabalho se torna importante discutirmos esse período da nossa história. Agora temos uma mudança no discurso da oposição, no sentido de ligar a figura da então presidenta a um discurso antidemocrático. E até onde isto é plausível ou não? Será que as nossas memórias também não trariam contribuições importantes para este debate?

Em março de 2011 diversas instituições militares espalhadas pelo Brasil se prepararam para comemorar os 47 anos da “revolução”. O dia 31 de março é um marco para os militares, data em que a Ditadura foi instalada e vários setores das Forças Armadas se organizaram para relembra-la.

Em março de 2011, nas vésperas dos 47 anos do golpe civil-militar que derrubou o governo de João Goulart (1961-1964), diversas instituições militares espalhadas pelo Brasil preparavam-se para suas atividades comemorativas em alusão à “revolução”. Isso não era novidade alguma entre as Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica –, visto que desde o primeiro momento após os acontecimentos do dia 31 de março de 1964 houve um esforço por parte da ditadura para que a data fosse lembrada como um marco divisor na história brasileira. Nesse sentido, o movimento golpista ficou sendo visto como aquele que “salvou” o país das garras do comunismo, do atraso econômico, da corrupção e da baderna, encaminhando assim a nação para a prosperidade. No entanto, em 2011 a comemoração foi retirada do calendário oficial das Forças Armadas por determinação do ministro da Defesa Nelson Jobim,

cumprida pelo comandante do Exército general Enzo Peri, o que provocou indignação por parte daqueles que continuavam a defender o golpe e a ditadura civil-militar. (CHAVES, 2014, p.57)

No ano de 2012 a mesma situação se repetiu, alguns setores mais conservadores do Exército queriam voltar a comemorar a data. Esses setores do Exército ainda não reconhecem o golpe dado em 30 de maio de 1964 como uma usurpação do poder frente a um governo legitimamente eleito e procuram legitimar sua posição de várias maneiras, e a comemoração, enquanto ato de memória, é uma delas. Mas este fato provocou grande alvoroço tanto na mídia quanto em parte da população que se viram chocados com aqueles militares e outras pessoas que estiveram envolvidos com o golpe e com a ditadura – que não sofreram nenhum tipo de punição – quererem comemorar a data que instalou um período tão repressivo no Brasil.

Abaixo destacamos trechos da reportagem do jornal *O Globo* que fala sobre o ocorrido na cidade do Rio de Janeiro.

RIO - Terminou em confusão, corre-corre e pancadaria na tarde desta quinta-feira o protesto contra a comemoração pela passagem dos 48 anos do golpe militar de 1964. Enquanto cerca de 300 militares da reserva participavam do evento, chamado de “1964 — A Verdade”, na sede do Clube Militar, em frente à Cinelândia, pelo menos 350 pessoas, entre elas representantes de PT, PCB, PCdoB, PSOL, PDT e outros movimentos sociais de esquerda, fizeram a manifestação na frente das duas entradas do prédio, na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Santa Luzia. Um dos manifestantes foi detido pela polícia e liberado após prestar depoimento. Outros dois ficaram feridos ao serem atingidos estilhaços de bombas de efeito moral.

O grupo que participou do protesto, organizado pelas redes sociais na internet, levou bandeiras, faixas e cartazes com frases como “Ditadura não é revolução” e “Onde estão nossos mortos e desaparecidos do Araguaia?”, além de fotografias de vítimas durante os anos de chumbo. Parentes de desaparecidos também compareceram ao local. Do lado de dentro, no auditório do clube, militares criticaram a criação da Comissão da Verdade, que investigará, sem punição, casos de violações de direitos humanos na ditadura militar, e defendiam as ações do período, entre 1964 e 1985. (O GLOBO, 29/03/2012)

As ações dos manifestantes não se restringiram apenas ao ato no Clube Militar. Outras reportagens do mesmo período mostram ações como pichações nas casas de ex-militares com os dizeres “aqui mora um torturador”, faixas pedindo explicações sobre o paradeiro dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, tumultos, ofensas verbais, entre outros. Tais reportagens levantam várias outras

questões e necessitam de uma análise mais pontual, pois estes acontecimentos geraram certa comoção aos dois lados: de um os militares “abismados” com a ação dos manifestantes e, de outro, parte da população que ficou sem entender o porquê da comemoração da data de instalação de um período tão conturbado no Brasil. Sobre esse assunto poderíamos nos delongar muito, justamente porque esse episódio nos permite perceber a disputa que há para estabelecer uma memória oficial sobre 1964.

Essa discussão também foi travada em 2014 quando “comemorou-se” os 50 anos do Golpe. Várias palestras, simpósios, debates foram feitos em celebração, discutindo principalmente se foi um golpe ou uma revolta.

Não podíamos também deixar de nos lembrar da instauração da Comissão da Verdade. Em 2012, o governo federal nomeou um grupo de juristas, professores, advogados, psicólogos para se integrar a essa comissão com o intuito de investigar os crimes cometidos por agentes do Estado durante a Ditadura. Essa ação não tinha o caráter de por fim à Lei da Anistia, mas discutir e investigar o desaparecimento de pessoas, as detenções ilegais, o uso da tortura, a ocultação de cadáver.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (Lei nº 12.538, de 18 de novembro de 2011).

Com o intuito bem claro, como colocado na lei supracitada, a Comissão pretendia efetivar o direito à memória, a busca da verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Não iremos discutir se de fato esses objetivos traçados pela lei foram alcançados, mas essa era sua finalidade, como também ressalta a presidente Dilma no discurso de cerimônia de instalação da Comissão:

O senhor diretas, como aprendemos a reverenciá-lo, disse uma vez: “a verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. A verdade não mereceria este nome se morresse quando censurada.” A verdade, de fato, não morre por ter sido escondida. Nas sombras somos todos privados da verdade, mas não é justo que continuemos apartados dela à luz do dia.

Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade, temos o direito de esperar que, sob a democracia, a verdade, a memória e a história venha à superfície e

se torne conhecidas, sobretudo, para as novas e as futuras gerações.

A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. É algo tão surpreendentemente forte que não abriga nem o ressentimento, nem o ódio, nem tampouco o perdão. Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento. É memória e é história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu.

Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições².

Embora a Comissão não tivesse autoridade para punir e julgar os militares acusados, políticos e empresários envolvidos, ela reabriu uma discussão que estava adormecida, abriu um baú de achados históricos. Através da Comissão algumas perguntas foram respondidas, casos tomaram outros desfechos, como, por exemplo, o da família do jornalista Vladimir Herzog, que conseguiu mudar a declaração de óbito do mesmo de suicídio para assassinato.

Percebemos pelos fatos citados nos parágrafos anteriores que nestes últimos anos tem fervilhado uma série de debates, e por que não alguns avanços, sobre a Ditadura, tornando a um campo muito fértil para as discussões que pretendemos travar.

Em uma pesquisa realizada anteriormente na graduação intitulada *Vozes do Exílio: as memórias das mulheres exiladas durante a Ditadura Civil-Militar* analisamos memórias de mulheres que durante a Ditadura Militar tiveram que se exilar. Pesquisamos como foi esta experiência do exílio e o que a mesma provocou na vida destas mulheres. Utilizamos para isto o livro *Memória das mulheres do exílio*, em que as organizadoras formaram um grupo e construíram um projeto com a finalidade de reunir e resgatar as memórias das mulheres brasileiras exiladas, que se encontravam nos mais diversos cantos do mundo.

Na análise desta documentação vimos como foi difícil para essas mulheres saírem de seu país de origem e viverem no exterior. Foram os mais diversos motivos que as levaram, desde o banimento, a perseguição política, o medo de serem mortas por causa de suas participações contra a ditadura, à vida política de seus pais, maridos, filhos; ou apenas por não conseguirem viver em um país sem

² Retirado do site: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df>, acessado dia 16/09/2015 às 21: 46.

liberdade. Suas memórias mostram a angústia de deixarem suas famílias, amigos e irem viver em países com línguas e costumes diferentes, sem perspectiva de um retorno ao Brasil. Como ressalta Emília Viotti da Costa (exilada que analisaremos posteriormente):

No exílio muito se aprende, mas o exílio é também um atraso de vida: um processo de infantização, pois que o exilado tem de certa forma de ser 'ressocializado'. Ele (ou ela) tem que aprender uma nova língua e esse aprendizado leva anos. Muito poucos são os exilados que conseguem um perfeito domínio dessa nova língua. Por maior que seja o seu conhecimento, o exilado nunca adquire a certeza de suas palavras. E o que é pior: ele perde o domínio da sua própria língua. Se vive de palavras (é escritor, jornalista, sociólogo, historiador...), ou porque escreve, sente ainda mais agudamente este problema. E quando, a duras penas, consegue reduzir o número de suas gafes verbais, descobre que não se trata de traduzir palavras apenas, mas toda uma etiqueta. Não é apenas a maneira de dizer as coisas que é diferente, são também os gestos, e não apenas os gestos, mas o que eles ocultam: a maneira de pensar e de sentir. Pouco a pouco o exilado verifica que as mesmas dificuldades encontradas na tradução da linguagem encontram-se na tradução da sua maneira de ser. Toda a sua identidade é questionada. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.394)

Nesse pequeno excerto do relato de Emília percebemos o sentimento de não pertencimento, ela dá o exemplo da dificuldade em aprender e falar outra língua, novos costumes. Mas como ressalta não se trata apenas de traduzir ou aprender uma nova língua, é uma nova maneira de ser, a identidade que possuía no Brasil já não serve mais, ou não se reconhece mais nela.

No decorrer da realização desta pesquisa, com a leitura da documentação e da bibliografia, ainda ficou uma indagação sobre o período da Ditadura. Mulheres como as que analisamos mesmo tendo sofrido, passado por uma série de torturas, momentos que preferiam esquecer, vêm através de seus depoimentos tentar não deixar que suas lutas e sofrimentos durante a ditadura sejam perdidos. Porque desse esforço todo de não deixar essas memórias desaparecerem?

Todas estas relações de preservação e construção da memória da ditadura nos trazem questões pertinentes para entendermos como nós, enquanto sociedade, lidamos com o nosso passado histórico. Pensando sobre estas inquietações e para tentar respondê-las utilizaremos como objeto dessa pesquisa o livro *Memória das mulheres do exílio*, editado pela Paz e Terra em 1980. Esta é uma obra riquíssima que traz diversos depoimentos de mulheres que passaram pela experiência do exílio durante a Ditadura Militar brasileira. O livro faz parte de um projeto que visou

organizar e coletar depoimentos de diversos brasileiros que foram para o exterior durante o período ditatorial do país.

O primeiro volume, intitulado *Memórias do exílio: De muitos caminhos*, conta com os relatos principalmente de homens exilados. No início desta primeira obra os organizadores fazem uma pequena introdução sobre o projeto por eles proposto, e colocam essa importância da memória que estavam tentando preservar.

O segundo volume no qual centralizaremos nossa análise é dedicado apenas a depoimentos de mulheres exiladas. A obra é composta por 43 relatos de muitas mulheres, com idades e realidades diversas. Organizado por Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola, Valentina da Rocha Lima³, todas exiladas. Em 1976, elas formaram um grupo e construíram um projeto com a finalidade de reunir e resgatar as memórias das mulheres brasileiras exiladas, que se encontravam nos mais diversos cantos do mundo.

Esta é a minha história, a sua história, a história dela. Este livro é uma obra coletiva, que tem início com DE MUITOS CAMINHOS⁴..., e percorre um longo caminho – desde o ‘ eu não tenho nada para dizer’, desde nós quatro até um NÓS maior – em que vidas, sentimentos, intimidades, alegrias e dores diversas foram saindo de cada uma para transformar-se em todas nós. Como tudo sua história, a deste livro começa no encontro do projeto MEMÓRIAS DO EXÍLIO com o grupo de mulheres brasileiras em Lisboa, lá na casa da Marie, onde nos reunimos já pelo fato mesmo do exílio, pois que era esta a condição própria, vivenciada, específica e comum deste grupo. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.15.)

É uma obra coletiva, com diversas “autoras”, em que algumas se identificaram e outras não, preferindo o anonimato. Foi através de roteiros prontos e entrevistas espontâneas que se compôs esta obra. As organizadoras tiveram algumas dificuldades com mulheres que colocavam que não tinham nada a dizer, talvez pelo simples fato de não se considerarem exiladas, ou colocarem que não compartilhavam da mesma experiência, ou por acharem que suas experiências não eram relevantes.

Por que um volume de mulheres? Tantas maneiras de responder, tantas respostas envolvidas. Talvez porque nem sempre as mulheres

³ Albertina de Oliveira Costa é socióloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, ela continua discutindo e promovendo diálogos sobre gênero, mulher. Maria Teresa Porciuncula Moraes é atualmente produtora de documentários. Norma Marzola foi ex-pesquisadora da UFRGS na área de educação. Valentina da Rocha Lima é fundadora da seção de história oral da CPDOC/ FGV.

⁴ Referência ao primeiro volume da obra *Memórias do exílio*, intitulado *Memórias do exílio- 1964-19???*- De muitos caminhos, organizado por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos.

se sentiram incluídas quando partiu o convite inicial para que os exilados escrevessem as suas memórias. Talvez porque não se considerassem exiladas, ou não fossem como tais consideradas pelo projeto, aquelas cujas vidas foram profundamente afetadas por acompanharem marido, companheiro, filhos e pais. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.16.)

Não há um esquema definido para a narração dos acontecimentos, em alguns casos as memórias vêm através de roteiros de entrevistas, em outros como se fosse um diário. As organizadoras da obra procuraram não fazer algo engessado para todas, preferiram deixá-las livres, trazendo suas memórias da forma que achassem melhor e mais fácil de resgatá-las.

A autora Ana Maria Colling (1997, p.10) em seu trabalho sobre a resistência da mulher à Ditadura coloca a importância de “recuperar esses sujeitos destinados ao silêncio das paredes domésticas”. E esse é o principal foco das organizadoras, pois consideram que é necessário introduzir as mulheres no debate histórico.

Roger Chartier em seu livro *A história cultural: entre práticas e representações* faz oito ensaios sobre sua insatisfação perante a história cultural francesa dos anos 1960 e 1970. O debate acerca da historiografia francesa se encontrava em um momento importante, principalmente com a virada linguística e a crítica em relação à narrativa histórica. Em sua discussão, Chartier elabora uma linha argumentativa nos mostrando como a História Cultural foi se constituindo e abrindo caminhos para novas possibilidades de análise do passado. Uma das ideias a que ele se dedica é pensar a *representação* e seus usos. Destaca várias interpretações que poderíamos ter deste conceito, como a representação como aquilo que está ausente ou apresentação de algo ou alguém.

[...] por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro lado, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. (CHARTIER, 2002, p. 20)

Entendemos por sua perspectiva que o trabalho do historiador se baseia em representações do passado elaboradas em um determinado contexto histórico, político, social e cultural. Por se tratar de um passado em movimento, ou seja, um passado em constante processo de elaboração, reconstrução e interpretação a partir do presente, cabe ao historiador se ater às disputas de sentidos dados a estas representações.

Para tornar esta explicação mais clara o autor utiliza alguns exemplos referentes às produções materiais elaborados em determinados períodos históricos, que por muito tempo foram elencados ao espaço do folclore pela historiografia positivista, principalmente. É possível compreender partes deste passado através destes vestígios, destas representações materiais tais como bonecos de cera ou de madeira, que eram colocados em cima dos caixões de reis durante os funerais para *representarem* o morto; ou símbolos como o leão que *representa* o valor, o pelicano, o amor maternal, entre outros exemplos (CHARTIER, 2002, p. 20)

As representações têm seus sentidos construídos pela sociedade, pois cada grupo dentro de uma sociedade tece as suas interpretações sobre um determinado fato ou objeto, utiliza-o da maneira mais apropriada, de acordo com seus interesses. Cabe àquele que se lança no desafio de interpretar os fenômenos históricos se ater a estes sentidos em disputa, a estas lutas de representação.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de que os utiliza. (CHARTIER, 2002, p.17)

A sociedade ao tentar dar sentido a estas representações e ao fazer uso das mesmas o faz imbuída de intencionalidades, principalmente aqueles grupos que buscam obter controle dos campos de disputa pelo poder. Talvez para obter o controle político sobre outro grupo ou se impor perante o restante da sociedade. Para além dos usos políticos, o conceito de representação nos ajuda a entender de onde partem determinadas falas referentes ao passado, ou seja, quem está contando, o que está sendo preservado e aquilo que está relegado ao esquecimento. O autor analisa que falar sobre representações é se colocar no “campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. CHARTIER, 2002, p.17)

Inserimos nosso objeto – o testemunho – dentro deste campo de disputas. Utilizando este conceito trabalhado por Chartier sobre lutas de representação vemos que a escrita do *livro Memória das Mulheres do Exílio* é uma forma de as mesmas criarem suas representações sobre o período da Ditadura Militar. A fala delas é um campo de tensão dentro deste debate a respeito da própria Ditadura. Através destas disputas sobre o quê e de como contar sobre a Ditadura, somos levados a ponderar

as mais diversas representações feitas sobre este período. Como já dito anteriormente, nossa sociedade se lança ao debate acerca deste passado recente, buscando entender as construções e apropriações de sentidos em palavras como golpe ou revolução, quais os campos políticos que disputavam o controle do país, como estabeleciam seus diálogos entre outros. Nesse sentido, entendemos o esforço que estas mulheres fizeram para preservar as suas memórias, as suas representações deste período. Elas almejavam através de todos os seus esforços se inserirem na história e construir suas representações sobre o período em oposição à fala dos próprios militares.

Visando restringir um pouco mais os caminhos pelos quais esta pesquisa seguirá, buscaremos investigar que memória da Ditadura Militar está sendo construída nos relatos das exiladas, qual o significado atribuído por elas a esse período e a temas como tortura, exílio, prisões, militância, utopias e, principalmente, trauma.

Sabemos que não é um trabalho simples, principalmente porque toca em feridas que ainda não foram curadas (e que talvez nem sejam), além disso, porque os relatos são subjetivos, cada uma relatando o que mais lhe marcou, o que elas consideram necessário registrar, e nessa “brincadeira” muitas coisas também foram deixadas de serem anotadas.

O volume que iremos analisar abarca quarenta e três relatos diferentes, com realidades diferentes, os mais diversos lugares de exílio, as mais diversas experiências. Para o desenvolvimento dessa pesquisa “escolhemos” aqueles que seriam pertinentes para a análise no momento. A seleção foi bem cautelosa, pois mesmo sabendo da importância de o historiador se manter neutro perante fontes é complicado o não envolvimento dos sentimentos, o apreço que acaba aparecendo por determinado relato, a viagem, o sentimento de saber um pouco mais e até ser expectador da vida dessas mulheres.

Separamos aqueles que nos proporcionavam uma maior reflexão e esclarecimento dos objetivos traçados por nós. Há relatos muito curtos que não permitem uma maior investigação, já outros que não são pertinentes para nós nesse momento, mas que podem ser utilizados em pesquisas futuras. Ao fazer a seleção do nosso *corpus documental* levamos em consideração principalmente os relatos daquelas mulheres que em suas lembranças fizeram uma reflexão sobre a importância de preservar e resgatar suas próprias experiências.

Utilizaremos os relatos das exiladas: Maricota da Silva, Carnem, Vânia, Beatriz, Saudade, Leta de Souza Alves, Elza Freire, A Bela do Terror, Eny, Angelina e Sonia, Celia, Maria Nakano, Joana, Emília Viotti da Costa, Fátima Freire Dowbor e Maria do Carmo Brito.

A dissertação será dividida em três capítulos. No primeiro, vamos apurar questões de metodologia e teoria, aprofundando as discussões sobre memória, esquecimento, silêncio e trauma. Não podemos também deixar de abordar o lugar que essas mulheres, por nós analisadas, ocupavam no período. Em suma, no primeiro capítulo apresentaremos o nosso objeto, o contexto de existência destas mulheres, as bases teóricas que possibilitam esta pesquisa e a nossa análise de alguns testemunhos. No primeiro capítulo centralizaremos nossas análises principalmente nas apresentações do primeiro e do segundo volume, pois consideramos que lá se encontra o cerne que perpassa todo o projeto. O exílio foi um espaço de mudanças, as mulheres tiveram suas vidas transformadas. Deixaram seu país, suas famílias e filhos, profissões, sonhos.

No segundo capítulo procuraremos analisar como as exiladas sentiram e retrataram alguns temas tão caros a nós, como o próprio exílio, as mudanças e também permanências, as prisões, torturas, suas militâncias. Neste capítulo discutiremos cada um desses pontos os correlacionando às memórias destas mulheres e a alguns escritos historiográficos sobre os mesmos. Este debate é entendido por nós como um momento ímpar para compreendermos as disputas sobre o passado que estão sendo travadas atualmente.

Esperança, desesperança, recomeço, medo, angústia, esses são alguns sentimentos que permeiam as memórias das exiladas. O exílio se tornou um momento de intensas mudanças na vida dessas mulheres. Este período de instabilidade política no país cria também instabilidade na vida pessoal destas mulheres, principalmente a insegurança de não saber o que irá ocorrer no dia seguinte. Esta angústia em relação ao futuro se agrava com as dificuldades em resolver os problemas mais simples do cotidiano, seja aqui no Brasil ou especialmente no exílio. Essas exiladas viveram as mais diversas experiências, algumas inclusive brutais como a prisão, a tortura e a perda de entes queridos para a repressão. Em suas falas observamos o turbilhão de sentimentos. Por esta razão se faz necessário dedicarmos uma atenção especial à averiguação de quais sentimentos e sensibilidades rodearam a vida delas. O objetivo do terceiro capítulo

se torna, portanto, um estudo das sensibilidades ao analisarmos o que estas mulheres relatam sobre esses sentimentos tão fluídos e instáveis ocasionados pela repressão do regime e pelo exílio.

Nosso intuito não é tecer juízos de valor a respeito do passado, delimitando mocinhos e bandidos, mas sim problematizar historicamente episódios que ocorreram durante a Ditadura Militar Brasileira. Nossa perspectiva de análise parte principalmente do ponto de vista das exiladas brasileiras. As transformações políticas afetaram tanto o país quanto a vida dessas pessoas, pois deixaram seu país, tiveram que aprender outras línguas, outros costumes e conhecer outras pessoas. Por essas e tantas outras razões entendemos a importância historiográfica destes relatos, e, por isso, nosso esforço de trazê-los à luz do debate histórico.

CAPÍTULO I: “Um CONVITE: Elaboraremos juntas as nossas memórias”.

1.1 – O que se conta sobre a Ditadura Militar: O ato de lembrar e o ato de esquecer

Ao lermos o livro *O Passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias* do Paolo Rossi⁵ – uma obra importante para o desenvolvimento deste trabalho, que traz contribuições tão pertinentes para as discussões que nos propomos – deparamo-nos com a capa de seu livro⁶, uma imagem escolhida pela editora que é totalmente simbólica e que casa muito bem com as discussões que pretendemos realizar. A imagem mostra um monumento, provavelmente era um local importante para a sociedade daquele período, porém, com o passar dos séculos aquele local perdeu sua função e sofreu com as ações do tempo ou dos próprios homens. Compreender aquela imagem exposta na capa do livro perpassa o entendimento do conteúdo proposto por Rossi. Embora não seja o nosso foco lidar com as imagens, a proposta de Paolo Rossi a respeito da memória, do esquecimento e dos monumentos do passado nos é sensível para pensarmos o nosso objeto e a função deste trabalho.

Lembrando as palavras de Le Goff (1990, p.462), pensar a importância dos monumentos pressupõe problematizar a própria existência daquele monumento, o seu lugar social, cultural, político e os significados. “Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador.” Analisar o processo de destruição impõe uma discussão sobre o esquecimento, a destruição das memórias que ali circulavam. Pensar que sociedades posteriores poderiam dar outra função àquele lugar, construir algo novo e que aquele monumento que ali jaz desapareceu. Isso também acontece com as memórias de determinados sujeitos que, se não forem preservadas, podem ser relegadas ao esquecimento, não havendo materialidade suficiente para um debate mais aprofundado a respeito do passado.

⁵ Nesta obra o filósofo Paolo Rossi faz seis ensaios pensando os significados da memória e do esquecimento em diferentes épocas. Em sua obra ele destaca o poder das imagens, o quão elas são importantes para o resgate da memória.

⁶ A imagem segue em anexo.

Seria correto tratarmos as nossas memórias como monumentos da Ditadura Militar? Tal perspectiva poderia oferecer riscos ao trabalho do historiador ou mesmo uma versão cristalizada deste período? São questões importantes que merecem uma discussão. Levando em consideração as palavras do Le Goff, as memórias que analisamos neste trabalho poderiam ser sim entendidas como monumentos deste período da história brasileira. Não apenas as nossas memórias em específico, mas de todos aqueles sujeitos que participaram ou vivenciaram a Ditadura Militar.

Entender o documento como um monumento pressupõe um cuidado metodológico, sendo o primeiro o cuidado em se ater ao que o documento informa, sem distorcer as informações; o segundo, pensá-lo de forma crítica levando em consideração os sujeitos que o produziram, o contexto, as mudanças de sentido com o passar do tempo e suas especificidades teórico-metodológicas (LE GOFF, 1990, p. 462-463).

Em vários eventos históricos aconteceu e acontece de sujeitos que caem totalmente no esquecimento, desaparecidos na História. No período com o qual trabalhamos – Ditadura Militar Brasileira – este processo também ocorreu, o evento em si não caiu no esquecimento, mas sim determinadas situações e sujeitos relacionados a ele. E, mais do que lutar para não cair no esquecimento, percebemos uma luta entre diferentes grupos políticos também para se definir uma memória oficial.

Há uma batalha de memórias sobre a Ditadura, diversos grupos procuram definir sua memória como sendo a verdadeira. Como ressalta Sales (2009, p.22), “[...] autores e protagonistas políticos do período apresentam versões não apenas diferentes entre si, mas também apreciações que revelam fissuras da sociedade brasileira no que diz respeito à ditadura militar instaurada em 1964”.

Sales (2009, p.22) discute – partindo do tema sobre as comemorações de maio de 1968 e as comemorações e debates de 2008 – que “como ensina a historiografia recente, o posicionamento e as disputas políticas do presente estão implicados na forma como se lida com o passado” e destaca que pensar dessa maneira ajuda a compreender como autores e protagonistas desse período apresentam versões. O autor aponta quatro ideias que apareceram no debate público sobre 1968 que permeiam a interpretação sobre a Ditadura Militar, e que muitas vezes são vistas como verdades, mas foram produzidas apenas por um

grupo, com o interesse de fazer com que suas maneiras de ver e contar sobre a Ditadura fossem perpetuados.

A primeira ideia é a tendência de uma aceitação do discurso dos militares de que o golpe foi uma reação à ameaça comunista, e diante disso o exército se viu na obrigação de intervir e tomar o poder. Vemos nesta explicação para o golpe uma clara intenção dos militares de salvarem a memória de que eles só tomaram o poder porque se viram no compromisso de defender o Brasil do comunismo, portanto, seu governo era legítimo e não ilegal.

A segunda ideia é sobre o Ato Institucional número 5, de que ele só foi criado porque setores das esquerdas brasileiras começaram a pegar em armas, e, portanto, o regime teve que endurecer, como uma maneira de se defender. Ou seja, o que está por trás disso é que o regime só tomou medidas mais drásticas porque o “inimigo” veio a tomar primeiro.

O terceiro ponto remete à luta armada. Os militantes são apresentados como bem-intencionados, mas ingênuos, lutando uma luta vazia, desnecessária, que não iria surtir efeito nenhum, portanto, muitos morreram por nada.

A última ideia é a de comparar a violência dos militares com a dos militantes de esquerda. Mesmo que os militares tenham tomado medidas drásticas e usado de violência, os militantes também – através da luta armada – utilizaram de violência contra os militares. E com a anistia, assim como as famílias daqueles que tiveram seus parentes desaparecidos e mortos receberam indenizações, os militares que sofreram ataques da esquerda também deveriam ter sido indenizados.

Vemos através desses quatro pontos ressaltados por Sales que um grupo – o dos militares – quer construir uma memória de legalidade, ou seja, de que os militares entraram no poder para ajudar o povo brasileiro, para livrá-lo do comunismo. Por tal razão, quando tomaram medidas mais extremas justificam estes atos para conter o “inimigo” que seriam os militantes de esquerda, e que assim como eles os militares também sofreram ataques violentos, tendo que ser ressarcidos disso. Existe nesta argumentação uma perspectiva relativista, em que as ações militares seriam um mal menor frente àquilo que estavam combatendo. Além disso, esta argumentação visa o silenciamento de qualquer debate referente a este período, principalmente iniciativas vindas da Comissão Nacional da Verdade ou ações de grupos políticos para revisar a Lei da Anistia.

Sales coloca que um ponto chave para a discussão sobre a memória da Ditadura foi a Lei da Anistia, criada em 1979, em que foram anistiados “torturados e torturadores”. (2009, p. 26) Quando se achou que iria ser o momento de discussão sobre o período, resolveram por um ponto final, ao contrário de países como a Argentina que julgaram todos aqueles que cometeram crimes durante a ditadura; no Brasil preferiram encerrar a questão.

Essa lei, aos olhos de variados setores sociais, representava a tentativa de conciliação social através do esquecimento. Diferentemente de outros países do continente que também passaram por experiências ditatoriais, como Chile e Argentina (nos quais os torturadores foram julgados), no Brasil, a tentativa de discussão das responsabilidades pelos crimes praticados no período ditatorial tem sido chamada de “revanchismo”. (SALES, 2009, p.26)

É interessante a análise feita por Sales destacando esse discurso de legitimidade por parte de um grupo. Nosso intuito não é destacar, ou melhor, averiguar quais pontos são corretos ou não, mas perceber a batalha que há em torno desse evento. O silêncio dos militares ou das vítimas da Ditadura carrega consigo significados profundos e cada vez mais importantes para a elucidação deste período da nossa história. O debate em torno destas memórias se faz socialmente necessário para esclarecermos o que ocorreu naquele período e principalmente como lidar com este passado.

O autor Daniel Aarão Reis também nos mostra as construções e reconstruções da memória sobre a Ditadura. Um caminho argumentativo seguido pelo autor é a inserção da sociedade civil dentro deste contexto. Como exemplo temos o próprio nome do período, Ditadura Militar Brasileira. Segundo o autor, a utilização do termo *militar* exclui todos os civis brasileiros de uma participação neste período, ou seja, toda a população brasileira esteve contrária à Ditadura, não a apoiou em nenhum momento.

[...] a sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, e maciçamente, à ditadura, transformada em corpo estranho. Redesenhou-se o quadro das relações da sociedade com a ditadura, que apareceu como permanentemente hostilizada por aquela. Apagou-se da memória o amplo movimento de massas que, através das Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, legitimou socialmente a instauração da ditadura. Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura ao longo dos anos 70, e que, no limite, constituíram os fundamentos do próprio processo da abertura lenta, segura e gradual. (REIS, 2002, p.71)

Outros autores como Carlos Fico (2014, p.09) apresentam uma explicação diferente para o uso dessas terminologias. Para ele, não é tão simplista resumir que a Ditadura foi Civil-Militar pelo simples fato de ter tido apoio da população, mas sim, pela “efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração”. Ao longo da discussão, o autor não nega que a sociedade apoiou a Ditadura, destaca principalmente que quando a economia brasileira cresceu vários setores da sociedade viram o regime de forma agradável.

Carlos Fico considera interessante ponderar o uso dos termos Golpe Civil-Militar e Ditadura Militar, pois o golpe foi dado com a efetiva participação de vários setores da sociedade. Mas com o decorrer do regime vários grupos que haviam apoiado a ditadura retiraram sua ajuda. Portanto, para ele, a Ditadura foi indiscutivelmente militar.

Nesse sentido, é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas. Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe fora logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando. É verdade que houve apoio de parte da sociedade também à ditadura posterior ao golpe – como ocorreu durante do período de grande crescimento da economia conhecido como “milagre brasileiro” –, mas, como disse antes, não me parece que apenas o apoio político defina a natureza de um acontecimento, sendo possivelmente mais acertado considerar a atuação dos sujeitos históricos em sua efetivação. Por isso, admito como correta a expressão “golpe civil-militar”, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar. (FICO, 2014, p.09-10).

As memórias e as ideias vão sendo reformuladas de acordo com os interesses políticos de cada grupo. Quando um acontecimento se encerra, logo em seguida começa uma batalha para se firmar uma memória sobre determinado período.

Daniel Aarão Reis coloca que enquanto a direita estava no poder cultivou a memória de que o golpe foi uma intervenção salvadora em defesa da democracia e contra o comunismo, definindo-o como revolucionário. Quando a ditadura começou a perder popularidade, a versão de que o golpe iria construir uma democracia já não se sustentava. A sociedade começou a reformular sua visão sobre a esquerda.

A esquerda e o próprio Jango começaram a ser vistos como vítimas e o golpe como uma *ameaça revolucionária*. Notam-se as mudanças: aqueles que eram considerados os heróis (os militares) passaram a ser bandidos, e os bandidos (militantes de esquerda) passaram a ser heróis.

Setores que antigamente haviam apoiado o golpe, como a Igreja Católica – pelo fato de se preocupar com o comunismo, de que com a implantação dele o país deixaria de ser católico e passaria a ser ateu – começaram a mudar de lado, tentando modificar a memória, lutando contra a tortura, a redemocratização do país. “[...] a Igreja Católica mudara radicalmente de lado, substituindo a bênção aos militares pela condenação ao capitalismo selvagem, à tortura e ao arbítrio”. (REIS, 2002, p.130) Pessoas que haviam sido favoráveis à Ditadura com o declínio da mesma apareceram visitando presos políticos, defendendo a democracia. Não queriam mais ser associados como partidários deste período.

Outra construção feita é dos militantes sobre a luta armada. De forma geral, há uma tendência de considerá-la uma luta revolucionária, pois propunham uma revolução social, política e econômica. Nesse sentido, muitos pegaram em armas, dispostos a *matar pela revolução*. Esta proposta de revolução não encontrou respaldo na sociedade, e a esquerda foi aniquilada pelo regime. Reis destaca que depois dessa aniquilação se começou a reformar a visão da luta armada pelos próprios participantes da esquerda que se encontravam no Brasil e no exílio. A luta armada passou de uma luta revolucionária a uma luta pela democracia.

No exílio e no Brasil, mesmo entre muitos que haviam se envolvido diretamente no processo, crescia uma profunda revisão crítica de avaliações, estratégias e métodos. Como sempre acontece nestas situações, não foi simples, nem fácil, nem linear. Perderam gradativamente força as teses apocalípticas, baseadas nos impasses, no confronto e no recurso à força armada. Sem que muitos perdessem a perspectiva revolucionária, aquelas esquerdas descobriram os valores e a importância, da democracia. Criaram-se assim as condições para que, no interior da luta pela anistia operasse uma notável reconstrução: a luta armada ofensiva contra a ditadura militar, visando à destruição do capitalismo e instauração de uma ditadura revolucionária, ou seja, o projeto revolucionário transmutou-se em resistência democrática contra a ditadura. (REIS, 2002, p.133)

Além desse campo de batalha pela sobrevivência de memórias sobre esse evento, outros autores como Edson Teles destacam a dimensão do silêncio. Enquanto sujeitos que sobreviveram à tortura e à repressão vêm através de seus

testemunhos contarem o trauma vivido por eles, como uma maneira de não deixarem sua memória cair no esquecimento, parcela da sociedade se vale do silêncio como uma forma de ignorar a questão e se eximir de qualquer culpa.

Entre as fontes de conteúdo que levam à reflexão sobre a herança do regime ditatorial temos, por um lado, a dor dos que sobreviveram e testemunharam as arbitrariedades dos regimes de exceção e dos que se solidarizaram com o problema, tomados pela memória traumática daqueles anos. Por outro lado, o desconhecimento (ou silenciamento) destes eventos por uma parcela considerável da população, que se limita a ignorar a questão, como algo pelo qual não são responsáveis e não lhes diz respeito. (TELES, 2009, p.582)

Teles ainda destaca que é necessário desvendar o silêncio. Este silêncio que não é apenas o ficar calado, mas sim, o ficar calado porque algo não é fácil de ponderar. O ato do silêncio é muitas vezes empregado, pois é mais fácil do que assumir a responsabilidade por algo e discuti-lo.

São várias as memórias sobre a Ditadura Militar. Cada grupo e indivíduos procuraram traçar uma linha de raciocínio referente ao passado, principalmente em relação aos interesses políticos e à maneira como eles vão ser retratados. Percebemos também que as versões do passado são construídas historicamente e socialmente. Grupos que haviam assumido uma determinada postura perante o golpe, com o declínio da Ditadura, vão procurar construir uma nova memória sobre eles.

Neste capítulo pretendemos discutir em específico sobre o testemunho e o esquecimento, como eles perpassam esse assunto sobre a Ditadura e também analisar as introduções tanto do primeiro volume do livro *Memórias do Exílio*, pois é lá que eles fazem uma pequena apresentação do projeto, e também a introdução do segundo volume, onde as autoras traçam seus próprios objetivos para um livro com relatos apenas femininos. Para completar nossa análise avaliaremos o relato da exilada Beatriz, que entre todos os quarenta e três relatos dedica parte dele em falar da importância do projeto e também do resgate das memórias das mulheres.

1.2 – História, Memória e Ditadura Militar

Nossa documentação lida diretamente com memórias de mulheres exiladas durante a Ditadura. Para compreendermos a importância do nosso documento e

como lidar com os relatos ali contidos, precisamos entender a necessidade da própria preservação das memórias. É preciso compreender também os silêncios contidos em alguns relatos, sejam eles voluntários ou não.

Em um artigo Jeanne Marie Gagnebin (2009, p.39) lança uma pergunta “será por que hoje falamos tanto em memória, em conservação, em resgate?” A autora constrói toda uma discussão sobre esse assunto, e ao lermos nos vêm outras perguntas, será que não é porque esses eventos ainda estão latentes no nosso cotidiano? E conservá-los, resgatá-los não é uma maneira de dar respostas a eles? E mais do que isso, não é necessário conservá-los? Vivemos em uma sociedade tão imediatista com relações cada vez mais efêmeras que práticas como essas são necessárias para a preservação do próprio passado. O não esquecer pressupõe também uma ação de não cometer os mesmos “erros”. Recordar o passado, preservar as memórias, traz consigo um ato de problematizar o próprio presente.

Boa parte das nossas referências bibliográficas a respeito da importância da memória destaca a Segunda Guerra Mundial como um marco bem latente para a discussão. O mundo não havia visto um horror como esse, a eliminação total da própria noção do que é o homem por uma suposta necessidade de preservação de uma raça “pura”. Uma eliminação total, não só física, mas também histórica. E resistindo ao processo de aniquilamento, de esquecimento, surgem diversos personagens lutando pelo não apagamento, pela sobrevivência da memória.

No rastro dessas reflexões, não é surpreendente que os debates mais estimulantes da história contemporânea sejam também discussões historiográficas. Essas discussões dizem respeito a duas questões essenciais, já presentes no início da história, em Heródoto e Tucídides, mas adquirem um estatuto explícito de problema científico, *grosso modo*, somente depois da Segunda Guerra Mundial; também na história, a experiência do horror e da exterminação metódica parece ter provocado um abalo sem precedentes a confiança na ciência e na razão. Essas duas questões são aquelas da *escrita* da história, em particular seu caráter literário, até mesmo ficcional, e da memória do historiador (de seu grupo de origem, de seus pares, de sua nação), em particular dos liames que a construção da memória histórica mantém com o esquecimento e a denegação. (GAGNEBIN, 2009, p. 41)

Gagnebin, assim como outros autores, fala dessa importância de discutir e fazer memória dos eventos traumáticos, de não deixá-los caírem no esquecimento para que gerações futuras os conheçam, e um esforço também contra o

revisão⁷, prática essa que pode levar ao apagamento ou à omissão dos rastros desse evento.

As teses revisionistas são, com efeito, a consequência lógica, previsível e prevista de uma estratégia absolutamente explícita e consciente de parte dos altos dignitários nazistas. Essa estratégia consiste em abolir as provas de aniquilação dos judeus (e de todos os prisioneiros dos campos). A “solução final” deveria, por assim dizer, ultrapassar a si mesma anulando os próprios rastros de existência. (GAGNEBIN, 2009, p.46)

O ato revisionista se reveste de uma falsa noção de neutralidade histórica, tornando-se algo inocente ou ingênuo, mas escondendo uma prática muito perigosa. O ato revisionista pressupõe também uma ação de esquecimento ou um ato de apagar rastros importantes para o entendimento histórico, levando à aniquilação total de um evento. Como destacado pela autora, no caso do Shoah essa ação foi premeditada, planejada, com o intuito claro de aniquilação. É na lógica dessa discussão que relatos como de Primo Lévi são tão importantes, a luta contrária e resistente de preservação da memória. Uma luta marcada por muita dureza e persistência, pois seria bem mais simples esquecer, fingir que não aconteceu, o sofrimento até mesmo seria menor, mas, como destaca Primo Lévi (no excerto da introdução), há uma obrigação por parte dos que resistiram, dos que sobreviveram, de contar, fazer memória ao evento.

Ao pesquisarmos sobre a utilização do testemunho para o historiador nos deparamos com a utilização dessa palavra em dois sentidos, como destaca Márcio Seligmann-Silva. Um que faz referência à figura do mártir, termo que vem do grego *márter*, que significa testemunha, sobrevivente ou aquele que “sofre a ofensa que pode significar a morte” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.47), aquele que passou por um momento trágico e traumático. E o outro sentido que é trabalhado por diferentes autores, e que nos recorda ao Shoah, isto é, aqueles que sobreviveram aos campos de concentração e vêm narrar suas experiências, um dos exemplos como já trabalhado é o Primo Levi, que narra essa obrigação com os emudecidos.

Primo Levi afirma em *Os Afogados e os sobreviventes* que não sabe se os testemunhos são feitos “por uma espécie de obrigação moral para com os emudecidos ou, então, para nos livrarmos de sua

⁷ Destacamos aqui o revisionismo principalmente do Holocausto, de tentar negá-lo ou até mesmo de destacar que não ocorreu da maneira que os sobreviventes relatam.

memória: como certeza o fazemos por um impulso forte e duradouro”. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.53)

Uma discussão que permeia toda essa análise sobre o testemunho dos sobreviventes do Shoah e também das Ditaduras Latino- Americanas é a questão de um dever de memória. Esses sobreviventes têm mesmo um dever com aqueles que morreram de narrarem os acontecimentos? Não há um consenso sobre essa ideia. Dante Guimaraens Guazzelli explica que a discussão sobre dever de memória começou na França com deportados franceses na Segunda Guerra, que “tinha por objetivo honrar a memória de franceses assassinados” (LALIEU apud GUAZZELLI, 2011). Esse dever de memória não fica restrito apenas à França, outros países pós Segunda Guerra, pós Shoah vão sentir essa “obrigação” de resgatar, narrar as atrocidades do campo de concentração.

Guazzelli e outros autores também falam do caso das Ditaduras Latino- Americanas, que após a derrota dos governos ditatoriais, sobreviventes e famílias sentiram também esse sentimento latente de narrar, tanto para homenagear seus mortos, quanto para fazer memória do evento e impedir que as trucidâncias voltassem a acontecer.

Beatriz Sarlo ao falar das Ditaduras Latino-Americanas descreve o dever de memória dos sobreviventes, e principalmente da utilização dessas memórias como forma de denunciar os crimes e, porque não, condená-los. Que essas memórias servem para restaurar laços que foram perdidos com a violência, prisão, tortura e exílio.

Quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado. Tomaram a palavra as vítimas e seus representantes (quer dizer, seus narradores: desde o início, nos anos 1970, os antropólogos ou ideólogos que representaram histórias como as de Rigoberta Menchú ou de Domitila; mais tarde, os jornalistas).” (SARLO, 2007, p. 45)

Ainda completa:

Os crimes das ditaduras foram exibidos em meio a um florescimento de discursos testemunhais, sobretudo porque os julgamentos dos responsáveis (como no caso argentino) exigiram que muitas vítimas dessem seu testemunho como prova do que tinham sofrido e do que outros sofreram até morrer. (SARLO, 2007, 46)

Para a autora, como ocorreram com as vítimas do Shoah, aqueles que passaram pelas experiências da Ditadura na Argentina e na América Latina como um todo e sobreviveram às torturas, repressão e até à morte têm como se fosse uma obrigação moral de narrar todos estes acontecimentos, como uma forma de homenagear aqueles que não sobreviveram, e também para proporcionar uma reconciliação nacional.

Analisando em específico o caso da Argentina, Sarlo destaca que os testemunhos desses sobreviventes proporcionaram a condenação do terrorismo de Estado e permitiram traçar ideias para que eventos como aqueles não voltassem a se repetir, lutando pelo não esquecimento da memória dos eventos e das atrocidades cometidas por ele.

A memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina. O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a idéia do 'nunca mais' se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido. (SARLO, 2007, p. 20)

Sarlo destaca que os sobreviventes das Ditaduras Militares têm um grande dever de narrar para além de fazer homenagem aos seus mortos, mais do que para não esquecer. Essas memórias devem ser preservadas para se contrapor àquelas ditas oficiais e também serem usadas para julgar, criminalizar ditadores e torturadores.

Trabalhar com memória é discutir também esquecimento, quando "escolhemos" lembrar de algo, consciente ou inconscientemente estamos elencando algo para cair no esquecimento. Seleccionamos o que queremos guardar e esquecer, mesmo inconscientemente. Não podemos cair na utopia de que um relato é completo, que tudo que os sobreviventes narraram são de fato todas as suas experiências. Nos relatos alguns fatos podem ser enfatizados e outros apenas citados.

O testemunho pode se permitir o anacronismo, já que é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um

tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar o passado, que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente [...]. (SARLO, 2007, p. 58-59)

Sarlo coloca outras advertências ao se trabalhar com o testemunho: temos que tomar cuidado com os seus usos históricos, para não considerarmos tudo fidedigno.

A confiança nos testemunhos das vítimas é necessária para a instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça. Pois bem, esses discursos testemunhais, sejam quais forem, são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável. (SARLO, 2007, p. 47).

Beatriz Sarlo em nenhum momento duvida ou coloca em xeque os testemunhos, mas ela ressalta que não devemos cristalizá-los como verdades acabadas. Em muitos casos é pensado que ao analisarmos criticamente o testemunho de um sobrevivente da Segunda Guerra ou de uma Ditadura na verdade o estamos desconsiderando ou taxando como mentiroso, mas na verdade a ação vai muito além disso. É necessário problematizar as memórias, para que o trabalho do historiador não fique improdutivo. Dante Guimaraens Guazzelli (2011, p.) também ressalta isso ao analisar em específico o caso Argentino:

Problematizar, propor questionamentos aos rastros do passado: isto constitui o ofício do historiador desde sua constituição enquanto ciência no século XIX. O que Beatriz Sarlo afirma é que, por sua importância social e política dentro de determinados contextos (especialmente no caso da Argentina), os discursos memoriais impõem-se como verdades intocáveis e inquestionáveis, tornando o trabalho do historiador estéril.

Seixas (2002, p.62) coloca que “a memória é desencadeada de um lugar, e este se situa no presente”. Assim, é preciso fazer uma crítica e não considerar os testemunhos como uma tradução literal dos fatos. As pessoas ao escreverem seus relatos priorizam contar e dão maior destaque a determinados fatos e apagam outros. Aquilo que escolhemos narrar na maioria das vezes é algo que ainda está latente em nosso presente. Ao analisarmos os testemunhos destes sobreviventes temos que ter esses cuidados, de analisar o que escreveram, ter um olhar crítico sobre as fontes, sem cair no descaso de que tudo foi “dito”.

Paul Ricoeur ao discutir sobre a anistia ressalta que a intenção da mesma é de reconciliação, perdão, porém, ela se aproxima do esquecimento. Explica que até mesmo há uma aproximação fonética e semântica entre anistia e amnésia e que isso não é ao acaso.

A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que, como veremos mais adiante, na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação. (RICOEUR, 2007, p. 460)

A anistia aplicada no Brasil em 1979 produziu um efeito calamitoso no país, pois no momento final da Ditadura, em que era necessário se discutir, ponderar sobre as ações tomadas por ambos os lados, escolheu-se o caminho do esquecimento, do silêncio. “Penso que esta observação de Ricoeur encaixa-se muito bem no caso brasileiro, no qual todas as iniciativas de julgamento de torturadores acabam esbarrando em uma interpretação dominante da Lei da Anistia de 1979, que diz que o perdão foi recíproco e, desta forma, deve-se esquecer o que aconteceu, ‘virar a página’”. (GUAZZELLI, 2011)

A autora Julia Kertesz Renault Pinto ao analisar o discurso do Presidente Interamericano de Direitos Humanos ressalta esse problema que ocorreu pós-ditaduras: o silêncio e também a negação. Que o momento que encerrou esses eventos seria riquíssimo para discutir a memória do período e de seus sobreviventes, mas que preferiram adormecer essa discussão e até mesmo negar determinadas práticas.

Como observou o Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Professor Doutor Felipe Gonzalez, o momento pós-ditatorial nos países latino-americanos poderia significar uma maior facilidade para a difusão e a efetivação dos Direitos Humanos nestes países, mas, em muitos casos, ocorreu justamente o contrário. O contexto pós-ditatorial não constituiu, em diversos aspectos, um rompimento com o passado ditatorial, na medida em que manteve oculta a própria memória deste passado: seja insistindo em não abrir os arquivos, em manter as leis de auto-anistia em vigor, propostas pelos próprios ditadores para garantir a sua impunidade, seja não revelando às famílias das vítimas a verdade sobre o paradeiro e morte dos seus familiares, seja negando que a tortura foi o método regular, institucionalizado dos interrogatórios dos presos políticos na época da ditadura militar. (PINTO, 2011, p. 05)

Trabalhar com testemunhos é algo desafiador, pois temos que pensar na dimensão do que é memória, a importância desse tipo de documentação, os perigos

de utilizá-los e também os perigosos de cometer erros como não problematizá-los da maneira devida. Também devemos tomar cuidado com a dimensão do esquecimento, o apagamento dos rastros e também o silêncio.

Em muitos casos vemos a presença do silêncio nos eventos e devemos interpretá-lo, o que é desafiador, pois ele é utilizado para ignorar determinados acontecimentos ou até mesmo eximir um grupo de determinada culpa. O silêncio deve ser descortinado, pois em muitos momentos ele é utilizado não porque não se tem nada a falar sobre determinado evento, mas porque se tornou difícil ponderar determinados fatos. (TELES, 2009, p.582)

Eni Orlandi em seu livro *As formas do silêncio* nos alerta para não sermos ingênuos quanto ao silêncio, que ele não é algo passivo e negativo; que ele não é o apenas ficar calado. A autora nos guia em seu livro, mostrando-nos que o silêncio não está ligado apenas à palavra, que ele por si só possui um sentido (ORLANDI, 2007, p.12), e que temos que tomar cuidado ao desvendá-lo.

Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil para ser observado: na relação entre índios e brancos, na fala sobre a reforma agrária, nos discursos sobre a mulher, só para citar alguns terrenos já explorados por mim. (ORLANDI, 2007, p.29)

O silêncio é muitas vezes utilizado como uma resistência, principalmente pelos grupos oprimidos. Vamos percebendo isso quando o silêncio é utilizado pelas exiladas no momento em que colocam que não tinham nada para falar, suas experiências não eram importantes ou até mesmo no momento de se identificarem. Como veremos mais adiante, diversas mulheres por nós analisadas preferiram não colocar seus nomes verdadeiros ou seus sobrenomes como uma forma de resistência e até mesmo medo do que poderia lhes atingir.

1.3 – A memória como ato de resistência

Na introdução que abre o primeiro volume do livro *Memórias do Exílio, Brasil 1964-19?? – De muitos caminhos*, os organizadores destacam a preocupação em narrar, “deixar guardadas” as memórias dos exilados e exiladas. Inspirados na Polônia que no decorrer de anos reuniu um grande acervo de memórias de

imigrantes políticos e econômicos, os organizadores partiram para o desconhecido, resgatar, preservar a memória coletiva da Ditadura militar através da perspectiva dos exilados, com o intuito de preservar uma cultura nacional.

A ideia nasceu de uma experiência de exílio. Brasileiros exilados na Polônia ficaram impressionados com o peso da memória coletiva na vida intelectual e política desse país. A Polônia tem uma longa experiência de emigrações políticas e as publicações de poloneses vivendo no estrangeiro formam uma parte fundamental da bagagem cultural do país. Não satisfeitos com os rastros deixados por escritores de profissão, sociólogos poloneses iniciaram, na década de 1920, um coleta sistemática de documentos pessoais (sobretudo cartas e memórias) de emigrantes políticos e dos de origem econômica. Hoje eles dispõem de um acervo histórico de valor inestimável.

Refletindo sobre o assunto, alguns de nós chegamos à seguinte conclusão: em condições marcadas por rupturas históricas tais como as que provocam o exílio, a memória coletiva tem de ser *feita* pois ela exige um esforço consciente de recuperação para uma cultura nacional". (UCHÔA; RAMOS, 1978, p.09)

Os organizadores do primeiro volume ainda ressaltam que a construção do projeto não visava apenas a preservação de uma versão do passado, mas sim, uma preocupação com o futuro, de deixar documentadas as versões ou visões daqueles que foram marginalizados pela ditadura, que foram taxados de "maus brasileiros".

O projeto Memórias do Exílio nasceu assim de uma preocupação com o passado, uma preocupação que, sendo típica de historiadores, é também comum entre exilados, excluídos que foram da vida pública de seu país. Mas o projeto é outrossim uma ponte para o futuro, um documento da presença ativa de gente atualmente marginalizada pela propaganda governamental com a pecha de "maus brasileiros". (UCHÔA; RAMOS, 1978, p. 09)

Os organizadores tinham medo de que quando a ditadura terminasse os relatos que iam prevalecer ou sobrar seriam apenas dos "apoiadores" da Ditadura. A finalidade dos organizadores então era deixar seus registros um contraponto à memória dos militares e também daqueles que defendiam o regime, com o objetivo de que suas lutas e trajetórias não caíssem no esquecimento e nem tivessem versões conturbadas.

O segundo volume (ao qual iremos nos ater) foi produzido três anos depois do primeiro volume. Na introdução da obra as autoras ressaltam esse anseio por um novo volume, para dar continuidade ao projeto *Memórias do Exílio*, só que dessa vez um livro apenas de mulheres.

Este volume trata de exiladas e foi dirigido e organizado por quatro mulheres. Entretanto, coletivamente os organizadores do projeto assumem também a responsabilidade do trabalho por elas realizado. Três anos de intervalo entre os dois volumes é um período mais longo do que desejávamos na continuidade do projeto. A vida de todos nós tem sido muito instável, as dificuldades de localização e reunião das pessoas interessadas são enormes. Às incertezas comuns do exílio, acrescenta-se a carência financeira que caracterizou o projeto desde o início. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.11)

Ainda acrescentam:

Seja como for, a continuidade das MEMÓRIAS DO EXÍLIO é importante para a construção da memória nacional, por um Brasil sem nunca, nunca mais exílios. Que essa esperança, este ideal de liberdade, seja assumido por um número cada vez maior de brasileiros e brasileiras! (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.12)

As autoras ressaltam as dificuldades que foram para coletar suas fontes, dificuldades financeiras e de distância. Estabelecer um contato com várias mulheres na condição de exiladas era um desafio a ser superado para conseguir compor este livro. A espera de três anos foi importante tanto para elas se estabelecerem na realidade na qual se encontravam e também organizar as ideias que comporiam este novo volume. Elas destacam a dificuldade de se comunicarem com essas mulheres, o que foi feito quase que exclusivamente por cartas, sendo que para as primeiras cartas enviadas elas não obtiveram respostas, ou as respostas não foram satisfatórias, foi só com o decorrer do tempo que conseguiram coletar material suficiente para compor o livro.

Tais dificuldades deveriam ser superadas para cumprir os objetivos iniciais do projeto de construir uma narrativa exclusivamente das mulheres, para não deixar essas memórias desaparecerem com o tempo. No entendimento das autoras este projeto tinha um caráter de reafirmar a nacionalidade dos exilados, pois independentemente do motivo que as levaram a saírem do Brasil, ainda continuavam sendo brasileiras. O ato de preservar se torna também uma ação afirmação, ou mesmo de contravenção em relação às ações dos militares de silenciá-las. Este projeto seria talvez a última forma encontrada de resistir à repressão dos militares. Mais ainda, tal projeto deveria inspirar outros brasileiros e

brasileiras, que também estavam na condição de exilados, a se manifestarem e exporem suas ideias.

A autora Eloisa Rosalen em seu texto *Deslocamento, classe e gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)* analisa os dois volumes da *Memória do Exílio*, com o objetivo de discutir as relações de gênero, a mudança de vida de homens e mulheres que foram para o exílio, e destaca também as pretensões das autoras ao produzirem um volume só de mulheres. Observa que no primeiro volume os relatos dos exilados falava muito mais de suas trajetórias dentro de grupos políticos, suas prisões, uma denúncia da Ditadura do que de fato de suas experiências no exílio. Já no segundo volume as autoras e as próprias entrevistadas tiveram uma atenção maior de descrever suas vidas no exílio, as mudanças e principalmente deixar seus registros.

A partir disso, principalmente, percebo que a primeira obra, publicada em 1976, está extremamente marcada por uma intenção de denunciar as atrocidades da ditadura, a partir da narração das suas próprias trajetórias, em um contexto em que não se visualizava o fim do regime. Diferentemente, apesar de alguns depoimentos serem recolhidos antes de 1979 e também buscavam fazer denúncias contra a ditadura, a segunda obra está assinalada pela iniciativa de mulheres; ela traz depoimentos em que as próprias depoentes narram as suas trajetórias, a fim de explicitar e colocar na 'história' suas experiências como mulheres, já que não foram contempladas pela primeira obra". (ROSELAN, 2014, p. 04)

Esse sentimento de deixar sua marca na História, de ter suas experiências preservadas é algo pretendido tanto pelas organizadoras da obra quanto pelas depoentes. Podemos perceber isso até mesmo na apresentação do segundo volume, quando as organizadoras ressaltam o convite que foi lançado às mulheres para que elas todas juntas elaborassem suas memórias.

Um convite: ELABORAREMOS JUNTAS AS NOSSAS MEMÓRIAS, foi o ponto de partida. Nele se definiam os objetivos específicos do volume dentro do projeto como um todo; explicávamos porque um volume só de mulheres e que categorias de exiladas pretendíamos atingir; sugeríamos temas abertos. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 21)

Nitidamente elas tentam estabelecer o seu lugar de fala, principalmente enquanto mulheres e também por estarem no exílio; fato esse que trouxe mudanças drásticas na vida de cada uma delas, e, por tal razão, não deixava de ser também uma ação de violência do regime para com elas. Então a obra poderia assumir esse

caráter de denúncia. Este lugar como construtor de discursos se torna muito importante para disseminar a visão destes sujeitos excluídos do regime. Indo além, a construção deste lugar perpassa também a noção de segurança e liberdade de expressão, onde as mulheres poderiam expressar suas ideias livremente e expor uma visão diferente daquela exposta pelos homens.

Todos os quarenta e três relatos servem de suporte para discutirmos a importância de se preservar as memórias de exilados e exiladas durante a Ditadura Militar brasileira, pois o ato de registrarem suas memórias já é relevante e se percebe que essas mulheres entenderam a importância de não deixarem suas experiências caírem no esquecimento. Pois, como ressaltam as organizadoras, o convite foi feito a várias mulheres, mas poucas abraçaram o projeto e viram sua relevância. Dentro dos relatos que possuímos há um que se destaca: o da exilada Beatriz, pois ela deixa bem claro que entende a importância de contar suas memórias.

Na introdução de seu relato destaca que não possuía nenhum problema político, e que na verdade as coisas coincidiram, ela ganhou uma bolsa de estudos nos Estados Unidos e por lá ficou durante os anos ditatoriais. No primeiro momento não reconhece que possui alguma coisa que importe para falar, para contribuir com esse projeto.

Quando você falou em fazer uma entrevista comigo, pensei: não tenho nada para dizer, o que é que vou dizer para contribuir? E fiquei preocupada porque sinto que ainda não tenho uma linha de pensamento definida, não posso tomar partido porque ainda estou num processo de conhecer, pego um monte de informações e absorvo sem mesmo filtrar... (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.120)

Beatriz ressalta que foi no exílio que ela começou um processo de conscientização política, a ler e discutir autores com os quais não teve contato no Brasil. Tinha uma visão pouco crítica no Brasil, causada talvez pela ação dos próprios militares em atuar principalmente na educação dos jovens, limitando assim o senso crítico e a tomada de consciência da realidade vivida. É no exterior que entra em contato – através de jornais – com o que de fato estava acontecendo no país, as perseguições, a repressão, o controle e o que era uma ditadura. Coloca que, ao entrar em contato com essas informações, “ditadura” começou a ser sinônimo de Brasil.

Foi quando ditadura começou a ser sinônimo de Brasil. Antes, me lembro minha mãe contando que a ditadura de Vargas eles mandavam dispersar bolinho na esquina, e pra mim ditadura era aquilo: não poder parar para conversar na esquina! (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 123)

O exílio proporcionou a ela uma mudança de mentalidade, pôde analisar o Brasil com outros olhos, teve contato com outros tipos de ideias e livros e conseguiu desfazer um pouco da imagem que tinha do próprio país, do golpe e da Ditadura. Ela destaca isso em seu relato, contando-nos como foi 1964, que foi totalmente a favor da “revolução” e que somente nos Estados Unidos ficou sabendo que havia sido um golpe.

Mil novecentos e sessenta e quatro. Eu tinha doze anos de idade. Minha mãe comprando coisa, meu pai escutando rádio, deitando na cama com o dedo no peito, falando assim: ‘minha filha, nós estávamos no último passo para chegar ao comunismo’. E eu apavorada, porque comunista come criancinha... Totalmente a favor da revolução. (Foi aqui nos Estados Unidos que pessoas me disseram: ‘revolução, que revolução, foi é golpe’). (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 125)

A memória de Beatriz nos instiga a pensar a própria ação dos militares. Para muitos brasileiros e brasileiras que vivenciaram aquele período o regime trouxe uma noção de segurança frente a uma ameaça ao modo de vida do brasileiro. As ações dos militares para muitos foram essenciais para manter a ordem no país. Constantemente reforçada pelas propagandas do regime, a ideia era que o país estava muito melhor agora nas mãos dos militares do que correndo o risco de ser tomado de assalto pelos comunistas. Porém, quando se tem um distanciamento da máquina ideológica dos militares e se observa a situação do Brasil de longe, percebe-se que o que se contava sobre o regime pouco se embasava na realidade.

Nas falas iniciais de Beatriz e também nas que se seguem percebemos que o exílio proporcionou grandes mudanças na vida pessoal, desde o distanciamento de pessoas e dos pais a uma maior independência, pois como a mesma ressalta não sabia nem o que comprar no supermercado ou mesmo o preço de um produto. E também uma mudança e amadurecimento intelectual. Ela pôde analisar a situação do Brasil com certo distanciamento, o que permitiu uma maior compreensão das transformações pelas quais o país passava.

Antes do exílio Beatriz coloca que com o golpe sua vida mudou muito pouco, vivendo uma vida normal. Frequentava a escola, escutava sua mãe falando que as coisas estavam mais caras, via as passeatas dos estudantes contra a Ditadura e até mesmo achava aquilo desnecessário, e que os estudantes não precisavam fazer tudo aquilo. Após refletir e tomar consciência da realidade do Brasil, ela mesma ficou indignada sobre como pensava.

É verdade que 68 não passou em brancas nuvens não. Para chegar no colégio tinha que passar no centro da cidade, tava pegando fogo, aquele tantão de estudante, aquela confusão, fumaça... E eu fazendo o papel de moderada, ... se os estudantes tivessem um pouco mais de jeito pra fazer as reivindicações... pra que é que tem que fazer passeata? Quebradeira?... Gente, como eu era reacionária!!!
E eu era muito inocente. Me recusava a acreditar nas maldades, na tortura não acreditava não. Lembro que uma colega – a irmã dela tava desaparecida e a polícia vivia entrando na casa dela – me dizia, me perguntava: “Como é que você pode ser a favor desse governo? Tem gente sendo torturada!”, E eu: Mas fulana, você tem certeza? E alguns presos, sob coação, iam pra televisão e diziam que o partido comunista isso e aquilo, etc. e tal, e eu: Vai ver ele está falando a verdade... Acreditava, acreditava piamente! (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.126-127)

Percebemos pela sua fala e pelo lugar de onde está falando (ela ainda se encontrava no exílio) que o exílio lhe permitiu fazer reflexões que até então no Brasil não haviam sido possíveis e abrir a mente para pensar o golpe e a maneira como as coisas se desenrolaram no país. No exílio Beatriz teve contato com o primeiro volume do livro *Memórias do Exílio*. Ela descreve que nem tudo que leu foi uma surpresa, mas foi a partir da leitura da obra que entendeu o significado do exílio, o impacto de estar exilada, as mudanças ocorridas nas vidas destas pessoas, o contato com uma nova língua, arrumar um emprego e principalmente do sentimento de não pertencer a nenhum lugar.

Quando li *Memórias do Exílio* nem tudo foi surpresa para mim, porque eu já estava assim num processo de descoberta do sufocamento, do abafamento, da uniformização de uma geração. O que senti então foi a existência do fato *exílio*, foi um impacto do exílio, foi a dimensão do que é concretamente o exílio nas vidas das pessoas... um corte... como um novo nascimento, sem a mamãe pra dar de mamar.

Realmente, nunca tinha me ocorrido que era um processo difícil. Ter que sair do país sem saber o que se vai encontrar, muitas vezes não saber sequer a língua, começar todo um ajustamento num lugar completamente diferente, sem poder continuar em sua profissão, pegando o primeiro emprego pra sobreviver... E um escritor? Como escrever na língua dele em outro país? E esse problema de não ter

um lugar... me marcou tanto a entrevista do cara que conta quando pediram os documentos dele num trem... APÁTRIDA? Não ter um lugar... mas o que é que estou fazendo aqui?... é uma coisa temporária... mas temporária por quanto tempo? (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 132)

Denise Rollemberg ao analisar relatos de exilados e exiladas brasileiras descreve que o exílio não foi sentido por todos da mesma maneira, que alguns exilados já sentiram o exílio ao colocarem o pé para fora do Brasil ou até mesmo antes de saírem, enquanto outros só foram sentir o exílio meses, anos depois de estarem fora de seu país de origem. A autora chega à conclusão que isso variou muito de acordo com os motivos das saídas, os lugares de exílio, as trajetórias de vida.

Não é tão evidente, como pode parecer a princípio, a delimitação desse momento. A percepção de se estar vivendo o exílio nem sempre coincidiu entre os exilados. Há depoimentos, por exemplo, que definem o início do exílio antes mesmo da partida, identificando-o à clandestinidade no país. Mas há outros que nem consideram um primeiro período no exterior, passado em um ou até mesmo mais países, como exílio, pois não o vivenciaram como tal. As experiências variaram de acordo com as trajetórias de vida, as conjunturas políticas e os países. (ROLLEMBERG, 1999, p.88)

Por certo que Beatriz demorou a sentir de fato o exílio justamente por causa da sua trajetória, ela saiu para estudar e não fugida ou com a polícia em seus pés.

As incertezas marcam o relato de Beatriz e também de outras exiladas, que não sabiam qual seria o futuro, tanto de suas vidas quanto do Brasil. O sentimento também de não pertencerem, não terem um lugar, não poderem voltar para seu país de origem, não conseguirem ver o país que as recebeu como um lar, como o seu lugar. “Encontramos também, frequentemente, o termo ‘desenraizamento’ para se referir ao exilado. Ele é o que perdeu as raízes:” (ROLLEMBERG, 1999, p.26)

Beatriz destaca que ter entrado em contato com o livro *Memórias do Exílio* foi muito importante para entender o que realmente aconteceu em 1964. Ela faz um balanço e uma comparação entre as memórias dos homens e das mulheres. Coloca que nas das mulheres sente seus relatos mais leves, que ao contarem suas experiências elas mesmas diminuem suas participações.

Nos seus relatos, as mulheres desvalorizam seus papéis, não demonstram a relevância que tiveram em participar de organizações, da luta armada, passeatas, panfletagens. Beatriz também ressalta que não lembra das mulheres falando como

líderes, ao contrário dos homens que em seus relatos tentam sempre se descrever como figuras fortes, vangloriando seus feitos.

Sentia uma diferença marcante quando passava de uma entrevista de um homem, pra outra, de uma mulher. Não sei se é estilo, mesmo o conteúdo, eu achava que era diferente, que eram tão mais leves as entrevistas das mulheres, no sentido de que quando elas falavam da participação delas, elas mesmas descontavam. Assim como se elas não valorizassem o papel delas, elas mesmas descontavam. Assim como se elas não valorizassem o papel delas, não mostrassem o que tinham sido ou o que tinham feito, não tivessem consciência da própria importância. Não me lembro de uma mulher falando como líder. Questão de estilo mesmo... eles se mostraram como figuras muito mais fortes". (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 133)

Durante seu relato Beatriz procurou focar nas mudanças que o exílio proporcionou em sua vida, como foi difícil se ajustar, o sentimento de saudade, de não pertencimento. Ela também faz algumas ponderações bem interessantes, como a ressaltada acima, que fala do contato com o primeiro volume da obra, a diferença que sentiu ao ler os relatos de homens e mulheres. Ela também completa dizendo da importância desse segundo volume, um só de mulheres, de essas mulheres narrarem suas experiências e com isso repensarem seus papéis, suas atuações.

E esse volume de entrevistas só com mulheres pode fazer com que elas voltem a pensar no papel que desempenharam, também refletir se a atuação num momento daquele tipo teria sido diferente se naquele momento elas tivessem uma consciência de mulher, ou feminista, ou como se queira chamar... (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 133)

A autora Ana Maria Colling em seu livro *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil* questiona que durante muito tempo as discussões sobre Ditadura Militar no Brasil silenciavam a atuação política da mulher, e colocavam como principais protagonistas os homens. Beatriz ao fazer sua análise sobre seu exílio identifica a importância de tirar essas mulheres do silêncio, delas contarem um pouco de suas experiências, não só aquelas que passaram por perseguições, prisões, tortura, luta armada, mas também aquela que estava dentro de casa, que saiu por conta do marido ou filhos.

A mulher é uma presença silenciada na história e sua voz não é ouvida na política-arena pública e masculina por excelência. A história da repressão do período militar brasileiro 1964-1979 é a história dos homens. As relações de gênero estão aí excluídas.

O sujeito é produzido, constituído por um discurso, e a história oficial tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos. (COLLING, 1997, p.07)

Beatriz ainda conclui que é essencial contar essa “outra” história, uma história diferente da que está sendo contada no Brasil, e principalmente dar voz àquelas mulheres que não tiveram participação na política. Poder ler e conhecer como foi a vida delas e, sobretudo, o que aconteceu e mudou em suas vidas com o exílio.

Pra mim o ponto básico, a importância imensa desse livro é que está revendo, está fazendo a *outra* história, que não existe só aquela que eles contam no Brasil! É a história que as pessoas estão fazendo aqui fora. Por isso acho interessante a focalização também de pessoas que não tiveram participação política, acho interessante saber como a vida no exterior, ou no exílio, mudou essas pessoas. Pessoas assim como eu, com meu exílio voluntário que não foi muito voluntário – eu não queria vir – e não foi muito exílio. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 133)

Beatriz finaliza seu relato questionando a si mesma, afirma que os ganhos com o exílio são inegáveis, que fora de seu país, longe de sua família ela pôde crescer e amadurecer tanto fisicamente quanto suas ideias. “Você experimenta mesmo tudo sozinha, a sua alegria e sua angústia você experimenta sozinha...” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.134). A única coisa que ela tem certeza ao voltar do exílio (a volta ainda é incerta quando ela escreveu seu relato) é de seu emprego, o resto é uma incógnita, tem medo até mesmo de não se encontrar no Brasil.

Na introdução dos dois volumes percebemos os esforços dos organizadores e organizadoras em recolher os relatos. Eles ressaltam todas as dificuldades financeiras, de locomoção, de enviarem várias e várias cartas e não terem resposta de nenhuma. As organizadoras do segundo volume também colocam que algumas vezes as cartas voltavam, mas as mulheres não se achavam dignas de falar alguma coisa, que suas vidas, suas experiências não tiveram relevância nenhuma na luta pelo fim da Ditadura.

As dificuldades foram muitas, mas mesmo com todas as tribulações os organizadores sabiam da importância desses relatos. A exilada Beatriz e as outras exiladas que iremos analisar nos capítulos subsequentes entenderam a relevância do projeto, elas foram aquelas que levaram as cartas e atenderam ao pedido das

organizadoras para narrarem suas trajetórias, suas experiências pessoais, para que juntas formassem uma memória do período, uma memória das exiladas brasileiras.

CAPÍTULO II: “A gente traz um universo cheio de mortes”- militância, torturas e exílio.

2.1 – “O que é que eu vou fazer?”: O exílio enquanto transformação

A ditadura militar no Brasil durou vinte e um anos e o país durante esse período foi abalado, a sociedade como um todo foi atingida por essas mudanças que alteraram totalmente a vida de vários sujeitos. Após a promulgação dos primeiros Atos Institucionais, principalmente o Ato Institucional 5 de 1968⁸, os direitos à livre expressão foram cassados, aqueles que resistiram ao regime lutando pela liberdade, justiça e democracia tiveram como resposta repressão, violência, tortura, assassinatos e exílio. Outros tantos indivíduos não tiveram o direito de ir e vir. As informações passaram pelo crivo da censura e principalmente foi tolhido o direito de manifestar insatisfação contra o Regime de forma segura. A palavra democracia se tornou apenas uma lembrança. As feridas deste período ainda são visíveis até hoje, e possuem reflexos em várias áreas da sociedade.

As alterações ocasionadas pela Ditadura Militar Brasileira provocaram na população traumas diversos, principalmente naqueles que de alguma forma resistiram ao Regime ou infelizmente foram perseguidos por razões terceiras. Na esfera política os militares impuseram à sociedade a deposição de um presidente, a instalação de uma junta militar no poder, políticos democraticamente eleitos tiveram seus mandatos cassados, várias demissões de funcionários públicos, além da perseguição aos partidos políticos, os quais foram desfeitos e colocados na ilegalidade. Na esfera pessoal diversos indivíduos foram para a clandestinidade, muitas pessoas foram presas, torturadas, famílias perseguidas e separadas pela morte de algum ente querido, muitas e muitos levados para o exílio.

As mulheres por nós analisadas também sentiram e ficaram marcadas por essas transformações e relatam isso em suas memórias. Neste capítulo procuraremos pensar sobre os significados que elas estão atribuindo a este período da Ditadura Militar. Como que os temas marcantes como militância, as utopias políticas, as prisões, a tortura e o exílio aparecem em seus relatos?

⁸ Muitos autores e livros defenderam durante um tempo o fato de um endurecimento da Ditadura Militar a partir de 1968 com a promulgação do Ato Institucional 5, mas essa ideia vem sendo revisada, pois a partir do momento em que o golpe foi dado já ocorreram prisões, demissões, fechamento de partidos.

“Brasileiras, exiladas, minoria,... Descobrimo a par e passo uma condição também determinante e comum: Mulheres”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 15) Na apresentação do livro as organizadoras ressaltam essas condições que as une, essas mulheres possuem trajetórias diferentes, elas pertenciam aos mais diversos grupos sociais, algumas de classe alta, média ou baixa, com faixas etárias diferentes, escolaridades diferentes, participantes ou não de movimentos de esquerda ou de luta armada. Mesmo com todas essas diferenças o que as une é o fato de serem mulheres e estarem no exílio.

Compreender os sentidos dados por essas mulheres ao exílio perpassa também a compreensão deste termo. O exílio é o estar fora de casa, do seu país. É o ato de se remover forçada ou voluntariamente de seu país de origem. Do latim *exilium* significa desterro, degredo, banimento; exílio é ter que ir residir forçadamente em outro país (FERREIRA, 2004, p. 853), e envolve a expulsão ou o ato voluntário. O autor Luis Roniger traz várias definições sobre o exílio, mas destaca que a mais coerente seria a de um dicionário italiano, que descreve o exílio como sendo “[...] uma medida que as autoridades no poder forçam sobre um indivíduo, legal ou arbitrariamente, para distanciá-lo de sua pátria principalmente devido a razões políticas”. (RONIGER apud BATTAGLIA, 2011, p.36)

Existem diversos exemplos desta condição de exilado tanto na história quanto na literatura, motivado pelas mais diversas situações. A autora Denise Rollemberg quando trabalha o exílio brasileiro no caso da Ditadura Militar elabora uma linha de raciocínio que regressa à Grécia Antiga, destacando desde o personagem Ulisses (que como castigo foi impedido de voltar a Ítaca) até, segundo ela, os primeiros exilados: Adão e Eva. A autora faz todo esse regresso para nos situarmos que a situação de exilados não começou no Brasil e muito menos com o golpe, que é algo que marca a história do mundo desde tempos remotos.

O exílio exprime nas pessoas uma marca; uma marca muitas vezes profunda de não pertencer mais a nenhum lugar. Você é impedido de viver no seu país, lugar onde estão suas raízes, seu povo e vai para outro lugar onde não se reconhece; não reconhece a língua, a cultura e os lugares. O exílio produz essa função de afastar, eliminar as pessoas que não seguem a condição imposta pelos governantes, aquele ou aquela que se contrapõe ao que está posto.

Sobre os pilares – afastamento/ exclusão/eliminação e *castigo* – o universo do exilado se constrói. O afastamento causará a

despersonalização e o anonimato, próprios do exílio, devido à ruptura narcísica, produzindo, por sua vez, a crise de identidade. A ruptura tem a dimensão de um traumatismo, porque o exílio rompe com o movimento que constrói o homem a partir de seus projetos e ilusões, renovado, permanentemente, na convivência com os outros. (ROLLEMBERG, 1999, p.25)

Denise Rollemborg ressalta esses três pilares que norteiam a vida do exilado: afastamento, exclusão e eliminação. Quando o exilado é privado de viver em seu país ele passa pelo trauma, uma perda de identidade, de não reconhecimento. Essa fissura é sentida e descrita por nossas exiladas, muitas descrevem que o tempo que passaram exiladas foi de procura, procura por elas mesmas, por uma identidade.

A fala de Maria Nakano⁹ se torna instigante para pensarmos este desterramento sofrido por nossas mulheres. Sua narrativa aborda a participação política em oposição ao Regime Militar e ao mesmo tempo o reconhecer a condição de exilada, trazendo profundas transformações na interpretação do mundo a sua volta.

No Brasil eu dedicava 24 horas por dia ao trabalho político. De repente chego ao exterior e me pergunto: o que é que eu vou fazer? Como é que eu vou retomar a minha carreira? Passo a viver todo um problema de identidade. Foi um processo lento. São sete anos já e durante todo este tempo este questionamento tem sido uma constante na minha vida. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.313)

Passaram-se sete anos que Maria Nakano se encontra no exílio e ela nos conta essa dificuldade de viver fora do seu país. No Brasil vivia uma vida ativa na organização, dedicada ao trabalho, na luta pela democracia. Quando é levada ao exílio sua vida se transforma, há uma mudança drástica. Qual caminho percorrer? Voltar a fazer seu antigo trabalho no Brasil? Voltar a estudar? Ela ressalta que mesmo já tendo transcorridos sete anos ela ainda passa pelo problema de identidade, ainda não conseguiu se encontrar no exterior.

Maria Nakano começa sua memória refletindo sobre o que foi ir para o exílio, que dedicava quase que inteiramente sua vida ao trabalho na organização (não deixa claro qual organização participava), e quando seu companheiro foi obrigado a se exilar, entrou a dúvida: acompanhá-lo? Ela não havia construído sua vida em

⁹ Maria Nakano não escreve muito sobre ela mesma, qual a sua participação. Ela se exila no Chile, juntamente com seu marido Herbert José de Souza, conhecido como Betinho.

torno de um homem, mas naquele momento vivia uma indecisão, pensar em si mesma ou no casal? Por fim, decide segui-lo.

Meu companheiro teve que sair, e eu fiquei de segui-lo pouco depois. Vivi uma verdadeira contradição porque, como todos os companheiros do grupo, eu era um ser apenas político, a minha vida era a revolução e a questão afetiva ficava para segundo plano. Comecei a questionar a minha saída e todos acabaram por achar que era fundamental que eu ficasse. Meu companheiro argumentava que era justo eu sair, que também eu tinha problemas de segurança, que ele não tinha deixado o país por uma decisão individual, que deveríamos levar em conta também o aspecto afetivo. E então fui, não sem antes criar toda uma racionalização a volta do problema: você no exterior tem um papel a cumprir, tem trabalhos importantes a fazer. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.313)

A saída de Maria Nakano está ligada à vida de seu companheiro, mas também a sua. Ela não deixa clara qual era sua posição dentro da organização, mas por causa do seu trabalho ela é obrigada a ir para a clandestinidade. Depois de algum tempo na clandestinidade decide ir para o Chile. Para ela, o exílio foi o momento de ponderar sobre sua vida, um momento de transformação, de busca por uma identidade.

Seu testemunho nos deixa transparecer que o grupo do qual participava também tenta fazer imposições. A fala dela deixa isso nítido quando afirma que o grupo achava melhor ela permanecer no Brasil e continuar exercendo suas funções políticas. Porém, ela opta pelo sentimento em relação ao companheiro. A luta era importante, contudo, o vínculo afetivo pessoal é ainda maior.

Penso que é uma experiência duríssima porque você vai perdendo as suas raízes, mas acho que pode ser também uma experiência rica, na medida em que você possa encontrar alguma coisa em que se realize e possa ter uma compreensão política do processo, do que significa estar no exílio. Pra mim, o exílio tem sido isso: este processo de descoberta, de conhecimento, de aprendizagem. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.318)

Nem todas as exiladas têm a mesma avaliação que Maria Nakano. Se para ela o exílio foi um momento de perda de identidade, mas também um lugar de conhecimento, aprendizagem sobre o mundo e de si mesma, para outras como Emília Viotti da Costa o exílio foi apenas um atraso de vida, um momento em que todos os seus problemas pioraram.

Historiadora e professora, Emília Viotti escreveu vários livros como *Da Monarquia à República - momentos decisivos*, *Da Senzala à Colônia*, *A Abolição*, entre outros. Ela foi presa em 1969 e aposentada compulsoriamente da USP por não apoiar a reforma universitária de 1968¹⁰. Exilou-se nos Estados Unidos onde conta como foi a mudança drástica em sua vida.

Para os que ficaram no Brasil e hoje vêem alguns exilados que (por questões muito especiais) conseguiram não só superar a crise inicial do exílio como encontrar relativo ajustamento e mesmo sucesso nos países para onde foram, a situação parece até invejável. Os que vêem os problemas de fora desconhecem a sua natureza trágica: o desemprego, as humilhações de toda sorte, o temor constante da deportação, os problemas de visto, a angústia das famílias separadas, crianças e adolescentes traumatizados, neuroses e receios de toda espécie, e, sobretudo, a infinita solidão e sensação de desenraizamento que sofre todo exilado. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.390)

Essa fala abre o relato de Emília Viotti. Ela descreve que quem está de fora não consegue nem imaginar o que elas passaram, todas as dificuldades, medos, angústia. Suas vidas se tornaram um enigma, sem terem como saber o que ocorreria num futuro próximo. Essa aflição de não ter uma raiz foi algo descrito por ela e por outras exiladas.

Emília Viotti descreve dois motivos que fizeram com que ela saísse do país: o clima de insegurança do país e a falta de condições de trabalho. Segundo ela não dava mais para viver em um país sem segurança, sempre em um clima de tensão, ansiedade. Saía nas ruas e encontrava em todas as esquinas pessoas sendo presas, casas invadidas, além do fato de não poder dar aula e falar o que quisesse, pois tudo era controlado, qualquer ação era vigiada.

Em 1970 foi convidada para trabalhar nos Estados Unidos como professora visitante. No começo não estava claro para ela se era um exílio, pois havia apenas aceitado o convite no intuito de continuar trabalhando, mas com o tempo isso foi ficando mais claro. Ela mudou de uma cidade para outra dando algumas aulas. Passou dificuldades de fazer tudo isso com seus filhos do seu lado, que também sofreram por terem saído do país e ido viver em um lugar do qual não conheciam a língua ou os costumes.

¹⁰ Informações coletadas no site https://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlia_Viotti_da_Costa, acessado no dia 03/04/2016 às 15h40min.

Viotti também narra que foi complicado se adaptar nos EUA. Para ela, como professora e pesquisadora, foi difícil se inserir nessa sociedade, aprender a falar outra língua, dar aula em inglês e principalmente pensar e escrever suas ideias em inglês.

No exílio muito se aprende, mas o exílio é também um atraso de vida: um processo de infantilização, pois que o exilado tem de certa forma de ser 'ressocializado'. Ele (ou ela) tem que aprender uma nova língua e esse aprendizado leva anos. [...] Se vive de palavras (é escritor, jornalista, sociólogo, historiador...), ou porque escreve, sente ainda mais agudamente este problema. E quando, a duras penas, consegue reduzir o número de suas gafes verbais, descobre que não se trata de traduzir palavras apenas, mas toda uma etiqueta. [...] Pouco a pouco o exilado verifica que as mesmas dificuldades encontradas na tradução da linguagem encontram-se na tradução da sua maneira de ser. Toda a sua identidade é questionada. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.394)

“Viver das palavras”, essa frase é marcante na fala de Viotti. No Brasil o uso da palavra estava vetado pelo regime, esta liberdade só reaparece no exterior, e mesmo assim ela ressalta essa dificuldade de transmitir em uma língua diferente o que estava pensando. Outro ponto interessante em seu relato foi a dificuldade de se adaptar ao estilo americano de vida e que a todo momento era preciso mostrar seu valor, até mesmo para dar aula.

(...) o fato de que sou latino-americana era um favor que contava contra mim, mesmo que estivesse sendo contratada para ensinar História da América Latina. [...] Aqui você tinha que demonstrar – inclusive aos alunos – que o fato de você ter vindo da América Latina não significa que você seja tão ou mais competente [...] (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.393)

Suas dificuldades não se traduziram apenas na língua, mas também no cotidiano, no lidar com as pessoas. A dor de ter que aprender uma nova cultura, sua língua, seus gestos, e o pior: com isso “ele [exilados] perde o domínio da sua própria língua” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.394), sua identidade.

Tanto Maria Nakano quando Emília Viotti (e outras exiladas) narram essas angústias, sentimento de desenraizamento, perda e busca de identidade, o não reconhecimento. As dificuldades foram muitas, algumas exiladas chegam a falar que no exílio os problemas se multiplicavam. O que já era trabalhoso no Brasil, no exterior ficava mais complicado.

O exílio não foi vivido de forma homogênea por todas as mulheres, não é possível traçarmos um perfil único de exilada. O exílio variou por causa das saídas,

dos motivos, das posições sociais e políticas. Denise Rollemberg esclarece que ocorreram duas ondas de exílio: a primeira logo em 1964 quando o regime foi instalado, quando saíram principalmente políticos experientes, mais velhos, que estavam na política antes de 1964; e a segunda onda em 1968 com a implantação do AI-5, quando saíram estudantes, uma geração mais nova. Salieta ainda que esses dois momentos de saída proporcionam dois perfis diferentes de exilados.

[...] a geração 1964 sentiu muito mais o golpe como uma derrota do que a geração de 1968, que viveu este impacto com mais intensidade, anos depois em 1973 com o golpe no Chile. Para a geração de 1964, a luta estava muito associada à defesa do passado anterior ao golpe, à preservação de uma tradição que merecia mudanças, nos limites de um projeto de reformas. A geração 1968, ao contrário, negava e desprezava a experiência pré 1964. A luta deveria ser travada em outro patamar, a partir de um marco zero, que julgava inaugurar. O ano 1968 anunciava esta esperança. (ROLLEMBERG, 2004, p.195)

A geração de 64 era composta por pessoas que já estavam na política há mais tempo, a maioria possuía profissões, era casada, tinha filhos, então o exílio não envolveu apenas eles, mas toda a família. Essas narrativas contam sobre as mudanças tais como retirar seus filhos de suas escolas, afastá-los dos amigos e a perda do lugar comum. Muitas mulheres contam que saíram para acompanhar seus maridos como uma maneira de preservarem seus casamentos, manterem suas famílias unidas. Já a geração de 68 era mais nova, a grande maioria de solteiros, estudantes. Eles vão sair do país ainda sem filhos (muitos vão ter seus primeiros filhos no exílio). Tudo isso propiciou que as duas gerações vivessem o exílio de maneiras desiguais.

Elza Freire é um exemplo da geração de 64. Professora e casada com Paulo Freire, dedicou parte de sua vida a lecionar e também a discutir sobre educação, ajudando muito na formação de algumas teorias de seu marido¹¹.

Paulo saiu primeiro, foi para a Bolívia já com o cargo no Ministério da Educação. Em janeiro de 65, eu e os filhos fomos encontrá-lo no Chile. Politicamente eu não tinha problema nenhum. [...] Nem cheguei a pensar em voltar ao Brasil, em terminar a minha carreira. Achava realmente que seria um corte para a família, não só para Paulo como companheiro, como também para os nossos cinco

¹¹ Informações coletadas no site http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/julho2009/ju435_pag12.php, acessado no dia 26/04/2016 às 16h30min.

filhos que eram ainda pequenos. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.201)

Ela saiu em 1965 com os filhos para encontrar o marido no Chile. Como destaca não possuía nenhum problema, não estava sendo perseguida no Brasil, mas como seu marido precisou se exilar percebeu que a única maneira de manter a família junta, de não quebrar os vínculos, principalmente dele com os filhos era segui-lo até o exílio, mesmo que para isso necessitasse deixar seu país de origem, sua casa, sua profissão.

Elza destaca que abandonou tudo, desde sua carreira como professora, sua mãe e seu pai. Que preferiu nem olhar para trás e problematizar tudo o que estava fazendo. Naquele momento pensou em sua família e como deveria mantê-los unidos.

O momento em que eu saí, deixando o meu pai com minha mãe, sabendo que não teria mais oportunidade de vê-los e realmente cortando tudo para enfrentar uma nova vida sem dar a mim mesma o direito de pensar na que havia deixado. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.200)

É interessante, pois temos também o relato de uma das filhas de Paulo Freire descrevendo sua experiência. Conta-nos que ela tinha apenas 15 anos quando acompanhou sua mãe até o Chile para se encontrar com seu pai. Ela descreve que passaram por diversos países, “dos Estados Unidos fui para Genebra, de Genebra para a Argélia, da Argélia para a Polônia, depois para Portugal... quer dizer, foi uma sucessão de mundos diferentes [...]”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.104) O quanto era difícil se estabelecer em lugares diferentes, aprender suas línguas, estabelecer amizades. Fátima Freire Dowbor¹² mostra em seu relato a dificuldade de ser filha de um exilado, que ela não possuía nenhum impedimento, poderia ter continuado no Brasil, mas por necessidade do pai teve que acompanhar toda a família.

O que me dói de vez em quando em tudo isso é ver que em todo esse negócio, pá, eu não tive nenhuma ação direta. Nada, nada. Saí do Brasil, indiretamente... pai exilado e depois continuo no exílio por ser mulher de um bandido. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.104)

¹² Fátima Freire Dowbor é uma das filhas de Paulo e Elsa Freire, saiu por conta do exílio do pai, e permanece nele por causa de seu marido.

Fátima Freire relatou essa “peregrinação” de um país para o outro e ela não foi a única. Os exilados procuraram os mais diversos países para se refugiarem, desde países mais próximos ao Brasil, como Chile (principalmente), Uruguai, Cuba, Argentina, Estados Unidos, até outros para além do Atlântico, como França, Portugal, Suécia. Denise Rollemberg destaca que principalmente a geração de 1964 priorizou os locais mais próximos ao Brasil, pois era mais fácil sair sem visto e sem passaporte ou com documentos falsos.

Muitos da geração 1964 partiram pela fronteira, em direção ao Uruguai, à Bolívia e, em seguida, ao Chile. Não era preciso passaporte, bastava a carteira de identidade, e o controle não era rigoroso mesmo depois de 1968. (ROLLEMBERG, 1999, p.71)

O Chile foi uma das principais escolhas por causa de sua proximidade geográfica e também porque acreditavam que o Chile poderia ser um “espaço de rearticulação do movimento de oposição e enfraquecimento ao regime autoritário brasileiro e pelo fim da ordem capitalista”. (BASTOS, 2007, p.64) Com a queda de Allende, começaram as perseguições a chilenos que pertenciam à militância de esquerda e também aos asilados políticos.

Após o golpe do general Pinochet, os latino-americanos que estavam no Chile foram presos automaticamente, devendo provar sua inocência para serem liberados, tendo como alternativa apenas a condição de aceitarem o retorno ao país de origem. Os que não podiam ou não queriam retornar para o Brasil, por serem apenados ou terem de responder aos IPMs, teriam que provar a “inocência”. (CORTEZ, 2005, p.181)

O cerco se fecha tanto para os exilados brasileiros que estavam espalhados por países latino-americanos quanto para opositores dos governos militares que surgiram nesse período. Por uma iniciativa chilena e com maciço apoio e financiamento dos Estados Unidos, em 1975 foi criada a Operação Condor. Aliança formada entre os países latino-americanos com a finalidade de trocar informações e conter os avanços comunistas na América.

A Operação Condor se baseou na Doutrina da Segurança Nacional (DSN) criada pelos Estados Unidos no período da Guerra Fria, e tinha como objetivo barrar o avanço comunista no mundo e, mais do que isso, utilizar meios para eliminá-lo. A DSN trabalhava muito com a hipótese de que o inimigo era interno e que poderia ser qualquer um; qualquer um que se opusesse. “Nessa concepção o comunismo não

seria um inimigo externo, mas viria de dentro das fronteiras nacionais, o que explica as medidas repressivas tomadas pelos regimes militares para com os seus nacionais” (OLIVEIRA, s.d, p.42)

Oliveira nos mostra que essas operações eram motivadas por essa ânsia de impedir que os movimentos de esquerda crescessem; os países latino-americanos fizeram essa operação com o objetivo de reprimir suas ações.

(...) perseguir e capturar os ditos subversivos de todas as nacionalidades, onde quer que residissem. Cada país membro permitia que as agências de inteligência de outros países membros operassem dentro de suas fronteiras para capturar exilados, interrogar e torturar prisioneiros. (OLIVEIRA, s.d, p.47)

Leta de Souza Alves é uma das exiladas que narra essa angústia de ter passado pelos dois golpes: o brasileiro e o chileno. Seu marido foi preso pela OBAN e vai para o exílio como um dos que foram soltos com o sequestro do embaixador. Leta o encontra no Chile. Ela descreve toda a agonia de ter que sair com quatro crianças do Brasil para a Bolívia, da Bolívia para o Chile e isso tudo sem documentos, dinheiro, sabendo falar muito pouco de espanhol.

Ela decide pela saída do Brasil depois de ter passado pela angústia de ver seus filhos, marido, irmão e até ela mesma serem presos e torturados. Quando vão para o Chile passam pela mesma coisa. Ela narra o tumulto que foi o golpe no Chile, os militares invadindo sua casa, levando seu esposo e filho à força, ela tendo que sair com os outros filhos para uma embaixada. Muitos daqueles brasileiros que foram para o Chile sofreram duas vezes o golpe, a perda de suas liberdades, as perseguições.

Nos primeiros dias depois do golpe, senti uma aproximação maior e quase que uma afinidade com o povo chileno. [...] A Força Aérea Chilena, com o seu aparato blindado, cercou todo o bairro. Ali moravam vinte e cinco famílias brasileiras. Foram direto à nossa; estávamos ali trabalhando. Toda a população entrou em pânico. Os vizinhos das suas janelas, das suas portas, olhavam aquele espetáculo de invasão militar nas casas dos brasileiros, atônitos, porque nunca haviam assistido aquele tipo de repressão. Nós aceitamos no momento como o fato se repetindo, porque já havíamos passado por isso. Os militares permaneceram aí umas três horas, invadiram, saquearam, quebraram. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.180).

“Nós aceitamos no momento como fato se repetindo”, essa fala de Leta é simbólica. Ver tudo se repetir, suas casas invadidas, seus familiares novamente

presos, torturados, sem notícias, sem saber se haviam sido executados ou ainda estavam vivos. E agora um agravante: não estava em seu país. Em um país diferente, carregando seus filhos, ela é obrigada a pedir asilo em uma embaixada e dali torcer para que outro país aceitasse recebê-los.

Ao lermos os relatos destas mulheres notamos que existem diferenças entre as exiladas, mas também aproximações. Mulheres com caminhos tão distintos que se aproximaram por possuírem uma condição em comum: serem mulheres no exílio. Nestes relatos elas narram as transformações em suas vidas, famílias separadas, serviços abandonados e o sentimento de não pertencimento. Porém seus relatos não se limitam e por isso procuramos averiguar um pouco sobre o exílio, as torturas, as prisões e a militância política.

2.2 “Mulheres invisíveis”?: Os papéis das mulheres dentro das militâncias

O exílio proporcionou a essas mulheres um tempo de reflexão sobre suas famílias, sobre o Brasil e também suas militâncias. Nem todas as mulheres por nós analisadas participaram efetivamente de alguma organização, mas algumas que participaram fizeram uma avaliação sobre como foi essa experiência. No exílio, com um distanciamento do Brasil muitas refletiram sobre suas ações dentro de movimentos de esquerda.

A autora Mirian Goldenberg em sua pesquisa sobre as mulheres e a militância trata da ideia da invisibilidade da mulher dentro das organizações. Ela entende que as mulheres não estavam invisíveis, mas sim, que desempenhavam papéis secundários dentro dos movimentos de esquerda. Compartilhando de sua ideia, através das análises das exiladas escolhidas por nós, procuraremos averiguar se muitas se sentiam dessa maneira dentro das organizações; que reflexão elas fizeram sobre o tempo que passaram na militância. Goldenberg enfatiza que a história da esquerda brasileira foi e ainda é escrita pelas trajetórias dos homens, que as mulheres aparecerem apenas como secundárias.

A história da esquerda brasileira foi, e é até hoje, escrita em torno das trajetórias destes "grandes homens". As mulheres aparecem como meras coadjuvantes. Aos homens cabem as decisões políticas (o mundo das idéias) e as ações práticas (o mundo público). Às mulheres, o suporte familiar e caseiro (o mundo doméstico) para que estes homens possam continuar realizando suas "nobres" atividades

políticas. Essa representação sobre o papel secundário (ou de apoio) das mulheres fica evidente no discurso destas militantes sobre suas funções no interior das organizações. (GOLDENBERG, p. 04)

Joana Pedro e Cristina Wolff também destacam a participação das mulheres em atividades como a luta armada, organização de reuniões, coletando informações, ajudando a esconder aparelhos, sustentando casas. Mas que com todas as relevâncias de seus trabalhos, essas atividades e suas participações continuavam sendo vistas como secundárias, abaixo daquelas que os homens desempenhavam.

Elas atuaram na busca de informações, no reconhecimento do espaço para a preparação das atividades, organizaram a camuflagem dos “aparelhos” – casas ou apartamentos utilizados pelos militantes –, transformados em “lares normais” com sua presença; elas atuaram como mensageiras, dentre outras atividades consideradas importantes, porém secundárias. (PEDRO; WOLFF, 2011, p.403)

Marcelo Ridenti em seu livro *O fantasma da Revolução Brasileira* disponibiliza dados interessantes para traçar o cenário da militância brasileira nesse período. Em um dos dados mostra a quantidade de mulheres e homens que estavam inseridos na luta contra a ditadura. A quantidade de mulheres não chega nem à metade dos homens – apenas 16%¹³. Mas mesmo com essa pequena porcentagem é relevante pensarmos como essas mulheres saíram do espaço privado e embarcaram na luta pela democracia. Esses dados e as análises das autoras acima nos ajudam a pensar como é importante o relato dessas exiladas, colocá-las também na discussão sobre a ditadura e a participação da esquerda, não deixar apenas que essa história seja contada pelo sexo masculino. Iremos analisar quatro relatos: de Vânia, Angelina, Sonia e Maria do Carmo Brito, nas quais elas com suas trajetórias diferentes nos contam um pouco mais da vida dentro das organizações.

Vânia¹⁴ rompe com a sua organização ainda no Brasil, eles iriam partir para a luta armada e ela não concordava com isso. Assustada com a situação para a qual o Brasil estava caminhando resolveu buscar outros caminhos no exílio. Grande parte de seu relato se centra na discussão sobre sua participação dentro da organização e como ela funcionava. Descreve o poder que os homens exerciam sobre as organizações e que a mulher era uma espécie de apoio, tendo que cuidar de casa, sustentar seus companheiros.

¹³ Tabela completa se encontra em anexo.

¹⁴ Vânia não coloca seu sobrenome e nem em qual organização participava.

Como mulher, influi a pressão que a organização de homens exerceu sobre mim. É uma coisa muito curiosa – e não sei como isso se passava em outros lugares – mas na minha organização a mulher funcionava como o homem da casa, ou seja, éramos nós que por questões de segurança, matínhamos nossos companheiros. No meu caso, por exemplo, era eu quem tinha um emprego, enquanto meu companheiro lia, estudava, participava. Ele era um profissional! (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.111).

Deixa claro que era uma organização de homens, e que os papéis eram bem divididos: enquanto o homem “trabalhava” intelectualmente, ficava a cargo da mulher cuidar dele e o sustentar. “Homem da casa”. Nessa fala Vânia deixa transparecer que considerava o papel do homem de provedor, ou seja, que ela estava fazendo o papel dele, enquanto aquela que sustenta a casa.

Vânia narra a forma sutil como as coisas caminhavam e dividiam as tarefas, “as mulheres sustentavam os homens e os homens se dedicavam aos grandes trabalhos da revolução” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.111-112). Ela militava também, mas executava tarefas menores. Ficavam para os homens as tarefas mais importantes. Sentia que era um ser inferior que trabalhava para que o ser superior pudesse ler e militar.

O seu relato continua dizendo sobre a insatisfação em relação àquela situação, não se conformando e por isso contestava a ordem imposta, mas logo os demais membros passaram a taxá-la de medrosa, covarde, traidora. Para o homem era dada muito mais a possibilidade de estudar, ler e entender a conjuntura da época e isso fazia com que as mulheres tivessem menos condições de debater. Mas Vânia tinha a clareza de que, mesmo lendo pouco, muitas mulheres tinham uma visão muito maior de mundo do que seus companheiros que ficavam dias e dias trancafiados dentro de casa lendo.

Nesta organização as mulheres tinham pouquíssimas possibilidades de ler, eram muito mais ignorantes que os homens – e são até hoje, porque esse processo continuou no exterior, continuou mesmo. A gente tinha condições de enxergar um pouco mais que eles, mesmo sem ler. Mas o que nos impossibilitava de manter um debate, de impor a nossa posição, era um complexo de inferioridade danado [...] Os homens, os ditos profissionais, ficavam trancados dentro de casa, entre quatro paredes, conversando, discutindo, fazendo longas reuniões, enquanto a história acontecia lá embaixo. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.112).

O exílio proporcionou à Vânia fazer uma análise do período de militância e das decisões tomadas. Conta-nos que naquele momento não conseguiu avaliar que,

por exemplo, estava realmente com medo de sair para a clandestinidade ou para o exílio. Quando contestada ou taxada de covarde assumia essa posição sem realmente refletir se estava com medo.

Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa fundamental de manter as casas. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas a prática todas as mulheres faziam isso. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.113).

Há uma ambiguidade na fala dessa exilada, ao mesmo tempo em que tenta se convencer de que a mulher e o homem tinham papéis de igualdade dentro das organizações, ela mesma chega à conclusão de que no final quem era realmente importante, quem tomava as decisões eram os homens. E ainda complementa:

Em relação à questão das tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema, isto fazia parte do espírito revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.113).

Há uma contradição, ela diz que seu companheiro ajudava nos afazeres domésticos, que isso fazia parte do “ser revolucionário”. Ajudar em casa significava mostrar que existia igualdade de gênero, que havia uma divisão das tarefas e com isso as organizações estavam quebrando com os padrões pequeno-burgueses. Mas, na prática, no dia-a-dia da organização o que importava mesmo era a opinião dos homens, as igualdades só ficavam em casa.

Vânia conta que no exílio as estruturas se mantêm as mesmas, ela saindo para trabalhar e ele em casa lendo. Mas que ela começa a questionar, até mesmo o papel dele como grande revolucionário: “[...] que raio de cara que não vale nada, que não sai para arrumar um emprego. Então aquela imagem que você tinha daquele cara importante que era revolucionário, que era o cara que sabia tudo, que fazia tudo, começa a se diluir”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.116).

Outra crítica tecida por ela era sobre a questão de ter filhos. A organização praticamente proibia (há outras mulheres que relatam que fizeram aborto, pois a

organização mandou, pois não considerava o momento apropriado), pois dizia que o filho minava a participação da mulher; o tempo que ela dedicaria a um filho deveria ser dedicado à organização. No exílio ficou grávida e começou a discutir com o companheiro se teriam ou não. Chegou à conclusão que sim, mesmo sem ele assumir.

Fiquei grávida, queria ter um filho, aí comecei a discutir com ele: você quer ter um filho? Se você não quiser eu vou fazer um aborto. Depois me recompuz: não, nada disso, eu quero ter um filho. Foi neste momento que assumi realmente a posição de quem decide na casa. Aí ele concordou, concordou mas não assumiu". (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.116).

Para Vânia o exílio foi esse espaço de reconstituir seus passos, refletir sobre o tempo na organização e principalmente descobrir seu espaço enquanto mulher. Talvez no Brasil ela conseguisse refletir sobre o seu papel, mas, como no exílio as pessoas vivem um período de instabilidade, as reflexões foram mais profundas.

O próximo relato analisado é instigante, são duas estudantes contando suas trajetórias: Angelina e Sonia¹⁵. O exílio para elas foi um momento de mudanças. O que as une é o fato de Sonia ter sido casada e possuir uma filha com o atual companheiro de Angelina e, até o momento em que narram suas memórias, os três estão vivendo sob o mesmo teto.

Seu relato é em forma de diálogo, fazem uma avaliação de suas vidas antes e depois do exílio. Elas discutem como funcionava a vida afetiva dentro das organizações, onde tentavam quebrar com determinados padrões da sociedade, como o casamento, o sexo, a monogamia.

É engraçado, eu gostava desse cara dentro de uma perspectiva militante. O cara me iluminava, me esclarecia politicamente. Foi uma história sofrida, que não gosto de lembrar. O tal cara tinha ao mesmo tempo uma transação com outra menina. Essa situação não me agradava, mas aceitava toda uma teorização a respeito: a relação monogâmica é uma relação atrasada, burguesa, de propriedade, e a gente precisa romper com isso. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.249).

Angelina narra essa contradição vivida por ela. Gostava de um rapaz e queria um relacionamento monogâmico, mas não poderia, pelo menos não devia. Precisava romper com esses padrões pequeno-burgueses. Os autores Almeida e

¹⁵ Assim como Vânia (e também outras), Angelina e Sonia não colocam seus sobrenomes e nem a qual organização pertenciam. Preferem também não citar o nome do companheiro.

Weis destacam que essa visão vai ser corriqueira entre os jovens do período, de quebrar com esses padrões e estruturas familiares.

O desejo de romper com o modelo burguês de casamento e de família transparece na maneira como várias mulheres envolvidas na luta contra o governo militar iriam depois se referir a suas próprias famílias. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 400- 401)

A fala de Angelina deixa transparecer que quebrar esses modelos não era simples, era uma luta constante consigo mesmo. As organizações avançavam em alguns sentidos, mas em outros voltavam a reafirmar, como por exemplo, o controle do corpo feminino. Sonia ficou grávida de seu companheiro (refere-se a ele como senhor T) e a organização lhe disse para abortar, pois não era o momento devido. “A posição da organização era tirar a criança. “A organização baixou, decidi. A justificativa era a falta de infra-estrutura”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.245).

Sonia e seu companheiro decidiram ir contra a decisão da organização, e passaram a não receber mais nenhuma ajuda, nem mesmo para irem para o exílio. Segundo ela, as organizações viviam de fachadas, na teoria homem e mulher possuíam os mesmos papéis, mas na prática as mulheres eram reprimidas dentro desses grupos, e o exílio foi esse momento de tomada de consciência.

Durante muito tempo eu não tive consciência de que existia uma opressão das mulheres dentro dos grupos políticos. Hoje, vejo que essa opressão existia muito marcada pelo tipo de estrutura de poder, pelas relações de poder que existiam nas organizações em geral. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.249).

Ana Maria Colling também localiza essa contradição, que a igualdade entre as mulheres dentro das organizações ficava apenas no discurso, na prática era completamente diferente. Os homens sempre ocupavam lugares de destaque, ficando a cargo das mulheres papéis secundários.

As próprias organizações não faziam distinção, pelo menos no nível do discurso, entre homens e mulheres: eram todos militantes. No entanto, no cotidiano da atividade política as mulheres militantes tornavam-se namoradas e esposas dos homens militantes, o que demonstra a impossibilidade de eliminar, em que pese ao esforço das organizações, a relação que na sociedade distingue o mundo masculino como espaço público e o da mulher como espaço privado [...] (COLLING, 1997, p.67)

A memória de Maria do Carmo Brito vai um pouco na contra mão das três anteriormente analisadas. Integrante da luta armada, foi participante da Política Operária (Polop), do COLINA, da VAR-Palmares, líder da VPR. Foi a primeira mulher a coordenar uma organização de guerrilha em toda a América Latina¹⁶.

Seu marido Juarez Guimarães Brito se suicidou durante uma emboscada da polícia no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, Maria do Carmo foi presa¹⁷. A decisão de sair do país não foi sua. Seu nome estava incluído na lista de presos políticos exigidos em troca da vida do embaixador alemão. Coloca que não queria deixar o Brasil, mas não teve oportunidade de discutir sobre.

A gente não sabia que ia sair, eu pelo menos não sabia, estava isolada. Íamos ser fuzilados... fizeram alguns fuzilamentos simulados só pra ver a gente aquebrantada, arrebrandada por esta graça... e talvez desse alguma pista pra chegar no alemão ...estupidez, não é? Mas eu não queria sair do Brasil; eu só não falei, eu fico cá, porque isso seria incorreto do ponto de vista político, e apesar de eu estar muito mal, ainda tinha lucidez suficiente para não fazer a cagada. Mas o Juarez estava morto e pra mim não era gracinha nenhuma ir embora do Brasil, era horrível! (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.69).

O exílio e a prisão a transformaram em uma mulher diferente. Fora do Brasil encontrou novos embates para enfrentar, tanto a viuvez quanto viver em um país fechado (expressão dela) como a Argélia. É nesse país que ficou grávida pela primeira vez, mas por decisão sua e de seu companheiro resolveu abortar.

Assim como as outras, Maria do Carmo faz uma avaliação de sua participação dentro das organizações, qual era o seu papel enquanto mulher. Ela também destaca a contradição presente entre o discurso e a prática, que não viam a mulher e o homem como iguais, principalmente dentro de uma organização de luta armada. Chega a questionar que se ela fosse homem talvez a tivessem ouvido.

Se fosse um homem defendendo as mesmas posições, talvez fosse mais ouvido? Não sei. Tenho uma interpretação pessoal a esse respeito. Acho que o fato de eu ter um pouco mais de capacidade política do que a maioria dos militantes da minha organização – não vou ter falsa modéstia nenhuma, não é? – irritava o machismo dos mais burros, sem dúvida. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.78).

¹⁶ Informações coletadas no site https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_do_Carmo_Brito, acessado no dia 26/03/2016 às 14h35min.

¹⁷ Informações coletadas no site <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/278>, acessado no dia 26/03/2016 às 15h55min.

Os participantes da organização eram favoráveis à emancipação feminina, sua inserção no mercado de trabalho, mas por trás disso ainda se encontrava uma cabeça machista que considerava que o lugar da mulher não era dentro dessas organizações. Maria do Carmo destaca que a guerra era para o homem e que a mulher era apenas o repouso do guerreiro.

Mesmo com todas essas contradições, quando ela se exilou estava no comando da VPR, o que era algo diferente, pois os comandos de uma organização eram sempre do homem. Maria do Carmo ressalta que nem ela sabia por que a colocaram como líder, mas com certeza não foi à toa. Estavam em um momento crítico e não iriam escolher uma mulher apenas para falar que havia igualdade dentro da organização.

Agora, claro que não era simbólico. Ninguém ia brincar de botar uma mulher num comando naquela altura do campeonato, com todo o mundo morrendo na prisão e tal... Era a sério. Era porque achavam que devia ser eu mesma. Eu achava que não, honestamente achava mesmo que não. Foi um erro muito grave, mas de qualquer maneira, tava eu. Isso mostra a minha situação objetiva dentro da esquerda, naquela época, dentro de uma organização como a VPR. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.79)

Ela mesma duvidava que devesse estar naquela posição. Não sabemos ao certo quais eram as pretensões da organização ao colocá-la no comando, se era por que naquele momento não possuía mais ninguém capacitado para assumir ou se ela era realmente a mais capacitada ou se estavam querendo passar uma imagem. O importante é que com todas as contradições, com os preconceitos ainda enraizados dentro dos grupos de esquerda, uma mulher conseguiu chegar ao cargo de líder de uma organização de esquerda.

Ana Colling ao entrevistar algumas mulheres para sua pesquisa também chega à conclusão de que poucas mulheres ocuparam o comando de organizações, que esse espaço, mesmo com todas as mudanças, era ainda por excelência um espaço masculino. Aquelas que tentavam quebrar com isso passavam por vários obstáculos para se “adequarem” a esse meio, até mesmo se negando como mulher, e descuidando de sua aparência, como um mecanismo para serem talvez mais aceitas.

(...) a mulher militante negava-se enquanto mulher como forma de ocupar espaços nas organizações de esquerda que se caracterizavam pelo domínio masculino.
[...]

As mulheres entrevistadas, na sua vontade de serem vistas somente como militantes, em detrimento de sua condição feminina, descuidavam-se de sua aparência pessoal. Mas, mesmo assim, sentiam uma espécie de inveja das outras mulheres que se faziam atraentes aos olhos masculinos, porque estas cultivavam atributos tipicamente femininos, como o trato pessoal. Para elas, isto acontecia porque, a partir da militância política, passavam a ter outros valores, e o cuidado com a aparência não merecia lugar nesta nova visão de mundo. (COLLING, 1997, p. 68-69)

Esses fatos não aparecem nos relatos das memórias das exiladas por nós estudadas, mas muitas mulheres, na tentativa de serem vistas como iguais, detentoras do mesmo conhecimento e habilidade dos homens, desvaliam-se de suas aparências e do cuidado com a imagem como uma maneira de serem vistas como os companheiros.

Não conseguimos chegar a uma unanimidade sobre como as mulheres representam seu período de militância, e nem tínhamos essa pretensão. Pelas falas dessas quatro mulheres percebemos que o exílio proporcionou a elas uma avaliação, uma ponderação das atitudes tomadas. O contato com novas realidades, o afastamento do Brasil fez com que elas pudessem olhar de longe e quebrassem com algumas ideias formadas sobre a militância.

2.3 – “O que é que a gente faz?”: Os relatos sobre as torturas

Sob tortura, o corpo fica assujeitado ao gozo do outro que é como se a “alma” – isso que, no corpo pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse à deriva. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pode arrancar de sua vítima a palavra que ele quer ouvir, e não a que o sujeito teria a dizer (KEHL, 2010, p. 131).

Nesses últimos meses o Brasil vem passando por um período de instabilidade tanto econômica quanto política. Dia 17 de abril de 2016 ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do impeachment de Dilma Rousseff. Vimos políticos contrários e favoráveis à presidente, e um fato em si provocou grande perplexidade (principalmente na mídia). O deputado federal Jair Bolsonaro ao declarar seu voto fez uma homenagem ao Coronel do exército e ex-chefe do DOI-CODI do II Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra¹⁸, torturador da então presidente.

¹⁸ Nosso objetivo não é discutir e nem fazer um contraponto entre as falas de Ustra e Bolsonaro com as da nossa documentação, mas nos foi sensível sua fala e como no momento histórico pelo qual o Brasil está passando foi feita uma apologia à imagem do coronel.

Devido a este evento, a OAB pediu a cassação do deputado por falta de decoro e apologia à tortura. Em defesa, o deputado Jair Bolsonaro em suas redes sociais argumentou que não existia qualquer condenação do coronel pelo crime de tortura e, em nota à imprensa¹⁹, argumentou que “(...) existe são apenas acusações de pessoas que não devem ser levadas em consideração, pelo fato de terem interesse em receber indenizações por motivação política.” (O GLOBO, 25/04/2016)

Algo que afirma posição de Bolsonaro é o fato de que Ustra, ao ser convocado pela Comissão da Verdade em 2013, negou que tenha cometido qualquer crime, mesmo tendo sido reconhecido por diversas vítimas como seu torturador. Aqui entra novamente o problema da Lei da Anistia, que não permitiu uma maior investigação sobre esses fatos, dando margem para que o coronel reformado e atualmente deputado federal Jair Bolsonaro pudesse, dentro do Congresso, homenagear o Ustra.

Parte da população ficou embravecida com a falta de sensibilidade do deputado ou até mesmo com a afronta à presidente. Falas como essas deixam transparecer ainda mais que os escritos dessas exiladas nos aparecerem como uma memória de resistência, principalmente contra o esquecimento. Enquanto militares e simpatizantes vêm através de homenagens como a supracitada fazer apologia ao período ditatorial e até mesmo a práticas como tortura, temos de outro lado essas mulheres em suas angústias não deixando que suas memórias caiam no esquecimento.

É preciso lembrar que a tortura não nasceu no Brasil e nem começou a ser praticada em 1964, ela remete a tempos remotos, sendo utilizada para punir e principalmente para retirar informações de adversários. Esse tema está sempre em pauta e provoca discordância de opiniões.

“É necessário explicar [...] que não se consegue combater o terrorismo amparado nas leis normais, eficientes para o cidadão comum. Os terroristas não eram cidadãos comuns.” (USTRA, 1987, p.157). A citação foi retirada do seu livro “A Verdade Sufocada”, onde narra sua versão, aquilo que a esquerda, segundo ele, não contou. Vemos pela fala dele que os militantes não eram considerados cidadãos comuns e como tal não deveriam ser tratados de maneira normal. Percebe-se pelo seu dizer (e de outros também) que entendia que medidas mais drásticas eram

¹⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/oab-rj-aciona-camara-para-pedir-cassacao-de-bolsonaro-por-citar-ustra.html>, acessado em 26/04/2016 as 16:20

necessárias para se obter informações e não considerava principalmente os militantes de esquerda como cidadãos comuns e sim terroristas. Essa discussão nos remonta ao primeiro capítulo quando destacamos que os organizadores do primeiro volume colocaram aquele livro como a memória dos “maus brasileiros”.

Nos relatos temos várias exiladas que descrevem o momento em que foram presas, colocadas em celas frias, torturadas. Uma delas é Saudade. Participante do MCP, Saudade²⁰ descreve que foi na universidade que tomou mais consciência de classe, da miséria da sociedade, dos movimentos sociais, e que no momento do golpe ela estava em Brasília, e que foi um episódio assombroso.

De repente, o golpe. O que é que a gente faz? Foi assim: na noite anterior tínhamos ligado para o Palácio, à meia-noite, depois do futebol, onde a gente tinha ido pra saber como andava as coisas. É que já existia nos arredores dos quartéis um movimento estranho. A resposta: tinham falado com Brasília, tudo ia bem... No outro dia, dia do golpe, fui falar com um padre amigo pra fazer o casamento. Quando voltei vi na rua vários líderes sindicais sendo presos. Fomos então até o Palácio, queríamos saber, conversar com as pessoas informa-nos do que se passava na rua. Foi aí que caímos em nós. Já não voltei mais para casa. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.145).

Grávida, Saudade e seu companheiro ficaram sem saber o que fazer. Logo após o golpe ela não voltou para casa. Escondida, passou por oito lugares diferentes, ficou meses sem ver sua família. No primeiro momento ela foi perseguida e seu marido foi preso, cassado, demitido e aposentado. Depois de solto eles se mudaram para uma cidadezinha do Nordeste, Saudade descreve que foi o seu primeiro exílio. Período importante em que teve seu segundo filho e também se descobriu como mulher.

Saudade foi presa duas vezes, primeiro pelo DOPS e depois pelo exército. Conta-nos que depois da primeira prisão não quis sair do país, mas com a segunda as coisas apertaram. Tinha medo de não conseguir mais ser natural, viver de forma tranquila. Ela percebe que não cabia mais no Brasil e que a solução era deixar o país. “Era como se eu não coubesse mais lá dentro, eu não me cabia mais, por todas as razões não dava mais pra eu ficar dentro. Só nesse momento saí.” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.150).

²⁰ Fica-nos uma dúvida se seu nome é mesmo esse ou se ela está fazendo uso da palavra como uma maneira de demonstrar o sentimento que a tomava.

A experiência da prisão foi marcante, descreve como tratavam as mulheres, as torturas, os militares-torturadores (termo utilizado por ela). Mostra uma indignação porque não entendia como homens se sujeitavam a fazer tamanhas barbaridades, o que ganhavam com isso, porque que se submetiam a isso, que só poderia ser coisa de gente doente, sádica.

Essa exilada faz uma análise muito profunda do que foram seus momentos de tortura, como os torturadores não mexeram apenas com o seu físico, mas também com o psicológico. Como eles manipulavam tudo, desde a maneira de falar, o uso das palavras, o lugar onde as pessoas são interrogadas. Ela descreve as salas de interrogatório, que eram sempre frias, desciam um monte de escadas, que era justamente para os presos associarem à desproteção, solidão, abandono.

Eu acho que isso não é gratuito de jeito nenhum, não é gratuita a forma e a estrutura do local onde você é colocada de acordo com o momento e a situação que está vivendo ali. Você é sempre interrogada em salas frias, sempre desce escadarias, você desce... Pra mim tem muito a ver com o calor, o frio, com o desproteger, não sentir calor, uma coisa uterina. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.151).

Continua contando a forma fria com que as tratavam, além das torturas físicas, como choque, pau-de-arara, que ela explica que lhe lembrava muito o útero (que a fez até mesmo chamar por sua mãe). Eles também “jogavam” com a mente, ora lhe tratando com dureza, ora com delicadeza, e ela ficava sem saber o que pensar ou esperar.

O exemplo da tortura da geladeira é claro. As salas grandes... vai diminuindo, estreitando, até chegar a uma espécie de caixa de útero. Não sei se outras pessoas viram como eu ou se eu vi porque aconteceram comigo coisas estranhas. Tive a sensação de volta uterina, pelo menos no comportamento físico. Estava numa postura uterina e comecei a chamar inclusive pela mãe. Quando saí da geladeira me aplicaram uma injeção, eu sei lá pra que; tava morrendo saí daquele lugar muito ruim, tava um trapo. No outro dia amanheci já descendo pra sala de choque, e tava lá somente o psicólogo. Antes eu nunca tinha ficado sem eles todos juntos. Uma coisa é o cara que dirige, porque tem um que dirige... não me convença de que isso seja gratuito, de jeito nenhum... tem um que é autoridade suprema e tem aquele de voz mansa, que foi a quem mais odiei, porque eu tava uma merda e dizia, por exemplo: “Feche os olhos, deixa ver, tira o capuz, deixa eu ver o seu rosto! Coisas desse tipo, que são o comportamento de um homem com uma mulher, esse tipo de jogo, de esquema”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.151).

Havia um esquema todo montado, ela narra: um que comandava o tipo de tortura e até quando ser torturado; outro que executava as tarefas e um de voz mansa, fazendo o papel de solidário, companheiro. Para Saudade esse último era o pior tipo, o que lhe dava mais raiva, tratando-a com a voz mansa, fingindo estar preocupado com seu estado. Sentiu-se um objeto, sendo usada das mais diversas maneiras e não podia fazer nada, não tinha controle da própria vida.

A maneira como ela descreve revela o quanto essa memória está impregnada. Expõe com uma riqueza de detalhes: os corredores pelos quais passou, a pouca luz, as salas frias, a maneira como a tratavam, um modelo típico de filmes. Saudade coloca que foi no exílio que ela fez uma maior avaliação de tudo que passou, descobriu que esse era o modelo padrão, que muitos militares-torturadores fizeram curso nos Estados Unidos sobre como torturar.

O autor Jacob Gorender ao falar da esquerda durante a Ditadura coloca que é ingênuo pensar que os militares aprenderam com os agentes americanos a arte de tortura, haja vista que tipos de tortura já existiam desde o Brasil Colônia, práticas como o pau-de-arara já eram utilizadas pelos donos de escravos como uma forma de castigo a eles.

É uma tolice a idéia de que os brasileiros aprenderam a tortura com os norte-americanos. [...] Talvez o pau-arara não tenha sido inventado no Brasil, porém se nacionalizou mais do que o futebol, já sendo corriqueira sua citação como método brasileiro na literatura estrangeira (ver, por exemplo, o livro de Edward Peters). O processo de imobilização do pau-de-arara já era utilizado pelos feitores de escravos há dois séculos. (GORENDER, 1987, p.228)

Para Gorender, com ajuda norte-americana algumas repressões foram aperfeiçoadas, como o emprego de equipamentos eletrônicos em algumas operações e também torturas, o uso da geladeira (descrito inclusive por Saudade). Também explica que “Militares e policiais brasileiros fizeram estágio em escolas norte-americanas, onde aprenderam a tirar proveito da informática, a sofisticar a análise de interrogatórios, a matar sem deixar vestígios” (GORENDER, 1987, p.228)

Nosso objetivo principal não é fazer uma catalogação das torturas e nem descrever como eram, mas sim, averiguar como as exiladas as descrevem, como elas passaram por essa experiência. Tanto homens como mulheres passaram pelas mais diversas torturas, e estas foram utilizadas com clareza pelo governo imposto tanto para passar medo naqueles que se opunham ao regime, quanto para coibi-los.

O objeto dos órgãos de repressão, sob o manto da legalidade de defensores da ordem política e social, era dismantlar a oposição de esquerda ao regime militar instituído em 1964, tentando eliminar sua capacidade de intervenção na vida política do país. Para isso, era necessário agir sobre os homens e mulheres militantes que compunham a vida das organizações políticas. (COLLING, 1997, p.79)

Como destacado por Ana Colling, a repressão foi utilizada como uma maneira de cercar os indivíduos que não concordavam com a Ditadura. A violência é utilizada justamente para controlar, para dominar o indivíduo. Homens e mulheres passaram pelas mesmas torturas? Sim, podemos dizer que os “modelos” de tortura praticamente se repetiam entre homens e mulheres (com raras exceções), mas as sensações que causaram podemos dizer que foram diferentes.

Uma prática muito comum na tortura era o despir, praticado para ambos os sexos, mas que a mulher “sentia” de uma maneira diferente do homem. Entendemos que os corpos são moldados histórica e socialmente, assim como a questão do controle sobre estes corpos²¹. Nesse sentido, o despir também se torna um ato de violência e controle sobre os corpos, mas a maneira de sentir essa violência é diferente entre homens e mulheres. Em linhas mais gerais, o despir do homem frente a outro homem se torna menos impactante é algo quase “naturalizado” se pensarmos o ato de andar sem camisa em espaço público. Já para a mulher o controle é mais rigoroso, pois esta deve se guardar, preservar o corpo do olhar público, por assim dizer. Então quando os militares pedem para se despirem, de certa maneira forçam as mulheres a perderem este cuidado, este corpo guardado ao espaço privado que agora se torna “público”; e assim se pensarmos na moral vigente da época este corpo se torna um corpo impregnado pela indignidade, vergonha e porque não pecado.

Foram várias as formas de tortura aplicadas às mulheres. A forma recorrente foi a ameaça de tortura física, de estupro, de prisão e tortura dos familiares. Outras formas foram a humilhação, a tortura física e uma técnica utilizada pela repressão: a nudez e a vendagem dos olhos. (COLLING, 1997, p. 81)

²¹ Lembramos aqui dos escritos de Michel Foucault. Em seu livro Vigiar e Punir o autor elabora uma complexa rede argumentativa expondo as formas do controle tanto sobre o indivíduo quanto pela sociedade. O corpo também faz parte deste controle exercido sobre os indivíduos e em sua outra obra, a História da Sexualidade, Foucault expõe a importância de entender os processos aos quais são submetidos os sujeitos, como sua sexualidade, suas mentalidades e seus desejos também são moldados socialmente e historicamente.

Ana Colling relata que várias de suas entrevistadas narram esse fato vergonhoso, que, além de serem despidas, tinham seus olhos vendados, não podendo ver quem as observava, os olhares que lhes eram dirigidos. Muitas vezes não lhes encostavam, apenas lhes deixavam horas e horas nuas em uma sala, escutando múrmuros e deboches.

A autora ainda destaca essa particularidade de ser mulher, como o tratamento foi diferente. O homem opositor à ditadura tinha cometido um erro de não se adequar ao regime, mas a mulher tinha cometido dois, pois, além de se juntar à luta “masculina”, resolveu abandonar o espaço do privado. A função da mulher era ficar em casa como bela esposa, mãe e não sair para a luta, e que então o regime tinha por “obrigação” docilizar esse corpo, voltá-lo para o devido lugar.

Docilizar o corpo da mulher para sujeita-lo, fragiliza-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura. Era preciso que se entendesse que a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, como virilidade, e não com feminilidade. O homem cometia um pecado ao ser insurgir contra o regime militar, mas a mulher cometia dois: o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a elas destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino (COLLING, 1997, p. 80)

Saudade não é a única mulher que passou pelos percalços da tortura, Joana²² entrou na vida política ainda na faculdade, não menciona a organização da qual participava e nem que trabalho desempenhava, apenas que ficou presa durante oito meses. Descreve sua indignação assim como Saudade frente à maneira como as tratavam. Mais do que narrar os métodos e as dores, indigna-se pela maneira como os torturadores se portavam, isto é, não reconhecerem que aquele ou aquela que estava sentado em uma cadeira de eletrochoque ou no pau-de-arara é um ser humano, que merece respeito e dignidade. Ela também localiza aquele cara prestativo, “cuidadoso”, que perguntava como elas estavam logo após horas e horas de tortura.

Depois de terem me torturado uma noite inteira, um dos capitães veio perguntar como é que estava (depois eles são muito gentis, inclusive um deles chegou a me cumprimentar dizendo que eu tinha um comportamento que muito macho não tinha!). ‘ Mas ninguém te desrespeitou, não foi? ’ Fiquei indignada com aquilo, fiquei olhando assim bestificada... Uma violência terrível, mas se a coisa é feita com

²² Não cita seu sobrenome e nem outras informações pessoais.

espírito profissional, tudo bem”. O que ele queria saber é se alguém tinha feito qualquer coisa sem espírito profissional! Numa das vezes estavam praticamente todos os torturadores da OBAM lá; na hora em que os caras me botaram na cadeira do dragão dois capitães mandaram sair todos os outros, quer dizer, sem roupa era só com capitão, porque os capitães eram os profissionais, tinham responsabilidades... (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.332).

Narra as torturas sexuais de forma um pouco diferente de Saudade, para Joana os torturadores não eram apenas sádicos, via neles uma diferença quando iam fazer alguma tortura com a mulher despida, comportavam-se de maneira diferente, alguns chegavam a ficar constrangidos. Ela fala que não consegue traduzir o que acontecia na cabeça desses homens, mas que com certeza eles passavam por um conflito interno. “Não notei que fossem mais sádicos por estarem torturando uma mulher, notei que era diferente. Talvez fosse mais difícil para eles resolver o conflito brutalidade-respeito; no caso das mulheres”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.333).

Para Joana a prisão foi com certeza um momento difícil, marcante, mas sentia que mesmo estando presa, sendo torturada ainda estava na luta. O exílio para ela foi mais derrota, pois abandonou a luta. Quando ela foi transferida da OBAM para o presídio Tiradentes sentiu um baque, fala que as torturas cessaram, mas o ruim foi ficar longe do movimento, sem saber quem estava chegando, quem ia para o interrogatório.

Joana faz um panorama muito interessante sobre a prisão Tiradentes, descreve como as mulheres eram separadas. Tinha a ala de mulheres que estavam lá por causa de seus maridos, filhos, irmãos; em outra ala as presas políticas. Ela coloca que essa separação não foi feita pela polícia, mas sim, por elas próprias: o “celão” e a “cela de ação”. Havia entre elas essa separação, ou seja, aquelas que estavam por conta própria que participaram da ação e aquelas que estavam presas apenas por conta de algum parente.

A nossa própria organização na Tiradentes era curiosa: havia as mulheres que estavam lá por causa dos maridos ou irmãos. Então essas eram consideradas a ‘base’. Havia uma cela, a maior de todas, que era o ‘celão’ e que era deixada para esse tipo de mulheres. [...] Depois, as celas de quadros intermediários e a cela das ‘grandes’, a ‘cela de ação’. [...] E isso foi se formando assim, ninguém sentou e disse como dividir dessa forma. Inclusive quando ainda estava no DOPS já tinha me dito: ‘ Olha, você vai para a cela tal’... Era o pessoal lá dentro, mais ou menos, que distribuía os espaços, os

carcereiros não impunham você vai ficar aqui, você ali... (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.334).

Após ser presa Joana passou um período na clandestinidade, considera uma experiência muito mais válida do que o exílio, pois continuava na ativa ainda no Brasil, não tinha largado a luta. Ressalta que essa ocasião em que ficou na ilegalidade foi complicada, de muita insegurança; em um momento poderia estar com seu companheiro e, em outro, ele podia sair para comprar algo e não voltar.

“A gente traz um universo cheio de mortes” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.334), essa fala da Joana marca seu relato. Ela descreve que a vida de uma perseguida, presa e exilada é marcada por muitas mortes, perdas e que isso vai se tornando corriqueiro, perdendo o significado. Na clandestinidade quando alguém saía para buscar algo se contava 10 minutos, se não voltasse já era dado como morto. Lembra também que criou um mecanismo de defesa, quando um companheiro morria apenas pensava que ainda bem que ela estava viva.

As falas de Saudade e Joana transparecem o que acontecia dentro das prisões, as torturas pelas quais passavam, o sentimento de impotência por não poderem fazer nada. Leta de Souza Alves relata com pesar os dias em que ficou presa juntamente com sua filha, Sandra. Seu marido foi preso pela OBAN e daí por diante sua vida mudou, desde o momento em que ele foi retirado de casa, Leta e sua família não tiveram mais sossego.

Até o momento em que saíram eu fiquei atrás deles falando: vocês não podem fazer isso, não tem o direito de fazer isso, afinal porque? Então eles me ameaçaram de metralhadora gritando! ‘ Cala a boca senão te levamos também’. O Washington saiu sangrando de casa, algemado e sangrando. Eu pensei – vão matá-lo! – e perguntei: Para onde vão leva-lo? Eles: ‘ Para o 2º Exército’. Ai tive a certeza: foi para o setor de tortura. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.161).

Nessas falas ela descreve os momentos iniciais de seu suplício, ver seu marido sendo arrancado à força de casa, sair sangrando. Seu marido não passou por nenhum tipo de julgamento ou audiência, Leta só conseguiu falar com ele meses depois no DOPS, ele estava com o rosto todo deformado pelas pancadas e surras que recebeu. E não parou por aí, depois de seu marido, sua filha Jesse Jane também foi presa e um pouco depois ela também.

Depois da prisão da filha e do marido era inevitável que iriam vir buscá-la. Leta foi presa dias depois juntamente com sua outra filha de dezoito anos, Sandra. Logo que chegaram à Operação Bandeirante foram levadas para uma sala de tortura e ali passaram a noite inteira tomando choque. “E não teve papo nenhum mesmo, não esperaram nem nada: nos levaram direto para a sala de tortura e ali passamos a noite inteira. Fiquei horas vendo minha filha tomar choque, tomar choque, enquanto me interrogavam”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.163). Queriam que Leta delatasse os planos de seu marido e companheiros, e também onde se encontravam os participantes da organização.

Os primeiros momentos da tortura eram os piores, pois quando um militante era preso era preciso tirar o maior número de informações e o mais rápido possível, para que não desse tempo dos aparelhos serem desmanchados. “A fase inicial da tortura não se coadunava com refinamentos psicológicos de efeito retardado. Precisava ser brutal a fim de provocar choque e obrigar o militante a delatar os seus próximos contatos pessoais e endereços de aparelhos, antes que contatos e aparelhos se desativassem”. (GORENDER, 1987, p. 228)

Leta conta que não sabia de nada, de nenhum plano, mas que mesmo assim continuou sendo torturada. Em uma ocasião passou mal e precisou ser levada para o hospital. Não recebeu nenhuma assistência e até mesmo lá era interrogada todos os dias. No hospital encontrou um militante paralítico e cego pela tortura, que pediu para ela avisar sua família que não iria mais aguentar.

Eu estava numa cela (não fiquei em enfermaria não). Numa outra cela estava um rapaz paralítico e cego pela tortura. Ele gritava pra mim: ‘ O dia em que a senhora sair daqui avise a minha família, não posso, não aguento mais’. E: ‘ Pelo amor de Deus, não deixe que me levem de novo para a Bandeirante porque eu sei que vou morrer lá’. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.163).

O desespero marca a fala desse rapaz e das exiladas, ele preferia até mesmo a morte a ter que voltar para a prisão. Depois de retornar para o Bandeirante ela e Sandra foram transferidas para PE do Rio, 1º Exército, onde novamente foi torturada, juntamente com suas duas filhas, seu irmão e o Colombo (não destaca qual o seu parentesco com ele).

Nesta nova onda de torturas nem sua filha Sandra foi poupada, sendo torturada na frente de Leta para que ela pudesse contar alguma coisa. Lembra de sua filha sendo jogada em uma cela ao lado da sua e ali mesmo os militares a

torturavam, chegando até mesmo a ameaçá-la de estupro. “Ela gritava muito porque entravam e torturavam ali mesmo. A cada momento chegava um tenente daqueles que queria forçar até estuprá-la e tudo.” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.165)

Os autores Maria Hermínia de Tavares e Luiz Weis (1998, p.408) destacam que era uma prática comum pegar os parentes próximos, filhos, pais, irmãos e torturá-los para que os presos falassem alguma coisa, e que foram vários os casos em que o silêncio de algum militante foi quebrado quando um parente foi tomado como refém, ameaçado ou até torturado.

Leta faz todo esse exame no exílio, de como a família sobreviveu às torturas, a esse trauma. Destaca que o exílio foi a solução encontrada por eles depois de saírem da prisão, foi a maneira necessária para sobreviverem, pois até mesmo seus filhos menores que ficaram em casa quando foi presa estavam sendo ameaçados.

Além da tortura física muitas dessas mulheres tiveram seus psicológicos abalados. Algumas nem chegaram a ser presas, antes mesmo já foram para a clandestinidade ou o exílio. É o caso da próxima exilada por nós analisada.

Seu relato é instigante. Temos poucas informações, nem mesmo sabemos seu nome, em qual organização participava. Seu relato é curto, contendo apenas duas páginas.

“Comecei a aparecer pendurada nos cartazes. Fiquei realmente muito assustada e decidi sair do país, sozinha, sem o auxílio da organização”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.207). Essa frase inaugura seu relato; um relato assustado, onde ela narra que sua foto começou a aparecer em cartazes de procurados, como “A Bela do Terror”. Segundo ela, não tinha condições nem de ir ao banheiro, pois sua foto estava espalhada por todas as partes. O terror psicológico passado por ela foi intenso, ficava a todo instante com medo de alguém a reconhecer e ser pega.

Foi bastante difícil porque nem ir ao banheiro fazer xixi a gente podia. Você entrava pra fazer xixi e a primeira pessoa que encontrava era você mesma. Uma vez estava numa cidade que tinha um café, um boteco, uma igreja onde deviam caber umas vinte pessoas, uma rodoviária e lá tava minha fotografia. Fui fazer um xixizinho e quando sento a primeira coisa que vi foi a minha cara desse tamanho assim. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.207).

Já temerosa por ver suas fotos nos jornais, sozinha, sem apoio da organização decidiu deixar o país. Ela destaca que os jornais soltavam sua foto, mas nunca colocava nenhuma acusação e que com isso chegou à conclusão de que estava sendo perseguida por ser mulher.

A ditadura se utilizou de diversas maneiras para coagir aqueles e aquelas que não aceitaram a implantação do regime, indo desde censura aos jornais, toque de recolher, prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos, mortes. A fala anterior nos mostra que para algumas mulheres não precisou nem de violência física para que elas ficassem assustadas quanto ao que poderia acontecer.

Essas exiladas não são as únicas que passaram por torturas e vêm através de seus relatos nos contar essa fase de suas vidas. Outras pode ser que também passaram pelas mesmas experiências na prisão, mas tenham preferido o silêncio, talvez por medo ou por não quererem remoer esses acontecimentos.

Neste capítulo procuramos averiguar como essas mulheres relataram a experiência do exílio, da militância e das prisões. Através de todos esses relatos reafirmamos o quanto é importante para a própria constituição da história atual o depoimento dessas mulheres, que têm memórias que vão de encontro com aquelas ditas durante muito tempo como oficiais.

As mulheres não passaram pelas experiências de forma homogênea. Nem todas viram, por exemplo, o exílio como um momento de transtorno ou atraso de vida; nem todas as mulheres fazem uma avaliação negativa da militância ou do tempo que passaram na prisão. Fica-nos complicado generalizar todas as memórias, mas ao avalia-las notamos a importância dessas mulheres resistirem – até mesmo de uma dor interior de querer não lembrar – e registrarem suas experiências e ajudarem na construção de uma democracia.

Elas quebraram os paradigmas impostos pela época (e por que não afirmados até hoje) de que a mulher está apenas destinada às paredes domésticas, ao cuidado do lar e dos filhos; quebraram com a ideia de que a mulher deva ser “dócil”, passiva. Essas exiladas foram à luta contra a autoridade de um regime imposto, contra o controle de seus corpos, a favor de seu país, de sua família, a favor delas próprias.

CAPÍTULO III: “Foi um pesadelo em cima do outro” ”: Exílio pela perspectiva das sensibilidades: Trauma, Sentimentos e transformações

3.1 – Noções de trauma e a escrita da História

“Se formos até o fundo da minha história de vida, veremos que há uma grande perplexidade. Não sei por que tudo isso. Na verdade, se você pensa um pouco como tudo isso começou em 64... Foi do dia para noite... Foi um pesadelo em cima do outro”.(COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 35)

O título e o excerto acima foram retirados da fala da exilada Maricota da Silva, mulher essa que saiu por conta de seu marido e filho, e conta-nos que não possuía nenhum impedimento, mas que por causa da família precisou sair. Essa é uma fala entre várias outras em que se percebe a angústia que tanto Maricota como as outras exiladas passaram, pois da noite para o dia tiveram suas vidas modificadas.

Nos dois primeiros capítulos buscamos abordar como essas memórias foram produzidas, a importância delas para quebrar o silêncio sobre um período tão conturbado da História do país. Consideramos fontes privilegiadas, pois narram a experiência das exiladas durante a Ditadura e principalmente trazem novos sujeitos para o debate, as mulheres.

Neste capítulo procuraremos ponderar sobre quais foram os sentimentos decorrentes do trauma da ditadura e do exílio. Constatamos que o exílio foi um espaço de mudanças, ganhos e perdas para essas mulheres. Algumas viram essa experiência como recomeço, outras como um atraso de vida. Não há como traçarmos apenas um modelo de exilada e como elas viveram o exílio, o que conseguimos analisar é que as vidas delas foram fervilhadas com os mais diversos sentimentos: saudade, medo, angústia, desilusão, esperança, tristeza, receio, insegurança, humilhação.

Ao lermos nossa documentação notamos ali presentes vidas e mulheres diferentes, algumas com família já formada, profissões, outras ainda se descobrindo. O livro *Memória das mulheres do exílio* é uma reunião de caminhos e experiências diversificadas, o que nos proporciona um olhar mais aprofundado sobre as exiladas, pois não trabalhamos apenas com um tipo. Mesmo com todas as diferenças e

peculiaridades o que nos transparece nos relatos é a noção de uma quebra na vida delas, de um trauma. Trauma esse adquirido na prisão, na clandestinidade, e também no exílio.

Trabalhar a noção de trauma não é algo simples. Até mesmo definir qual o significado dessa palavra é complicado. Trauma é uma agressão? Uma lesão? Uma experiência psicologicamente violenta? Uma experiência emocional desagradável? A autora Maria Inés Mudrovic em um dos seus textos discute sobre a questão de como retratar a história do tempo presente e localiza que o trauma é um dos pontos centrais para essa discussão. Ela destaca que o trauma perpassa desde uma questão física: uma contusão na espinha dorsal, a algo psicológico: um choque emocional súbito e inesperado.

Em sus orígenes la palabra *trauma* se aplicó a los síntomas producidos por una lesión orgánica. La concepción moderna de trauma se originó en el trabajo del médico inglés John Erichsen quién, em 1860, identificó el “síndrome del trauma” em víctimas que sufrían de terror a los accidentes de ferrocarril y los atribuyó a una contusión de la espina dorsal. Sin embargo, el término trauma recibió un sentido psicológico cuando fue empleado por J.M. Charcot, P. Janet, A.Binet, J. Breuer y S. Freud para describir um lesión (“herida”) de la mente causada por un shock emocional súbito e inesperado. (MUDROVIC, 2009, p. 106)

O trauma inicialmente foi tratado apenas a nível físico, algo que se adquiria com um acidente. Com o tempo a noção de trauma foi ampliada e criado o conceito de *stress pós-traumático*, que seria uma desordem da memória, devido a fortes emoções de terror e surpresa. Tal termo foi bastante discutido nos Estados Unidos, que desenvolveram estudos em um período pós-guerra do Vietnã para explicar o comportamento de diversos soldados que voltaram com sequelas na psique, ocasionadas pela guerra. Com o aprofundamento das pesquisas se observa que o stress pós-traumático não atinge apenas pessoas que saíram de zonas de conflito, mas também pessoas que passaram por situações extremas como acidentes, atentados, assaltos entre outros.

El stress postraumático es fundamentalmente um desorden de la memoria. Debido a las fuertes emociones de terror y sorpresa causados por ciertos eventos, la mente se desocia: es incapaz de registrar la herida de la psique porque los mecanismos ordinarios de conciencia y cognición son destruidos. (MUDROVIC, 2009, p. 106)

A vítima é a principal afetada com o trauma, pois foi ela quem viveu a experiência carregando feridas psicológicas e muitas vezes também físicas. LaCapra amplia essa noção, pois, segundo o autor, a vítima é sim a principal afetada pelo trauma, mas ele também atinge todos aqueles que a rodeiam, que conviveram com o paciente.

El acontecimiento traumático tiene su mayor y más claramente injusticable efecto sobre la víctima, pero de maneras diferentes afecta también a cualquiera que entre em contacto con él: victimario, colaboracionista, testigó, resistente, los nacidos a posteriori. Especialmente para las víctimas, el trauma produce un *lapsus* o ruptura em la memoria que interrumpe la continuidad con el pasado [...]. (LACAPRA, 2009, p. 22)

De certa maneira, podemos pensar o trauma por um viés também social. Quando a pessoa vítima de uma situação extrema regressa ao lar ou passa para os cuidados de terceiros, tal experiência passa a ser compartilhada por aqueles a sua volta. O sofrimento de um passa a ser também o sofrimento daqueles que estão a sua volta.

O evento limite produz um rompimento na vida e exprime uma marca no indivíduo; marca essa com a qual tem que conviver o resto de sua vida. Temos exemplos como as vítimas do Holocausto e das ditaduras latino-americanas que carregam sinais visíveis em seus corpos²³ e também psicológicos. Muitos indivíduos não conseguiram conviver com isso, preferindo muitas vezes retirarem suas vidas.

Mudrovic (2010, p.112) alerta que devemos tomar cuidado, pois um relato traumático não é verdadeiramente o que ocorreu, uma vez que ele vem carregado de pesadelos, *flashbacks*, ataques de ansiedade. O passado, portanto, é revivido de forma descontrolada, e o historiador tem que saber lidar com isso para não cometer erros, mas também não relativizar os relatos.

A autora dialoga com Freud²⁴ destacando que narrar o trauma perpassa o *recordar, repetir e elaborar*²⁵. Recordar, ou seja, fazer lembrar; relembra o evento. O que para muitos é sofrido, recorrendo até mesmo ao silêncio e à negação.

²³ Como por exemplo, os números que eram impressos em seus braços dos sobreviventes do holocausto. Primo Lévi, entre outros, conta-nos como é não se sentir mais uma pessoa, mas passar a se reconhecer como um número, algo qualquer.

²⁴ No início de seus estudos Freud se dedicou principalmente à hipnose e à histeria e defendia que o trauma psíquico estava ligado ao ataque histérico. Entre os anos de 1915 e 1920, Freud reformula sua própria noção do conceito de trauma; que ele não estava apenas ligado às histerias, que era algo além. Suas análises são ampliadas por causa dos traumas provocados no pós-guerra, pois

O repetir talvez seja o mais difícil, pois estará revivendo o trauma, os sentimentos e angústias. Freud destaca que o paciente revive tudo de novo, “o que repete ou atua ele de fato? A resposta será que ele repete tudo o que, das fontes do reprimido, já se impôs em seu ser manifesto: suas inibições e atitudes inviáveis, seus traços patológicos de caráter. Ele também repete todos os seus sintomas durante o tratamento”. (FREUD, 2010, p. 151)

E por último o elaborar. Compartilhando com Freud, Mundrovic adverte que esse seria o momento de distinguir o passado do presente. Momento em que o indivíduo teria a capacidade de fazer a separação entre o evento em si e a recordação, conseguindo manter uma distância segura entre os dois, conseguindo assim analisá-los e até mesmo superá-los.

La elaboración – que em su traducción inglesa (working through) conserva la noción de “trabajo” que Freud le diera em a acepción alemana (durcharbeitung) – es una práctica articuladora que, dentro de la relación de transferencia intenta distinguir el pasado del presente. Para Freud, la elaboración designa el componente dinámico de una actividad cognitiva que conduce al reconocimiento cuando está enderezada contra la resistencias. Es decir, la elaboración trata de contrarrestar la fuerza a repetir compulsivamente y transformar la experiencia repetida em um recuerdo, restituyendo la distancia crítica con el presente [...] (MUDROVIC, 2010, p. 113)

Na perspectiva de Freud, o paciente deve passar por etapas para compreender sua vivência, romper com as resistências colocadas pelo seu próprio inconsciente e assim reelaborá-lo. Freud destaca que esse terceiro momento é importante, e é necessário o paciente ter esse período de assimilação dos problemas para que assim possa progredir e até mesmo ultrapassá-lo.

Com frequência fui consultado a respeito de casos em que o médico se queixou de haver mostrado ao doente sua resistência, sem que no entanto algo mudasse, a resistência havia mesmo se fortalecido e toda a situação se turvado ainda mais. Aparentemente, a terapia não estava indo adiante. Essa expectativa sombria resultou sempre errada. Em geral a terapia fazia progresso; o médico tinha apenas esquecido que nomear a resistência não pode conduzir à sua imediata cessação. É preciso dar tempo ao paciente para que ele se enfronhe na resistência agora conhecida,* para que a elabore,* para

aparentemente os sobreviventes da Primeira Guerra Mundial não tinham passado por problemas de ordem sexual, mas sofriam de dolorosos sentimentos.

²⁵ Faz referência à obra de Freud de mesmo nome. Livro: FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: Obras completas volume 10 Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). Paulo César de Souza (trad.), Companhia das letras, 2010. (p.146-158)

que a supere, prosseguindo o trabalho apesar dela [...] (FREUD, 2010,p. 154)

Evidente que seria difícil aplicar os métodos psicanalíticos a nossas fontes. Porém a leitura de Freud nos elucidou alguns pontos em relação ao comportamento de algumas mulheres que passaram por momentos traumáticos. Torna-se nítido no relato destas mulheres o impacto que a Ditadura Militar impôs a suas psiques. A recusa de algumas em responderem aos questionários pode, talvez, evidenciar essas resistências ditas por Freud. Outras, ao omitirem determinadas informações pessoais – para além da própria segurança e dos familiares que ficaram no Brasil – expõem essa possível dificuldade em lidarem com a condição do exílio.

Muitos autores²⁶ ao trabalharem com trauma não apenas conceituam esse tema, mas discutem principalmente a dificuldade de narrar e escrever sobre o trauma. Afinal, estamos lidando com momentos difíceis da vida desses indivíduos. Não há consenso sobre como devem ser narrados esses eventos, mas os autores discutem essa dificuldade e até mesmo impossibilidade de narrar os eventos limites.

LaCapra em seu texto *Escribir la historia, escribir el trauma* dialoga com Hayden White e Ankersmit tentando chegar a uma “solução” sobre como se deve narrar o trauma. Ele ressalta a dificuldade de narrar eventos limites, como por exemplo, o Holocausto e o ataque com bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, pois esses acontecimentos estão carregados de valores, investidos de afetos. E se o historiador não tomar cuidado pode reduzi-los a um simples evento.

Em seu texto a todo instante nos indaga sobre a impossibilidade de se utilizar a ficção para narrar esses eventos, que esse tipo de narrativa não daria conta de abarcar o que de fato ocorreu e que a narrativa histórica (com todos os seus métodos, notas de rodapé) talvez seja aquela que mais conseguiria traduzir os eventos limites. “La nota (al pie o al final) es el correlato de la investigación y su utilización como elemento referencial de ella es um critério útil para diferenciar la historia de la ficción”. (LACAPRA, 2005, p.31)

O autor compreende que o historiador tem que tomar cuidado ao narrar esses eventos, cuidados como, por exemplo, manter distância da vítima, ter um olhar crítico sobre a memória narrada. Esse ponto causa certo incômodo (como já

²⁶ Como historiador Dominick LaCapra em seu livro *Escribir la historia escribir el trauma*; Maria Inés Mudrovic em seu texto *Trauma, memoria e historia*; Hayden White em seu texto *Teoria literária e escrito histórico*; Cecilia Macón e Verónica Tozzi em seu texto *El acontecimiento extremo: experiencia traumática y disrupción de la representación histórica*, entre outros.

destacado por vários historiadores e também por nós em outros momentos do texto), pois estaríamos contestando a narrativa da vítima. Para muitos parece algo incontestável, pois como falar para a vítima que o que ela está contando de fato não ocorreu, ou que determinadas informações foram omitidas ou acrescentadas?

É um trabalho complicado, mas necessário, pois se não iremos atribuir uma aura a essas narrativas e não vamos analisá-las de forma criteriosa, e com isso o historiador estará cometendo um de seus maiores erros: considerando a documentação como uma verdade pronta e acabada.

LaCapra nos dá esse aviso e até mesmo exemplifica com o caso do escrito de Benjamin Wilkomirski, que narrou em seu livro a vida das crianças no campo de concentração. Durante um tempo seus escritos foram aclamados, e considerados o relato mais detalhado sobre o lager. Mas surgiu a possibilidade dele não ter nem pisado em um campo de concentração e muito menos passado sua infância em um.

Os historiadores têm que se utilizar de todos os seus métodos e do rigor da narrativa historiográfica para lidar com esse tipo de fonte, para não relativizá-las e minimizá-las. LaCapra ao analisar Hayden White e Barthes destaca que talvez a maneira adequada de narrar eventos como o Holocausto seria utilizando a “voz media”²⁷.

He señalado en los párrafos anteriores el particular y espinoso giro de la argumentación de White cuando apela a la voz media, que él considera la manera apropiada de “escribir” el trauma. [...] Barthes entiende que la tarea apremiante de la escritura moderna consiste en intentar recuperar discursivamente lo que se ha perdido en la gramática elaborando una voz media o poniendo en acto algo que funcione como la voz media, como alternativa a la voz activa e la pasiva. (LACAPRA, 2005, p. 43)

Não partiremos pelo mesmo caminho que os autores acima de pensar como e qual a melhor maneira de se narrar o trauma. Nosso objetivo principal é reconhecer as dificuldades de se trabalhar com essas documentações, esses autores servem de reflexão para os cuidados que devemos tomar, para não reduzirmos as falas das exiladas a apenas acontecimentos banais, e também não cometermos o erro de considerá-los a verdade acerca da Ditadura e do exílio.

Nosso ponto principal será averiguar como a ditadura e o exílio marcaram a vida dessas mulheres, que traumas foram provocados e que sentimentos

²⁷ A voz media é a utilização de um tipo de voz intermediário entre a voz ativa e passiva. Para eles, ao utilizarmos essa “voz” estaríamos proporcionando uma maior cientificidade aos nossos escritos e também mais cuidado às fontes.

compuseram a vida delas quando tiveram que deixar seu país e seguirem outros caminhos.

El trauma es una experiencia que trastorna, desarticula el yo y genera huecos em la existencia; tiene efectos tardios imposibles de controlar sino com dificultad y, tal vez, imposibles de dominar plenamente. El estudio de acontecimientos traumáticos plantea problemas particularmente espinhosos de representación y escrita, para la investigación y para cualquier intercambio dialógico con el pasado que reconozca las demandas que éste impone a los individuos y lo vicule con el presente y el futuro. (LACAPRA, 2005, p. 63)

Como vemos na fala acima, o trauma é uma experiência que transforma e produz ecos na vida das vítimas e também daqueles que as rodeiam. O trauma produz marcas permanentes e difíceis de lidar e até mesmo curar, interferindo de maneira bem viva no presente.

3.2 – Exílio como lugar sensível

“A memória é responsável não apenas pelas nossas convicções, mas também por nossos sentimentos.” (TODOROV, 2004, p.25)

No primeiro momento desse trabalho nos dedicamos a pensar o projeto de construção do livro *Memória das mulheres do exílio* e a importância dessa documentação para se trabalhar a ditadura brasileira e exílio. A mudança de governo, as perseguições, demissões, prisões, torturas e o exílio marcaram a vida dessas mulheres, deixaram traumas que não foram superados até hoje. Portanto, notamos o quanto é relevante analisarmos quais sentimentos e emoções essas mulheres passaram, e como isso marca até mesmo a maneira como elas escreveram seus relatos e suas perspectivas de futuro.

O autor Stuart Walton destaca que as emoções são algo inato ao ser humano, não é algo que se escolhe ter ou não. O ser humano é carregado de sentimentos, alguns até que não sabíamos que podíamos sentir ou que não esperávamos sentir em determinado momento.

É que as emoções dos seres humanos de todo o mundo são inatas e tão constitutivas e regulares como nossa estrutura óssea, e que isso se manifesta na universalidade das formas pelas quais as expressamos. Por meio de dois tipos de ação muscular, aquelas que resultam na expressão facial e as que controlam os movimentos do

corpo, comunicamos o que sentimos aos outros, em geral involuntariamente, como resultado do instinto animal e não do comportamento aprendido. (WALTON, 2004, p.15)

O autor trabalha as emoções muito ligadas à questão biológica²⁸, aquilo que se pode ver, que o corpo comunica. Não iremos tomar por esse viés, mas é interessante que o corpo muitas vezes expressa alguma emoção que o indivíduo insiste em esconder, como, por exemplo, uma pessoa que insiste em dizer que está tranquila, despreocupada com determinada situação, mas seu corpo se aparenta rígido e sua feição fechada.

Como estamos lidando com documentação escrita, a análise do corpo e das feições não nos é possível, mas através dos escritos e de suas experiências conseguimos notar os sentimentos que abarrotaram a vida dessas mulheres e até mesmo aqueles “escondidos”.

Não iremos trabalhar todos os sentimentos, pois são os mais variados e até mesmo perderíamos o foco, mas daremos atenção àqueles que aparecem com mais frequência nos relatos, e que ajudaram a compor as próprias exiladas. Uma emoção muito sentida pelas exiladas é a humilhação.

A humilhação foi sentida por várias e por motivos diferentes. Pierre Ansart quando trabalha sobre as humilhações políticas e mais precisamente com os casos de terrorismo, destaca que a humilhação é algo desigual, em que se localiza um ator e um agente, ou seja, um que provoca a agressão e aquele que recebe.

[...] entendemos por humilhação uma *situação* particular na qual se opõem, em uma relação desigual, um ator (individual ou coletivo) que exerce uma influência. A situação humilhante é, por definição, racional: comporta uma agressão na qual um sujeito (individual ou coletivo) fere, ultraja uma vítima sem que seja possível uma reciprocidade. A ausência de reciprocidade é aqui essencial. (ANSART, 2005, p.15)

O ator ofende a vítima e na humilhação não há reciprocidade. A maior parte das vezes aquele que foi ofendido se encontra em uma posição em que não pode “revidar” as injúrias. Os motivos das humilhações são os mais diversos e aqueles que as recebem são diminuídos, desrespeitados e desvalorizados.

[...] a humilhação é um *sufrimento*. Ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua auto-imagem, é não ser respeitado. O humilhado se vê e se sente

²⁸ Dialogando com Charles Darwin em seu livro *Expressão das emoções nos homens e nos animais* (1872).

diminuído, espoliado de sua autonomia, na impossibilidade de elaborar uma resposta, atingindo em seu orgulho e identidade, dilacerado entre a imagem que faz de si e a imagem desvalorizada ou difamante que os outros lhe infligem. (ANSART, 2005, p.15)

A humilhação é um sentimento forte nos relatos das exiladas quando contam situações como as prisões e as torturas. Vemos presente esse sentimento principalmente nas exiladas militantes ou ligadas a algum militante, como maridos, companheiros e filhos.

Eny²⁹ entre várias mulheres também saiu por conta de sua família. Seu marido e cunhados foram presos; um deles inclusive foi morto pela polícia. Ela diz que tentou se manter no país, por causa principalmente de seus filhos que eram pequenos. Mas com o passar do tempo a situação ficou insuportável e foi para o exílio.

Ela não chegou a ser torturada fisicamente, mas invadiram sua casa, ameaçaram-na, e foi interrogada para principalmente saberem o paradeiro de seu cunhado, Denival. Na descrição de como a polícia a tratou vemos presente implicitamente a humilhação, o mostrar quem mandava e como ela deveria obedecer.

Eles voltaram a ter problema comigo porque queriam saber se eu tinha contacto com o meu cunhado. Foram em casa um dia porque um rapaz disse que eu recebia dinheiro do meu cunhado. Creio que foi na tortura, porque eu assustei quando vi o rapaz. Ele não podia caminhar, não podia com ele. Nesse dia eles me levaram. Com cinco homens, tudo armado de metralhadora... Chegaram, entram na casa de meus pais, que já tinham idade... foi um desespero muito grande na família. Pra me levar não necessitava tanto homem assim armado de metralhadora, tanta coisa... eu com esse tamanho, né? [...] Às sete da manhã eles falaram que eu podia ir pra casa, mas com uma condição: iam ficar quinze dias me vigiando. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 213)

É montada uma verdadeira operação, os policiais adentram sua casa portando armas, como se Eny fosse uma grande e perigosa criminosa. Como precisavam descobrir o paradeiro de seu cunhado, ela foi levada à delegacia, onde foi interrogada. Não conseguindo nenhuma informação a polícia se instalou em sua casa, e ali ficou por vários dias, vigiando seus passos. “Você vai ao banheiro, ele vai e fica na porta. Dentro da casa da minha mãe! Compravam pão, mortadela,

²⁹ A exilada não coloca seu sobrenome, apenas que precisou sair por conta de seu marido possuir uma participação política (não coloca qual seria), foi preso em 1969 e banido para o Chile.

cerveja e ficaram a noite toda sentados, comendo, fumando.” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 213)

A humilhação é utilizada nesse caso como uma forma de persuadir e constranger tanto Eny quanto a família, para delatarem o irmão de seu marido. A exilada destaca outras situações, como quando seu filho precisou fazer uma cirurgia no olho e os policiais a acompanhavam dentro do hospital dia e noite, pagando até mesmo as despesas hospitalares para que ela contasse.

Outra situação que nos chama a atenção é quando Eny visita seu marido e o encontra em uma situação vergonhosa, todo machucado e utilizando um vestido, pois foi obrigado a despír de suas roupas, podendo apenas utilizar o vestido da mulher.

O meu marido depois disse que foi na tortura, na hora que eles deram com a coronha da arma na cabeça dele, que partiu. Eles deram pro meu marido esse vestido que tinham apanhado na minha casa: “se você quiser vestir roupa, veste isso”. Provocação barata! Tinham deixado o Derly completamente nu. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 213)

Quando seu marido é banido para o Chile, ela juntamente com seus filhos o acompanha. E assim como outras exiladas, Eny vai viver os terrores de um golpe pela segunda vez, quando o governo chileno é derrubado. As angústias e preocupações voltam. Seu marido Derly entra em uma embaixada e ela e os filhos ficam em casa, também esperando a oportunidade de pedirem abrigo. A polícia chilena invade sua casa e Eny novamente passa por situações constrangedoras, sendo humilhada e diminuída enquanto pessoa.

Deixaram a casa de pernas pro ar. Olharam tudo, buscaram, não se conformaram com isso e mandaram que eu, minha cunhada e minha irmã, tirássemos a roupa, ficássemos totalmente nuas dando voltas assim dentro de casa. Eu disse ao policial: porque eu tenho que tirar a minha roupa? (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 218)

A situação é tão estranha e injustificada que Eny tenta levar na graça, ridicularizando o momento. “[...] um deles disse: a gente busca um sinal que os comunistas têm no corpo. Eu comecei a rir, a rir deles e depois disse pra minha sogra: acho que queriam ver a mulher brasileira pelada”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 218)

Ansart destaca que a humilhação é utilizada como um mecanismo de poder, mostrando quem manda e aniquilando a liberdade do outro, como uma forma de

conter os cidadãos. Casos como regimes totalitários utilizavam a humilhação juntamente com a força policial para persuadirem e cercearem os indivíduos que fugiam às regras impostas.

A criação de situações de humilhação é, portanto, uma arma do poder instalado, uma arma estratégica que visa à perfeita docilidade do cidadão. A história do movimento que conduziu a ascensão do regime totalitário nos mostra que a prática da humilhação generalizada, combinada às ameaças policiais, se impôs, conseguindo em particular aniquilar a pessoa, negá-la, para que suas próprias reações naturais fossem destruídas. (ANSART, 2005, p.18)

Vemos com clareza, pela maneira como Eny narrou os fatos, que a ditadura brasileira utilizou esses mecanismos de opressão para cercear os cidadãos. Os sujeitos foram expostos a momentos constrangedores por simplesmente não aceitarem e seguir as regras impostas. A Ditadura Brasileira se apoiou nas prisões e censuras como forma de coibir todos aqueles e aquelas que fugiam à ordem. Como destacado pelo autor, a utilização da humilhação juntamente com a força é um mecanismo perfeito para conter a população.

Eny não é a única exilada que narra situações de humilhações dentro de suas próprias casas, na prisão. No segundo capítulo quando analisamos as falas das mulheres que foram presas e torturadas, constatamos vários momentos em que o governo instalado se utilizou dessas artimanhas para diminuí-las como cidadãs, com agressões verbais, físicas, psicológicas.

Outro caso marcante é da Carmem³⁰. Sua memória é interessante, pois se difere em muito das outras exiladas. Não estava sendo procurada ou perseguida no Brasil e nem seus familiares, ela sai a convite de seu patrão para continuar trabalhando com eles no exterior.

Meu patrão saiu. Foi obrigado. Já trabalhava com ele há quatro anos. Então ele perguntou se eu queria vir. Eu falei; ótimo, é uma oportunidade de conhecer outro mundo, outro meio de vida, de trocar de ar. Não pensei duas vezes. Foi em 1969. Meu filho veio comigo. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 89)

Ela não cita o nome do patrão e nem se ele participava de algum movimento ou por que estava sendo procurado. Ele foge do Brasil deixando Carmem tomando conta da casa. Procurando o paradeiro dele a polícia prende e interroga Carmem.

³⁰ Não temos seu sobrenome, apenas que foi para o exílio convidada por seu patrão.

Ela sente a maneira como eles a trataram, e principalmente percebe que por conta de sua posição social a viram de forma diferente.

Aí eu fiquei apavorada e falei: vou entrar, vou me trocar e já vou para o mundo. Entrei. Tocaram. Olhei pelo olho mágico e não vi nada. Muito peituda, abri a porta. Dois tiras a paisana, com um revólver desse tamanho! Que estupidez pruma mulher sozinha! “Vem mostrar a casa pra gente.” Mas eles já tinham entrado, um foi com o revolver nas minhas costas e o outro passou uma revista no apartamento. Perguntaram pelo meu patrão, eu disse que não sabia mas eles falaram pra mim: “Agora você vai com a gente”. Eu pedi pra me trocar, tava com frio, tinha mudado o tempo. Não é que o diabo ficou na porta do quarto e primeiro ele ainda olhou se eu não podia sair pela janela? (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.90)

Ainda complementa:

Como viram que eu era empregada doméstica me tratavam assim com desprezo. Não me deram comida, me deixaram num terraço aberto num frio louco. Me deixaram o cigarro, mas tiraram o fósforo, fizeram anotar o dinheiro que tinha na bolsa porque tive que entregar tudo. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.90)

Carmem é destituída de todos seus direitos, entram na casa sem pedir permissão, reviram tudo e ainda é obrigada a acompanhá-los. Coloca que não sabia de nada, muito menos o paradeiro de seu patrão, mas mesmo assim isso não impediu de que ela fosse presa e interrogada. Reconhece que recebeu um tratamento diferente, que foi humilhada e menosprezada pelo fato de ser empregada.

Seu relato é composto em forma de entrevista, e quando é questionada sobre como se sentiu ao ser presa e interrogada, descreve a falta de respeito e agressividade com que a trataram e como tinha medo de a matarem e deixarem seu filho sozinho.

Primeiro eu acho que pobre não se mete em política. Eu nunca entrei em política. Não sou de nada não. Gosto de tranquilidade, mas a agressividade deles é demais. Tinha medo era da covardia deles. Por que eles são capazes de tudo, não têm respeito pela vida humana. Podiam me matar e o menino ficava jogado aí sozinho. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.90)

Sentimentos ruins, mas também bons fervilharam na vida dessas exiladas. Carmem passou por dificuldades enquanto ficou no Brasil, pois mesmo depondo a polícia a seguiu durante muitas semanas até ser convidada para ir para a França.

Mas mesmo com as dificuldades, ela vai encontrar no exílio um recomeço, uma vida melhor.

Carmem abre seu depoimento com a seguinte frase: “*Je ne regrette rien*”, “*não me arrependo de nada*”. Ela diz não se arrepender de nada, ter saído do Brasil foi um ganho para sua vida, pôde conhecer um novo país, aprender uma nova língua e cultura, seu filho teve chances melhores do que teria no Brasil.

No exílio ela se descobriu outra mulher. Passou algum tempo trabalhando na casa do senhor R. (como ela chamava o patrão) e depois decidiu ficar na França, mesmo podendo voltar ao Brasil. Quando questionada, Carmem diz que ficou por causa de condições melhores para ela e para os filhos e que ainda pensa se vai voltar ou não.

Célia³¹ é outra exilada que vê o exílio como uma oportunidade de crescer, principalmente intelectual e financeiramente. Participante do movimento estudantil foi presa em 1970, e levada para o DOPS, juntamente com outras companheiras.

Na primeira fase ficamos incomunicáveis. Depois fomos pro DOPS e todas as moças ficaram juntas justamente ao lado da sala de torturas. A gente sabia tudo. Quem é que tava lá, quem não tava. Umas coisas horríveis. A gente passava a noite inteira ouvindo as pessoas serem torturadas, e via companheiros completamente arreventados. Era uma tristeza quando chamavam fulana, saía uma da cela, puta merda, já se sabia, ia pro pau, depois ela voltava, ia outra... Um inferno (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 258)

Além de toda a humilhação da prisão e das torturas, Célia sentiu muito quando saiu da prisão, e os olhares punitivos de seus vizinhos e também dos familiares, de pensar que ela mereceu passar por isso, pois mexeu nas coisas erradas. Chega a contar de seus pais passaram a vê-la de outra maneira e que perdeu seu emprego por conta da prisão.

A família me achou culpada, bastante mesmo. A coisa mais frustrante foi voltar para casa e saber que o tenente fulano de tal estivera lá aconselhando o meu pai. Pedindo que ele se comportasse como polícia, que dissesse os nomes das pessoas que iam lá, que dedasse! Ele chegou a me ameaçar, se fulano aparecer... (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 258)

Pela dificuldade de não conseguir nenhum emprego, Célia aceitou a proposta de ser intérprete na África, ficando lá um tempo e depois indo para Paris.

³¹ Célia não coloca seu sobrenome, e nem dá informações mais pontuais sobre si. Negra, participou do movimento estudantil e foi presa em 1970.

Mas assim como Carmem, Célia acredita que sua ida para o exterior teve mais ganho do que perda. Ela não esconde que passou dificuldades, mas que aprendeu muito; aprendeu uma nova língua, melhor se qualificou.

Na França passou um bom tempo sozinha, vivendo em um quartinho, e essa experiência foi importante, pois refletiu sobre a vida, suas decisões, atitudes e principalmente aprendeu muito sobre si mesma. Para ela, o tempo no exílio foi de descoberta, de descobrir o que ela era capaz de fazer sozinha e conhecer a si própria.

Se eu pensar em termos de pontos positivos e negativos da minha vida no exterior, acho que os positivos superam os negativos. Fiz sempre um negócio de que gosto: lutar, derrubar barreiras. É uma satisfação ver a cada passo que você sobreviveu, que superou os problemas. Meu comportamento em relação às outras pessoas mudou. Foi um grande amadurecimento pessoal. Sou mais calma, tenho mais tato, mais capacidade de entender os outros a partir do momento em que eu questiono a mim mesma. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 260)

Rollemborg fala dessas duas faces do exílio, o *drama* e o *renascimento*. Se por um lado o exílio é o momento de romper com os laços, de se afastar dos familiares e de seu país, para muitas o exílio foi um recomeço, um nascer de novo, o aprender coisas novas e se descobrir.

Um drama e um renascimento, ao mesmo tempo. A distância que faz sofrer é a mesma que permite uma pausa para a reflexão e a aprendizagem, de onde surge uma visão mais clara de si e do projeto pelo qual se lutava. Nesse processo, como ensina a antropologia, o olhar do outro, como um “jogo de espelhos”, leva a uma melhor compreensão de si própria. (ROLLEMBERG, 1999, p.34)

Quando questionada se pretende voltar ao Brasil, Célia deixa bem claro que é o sonho de toda exilada de poder voltar para sua pátria, mas que quer voltar para o Brasil que deixou e não para o que ele se transformou.

Agora, tem uma coisa que eu faço questão de deixar bem claro: acho que o sonho de todo mundo é voltar a viver em sua pátria. E o meu também. Mas, ir agora lá... tanta incerteza, sem saber se é perigoso ou não. A partir do momento em que você toma uma série de decisões, em que assume compromissos políticos, você não sabe mais... Você quer viver em seu país, mas sente que seu país não é esse que tá aí. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 261)

Enquanto para algumas o exílio foi o espaço da descoberta e também de ganhos, para outras foi um retrocesso de vida. Maricota da Silva³² inaugura o livro e seu testemunho é marcante, pois descreve como foi a situação daquelas que saíram apenas para acompanhar seus maridos, e os sentimentos que marcaram tanto essa mudança de vida.

Seu relato é caracterizado pela indignação. “Eu acho que eu nunca estaria aqui se não fosse mulher. Estou aqui porque estou acompanhando marido” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 33), essa fala abre seu relato e marca todo seu depoimento, pois está indignada pelo fato de ter que acompanhar seu marido, de não ter tido nem voz e vez para decidir se queria permanecer no Brasil ou sair.

Notamos que na maior parte de seu testemunho ela fala da sua situação enquanto mulher³³, e da posição que ela ocupava enquanto a “mulher do marido”, aquela que não possuía voz, que apenas estava cumprindo seu papel de esposa de acompanhá-lo, de nunca abandonar a família. Mas o exílio foi um atraso de vida, ela teria escolhido ficar no Brasil. “Se eu tivesse... se tivesse podido escolher, se me tivessem dado o escolher, se me tivessem dado essa possibilidade, eu deveria não, e nunca...” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.38)

Não foi dado o direito de escolha para Maricota, e esse arrependimento está presente desde a primeira à última palavra do seu relato. Ela se torna apenas uma sombra no canto; aquela a quem ninguém consulta nada; apenas a “mulher do marido”. Maricota coloca que deveriam criar esse *status* de mulher do marido, pois nunca se referiam a ela, mas sim, a ela ligada ao esposo.

O único ganho que o exílio lhe proporcionou foi o contato com o grupo de mulheres da América Latina, experiência essa que lhe possibilitou compartilhar com outras mulheres a sua situação, discutir sobre a posição da mulher. Destaca que se talvez estivesse no Brasil não teria despertado consciência.

Percebemos que essa experiência do contato com essas mulheres não acalmou a visão de Maricota quanto ao exílio, chegando até mesmo a descrevê-lo como um luto.

³² O relato de Maricota da Silva abre o livro *Memória das Mulheres do Exílio*, não temos muitas informações sobre ela, não era participante de nenhum movimento de esquerda, saiu por conta da família. Seu marido precisou sair, pois estava sendo perseguido, mas nem o nome do marido ela coloca.

³³ Não iremos ater nossa discussão sobre isso, pois já foi discutido em pesquisas anteriores.

Eu vejo essa ruptura, esse corte com o Brasil, como um luto. Tenho a impressão de que foi Freud que estudou o momento do auge da criação de certos indivíduos, extremamente criativos, ser exacerbado com o luto, e eu tenho a impressão de que o momento em que nós fomos cortadas do Brasil e nos transformamos em pessoas diferentes, fomos transformadas em sombras das pessoas que estávamos acompanhando. Nós éramos pessoas num luto profundo sem mesmo nos darmos conta disso. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.40)

Carmem e Célia problematizam o exílio como um espaço em que se encontraram e puderam refletir sobre elas mesmas, Maricota não pensou dessa maneira. Para ela, o exílio foi um atraso de vida, um período de luto e de perda; perda principalmente dela mesma, de não se reconhecer nem pelo seu nome. “Em suma... socialmente, quem sou eu? Maricota da Silva” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.47)

Casos como de Carmem e Célia são uma exceção à regra, a maior parte dos relatos que compõem o *livro Memória das Mulheres do Exílio* descrevem o exílio de maneira ruim; como um episódio em suas vidas que poderia ter sido pulado. O exílio é visto por muitas como o atraso de vida, o abandono da luta.

Alguns sentimentos se entrelaçam e ficam difíceis de separar, assim como a humilhação, muitas mulheres (principalmente aquelas que tiveram uma luta no Brasil) carregam consigo o sentimento de culpa. Culpa talvez por terem abandonado os companheiros, terem largado a luta e muitas vezes também por terem sobrevivido.

Vânia³⁴ era participante de um movimento de esquerda e rompe com a sua organização, e sente o peso de ter “escolhido” ir para o exílio e abandonar a luta. “Um dos grandes traumas do exílio foi a retratação junto do grupo social, porque eu era a pessoa que errou. Tinha sido aquela pessoa horrorosa, a má das histórias infantis. Eu era a que negou, a que fugiu”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 116)

Ela se autocondenava por ter abandonado a luta e até mesmo ter arrastado seu companheiro e por isso não seria digna de continuar sua vida normalmente. Por ter desbundado, ela própria lhe aplicou uma penitência, de não estudar e se formar no exílio, como uma maneira de se redimir e pagar pelos seus “pecados” cometidos.

Então devia me penitenciar. Foi o meu período de penitência. Não que a organização estivesse lá presente, mas bastava ter uma

³⁴ Vânia não coloca seu sobrenome e nem de qual organização participava. Exila-se no Chile.

peessoa que pra mim já simbolizava o peso daquilo tudo. Eu era aquela desgraçada dentro de um esquema bem cristão de Adão, Eva e a serpente. A penitência foi uma das coisas mais importantes do exílio e só me livre dela bem recentemente. Me sentia culpada e o meu castigo foi não estudar, não me formar, não construir uma profissão. Sempre procurei que meu companheiro fizesse tudo isso, mas nunca fiz. A retratação foi essa, a penitência, o castigo. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 117)

O relato de Vânia é um entre vários que sentem uma grande culpa por terem escolhido o exílio e não terem ficado no Brasil, ou de terem sobrevivido e os companheiros não. Esse sentimento perseguiu várias mulheres e definiu como várias viveram e até que ações tomaram no exílio.

O exilado por ser marcado pelo sentimento de culpa em relação aos que não sobreviveram. Muitas vezes define-se mesmo como *sobrevivente*, figura bastante ambígua: feliz porque não desapareceu numa situação ameaçadora, onde tantos sucumbiram, mas infeliz exatamente por isso, por essas ausências, pela culpa que carrega. O argumento racional, segundo o qual sua morte não mudaria em nada a sorte dos outros, é inútil. A angústia e a opressão desta sensação podem criar problemas psicológicos, dificultando a vida no exílio. A sobrevivência chega a ser percebida como acusação dos mortos, que é na verdade, uma acusação a si mesmo. É um insulto à morte dos que não sobreviveram. A sobrevivência é a deserção. (ROLLEMBERG, 1999, p. 33)

Deixamos por último talvez um dos sentimentos mais marcantes e importantes para a escrita dos relatos, o medo. Sentimento esse que até mesmo barrou várias mulheres de escreverem sobre suas vidas, de colocarem seus nomes. Este temor pode ser construído historicamente e socialmente, como neste caso específico o foi pelo regime de exceção que foi implementado no Brasil.

Este sentimento em específico destoa dos demais devido a sua complexidade e profundidade tanto na psique humana como em seus possíveis usos no campo político e social. O medo, segundo apontam autores como Walton, está relacionado à própria evolução biológica do ser humano. É o instinto de sobrevivência mais primordial que possibilitou a sobrevivência da espécie em um ambiente hostil. Se nos aprofundarmos nos estudos relacionados à parte física poderemos encontrar outras evidências que reforçam a existência deste sentimento e sua ligação com a necessidade de sobrevivência.

O medo é a reação adequada a estas ameaças. Seu nome no inglês, *fear*, deriva da palavra em saxão arcaico que já parece um choro inarticulado, um uivo em que é compactado o significado pelo qual o termo vem a denotar não só uma coisa que deve nos causar

apreensão, mas algo que especificamente está a nossa espera. Em todos os medos há uma sensação de espreita, do que pode acontecer. Os medos nos ensinam que nosso hábitat é minado de potencialidades desastrosas, mas precisamente porque o medo representa as coisas ruins que podem acontecer, mas igualmente as que podem não acontecer, ele também nos vence ao nos fazer temer o que não existe e o inexplicado. (WALTON, 2007, p.27)

Walton ao trabalhar as emoções começa com o medo, sentimento estranho, que provoca sensações antes mesmo de algo acontecer. Ele elabora uma sensível análise deste sentimento e suas implicações tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Um ponto importante a ser destacado é a não unanimidade de se temer algo, ou seja, o medo não é único. Outro ponto são suas incontáveis variações de intensidade partindo dos medos mais infantis às fobias. O medo é um sentimento tão complexo que pode deixar marcas quase irreversíveis na psique humana ou até mesmo no imaginário social – necessitando talvez de anos de reflexões, debates e novas gerações para se reverter determinados traumas sociais.

Podemos pensar a existência deste sentimento de autopreservação e dos pares na fala das nossas mulheres. Evidente que tratar o medo apenas por um ponto biológico seria insuficiente para lidar com a complexidade dos seus respectivos relatos. Nesse sentido, vale ressaltar a ideia do medo como construção social, pois em diferentes períodos históricos observamos a emersão de temores característicos daquela sociedade. Em determinados momentos observamos também o uso do medo como uma forma de controle construído socialmente pelos grupos dominantes³⁵.

Podemos notar que o medo se fez presente tanto durante a Ditadura Militar quanto também no período anterior a ela, pois uma das justificativas dadas pelos militares era o medo em relação a um possível golpe comunista. A partir deste momento podemos notar os desdobramentos deste sentimento como um mecanismo de controle social a partir da forte repressão. No caso específico das nossas mulheres o medo esteve presente na vida delas, desde o momento que

³⁵ Embora não seja o nosso foco devido à distância temporal, vale destacar aqui a discussão de Jean Delumeau sobre o medo no livro *A história do medo no Ocidente*. Ao analisar o papel da Igreja Católica durante o período final da Idade Média e a formação da Idade Moderna, observa-se os medos construídos por aquela sociedade. Grosso modo, podemos notar o papel da Igreja em construir e fomentar determinados medos nas sociedades cristãs europeias para manter seu poder de hegemonia. A perspectiva de Delumeau será por nós apropriada para compreendermos justamente esta ideia do medo enquanto construção e ao mesmo tempo como forma de manter determinados grupos no poder.

muitas foram presas e não sabiam o que viria, se seriam torturadas, mortas; ou quando algumas estavam na clandestinidade, o medo de serem pegas, de não encontrarem suas famílias; ou quando tiveram que sair, o medo do desconhecido, do diferente, o medo de um futuro incerto; entre outros.

Vânia coloca que saiu do Brasil justamente porque estava com muito medo, assustada com toda a situação do país, “Honestamente, revolvi sair do Brasil porque tinha um medo desgraçado. [...] Estava muito assustada...” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 111) Antes mesmo havia rompido com a organização da qual participava, pois acha que assim a polícia não a pegaria, “Fugi mais da organização do que da polícia. Tinha a certeza absoluta que se eu não tivesse contato com a organização, a polícia não me pegava nunca”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 116). O medo fez com que ela tomasse duas iniciativas, primeiro de se desligar da sua organização e, segundo, de sair do país, na esperança de ter sua paz recomposta.

Percebemos o medo em vários casos, até mesmo no silêncio e em determinadas omissões, como por exemplo, o medo de algumas mulheres de colocarem seus nomes e sobrenomes. Ainda que distantes do Brasil, supostamente num lugar que representava segurança, o temor em relação à repressão dos militares se fazia presente. Talvez o ato de se identificar dentro desta obra poderia colocar os parentes e amigos em situação de perigo, caso suas falas estivessem em posse dos militares. A repressão de certa forma atendia a esta dupla função, a eliminação ou o silenciamento através do medo.

Como exposto em outros momentos, algumas destas mulheres partiram para o exílio em decorrência do simples fato de serem esposas de homens militantes. A força repressora recaiu sobre elas a partir do momento que seus maridos ou companheiros foram identificados pelos militares, logo, expor suas falas também oferecia riscos. Como a volta ainda era incerta, a anistia ainda não era eminente, muitas mulheres tinham medo (mesmo longe do Brasil) de serem perseguidas ou alguém de sua família que ainda estava no Brasil.

Maricota é uma delas. Ela justifica a utilização desse pseudônimo por dois motivos, primeiro porque não se reconhecia mais naquela pessoa que havia deixado o Brasil e também por receio. “[...] quando eu peço a você que não ponha o meu nome não é só por não querer mais confusão nenhuma, nenhuma nunca mais na vida”. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p.40-41), ainda complementa

“Eu digo tudo isso mas não me digo. Não assumo dizer nada disso, Maricota da Silva sim. Mas para além do medo do que minhas opiniões possam gerar, certamente há razões pessoais” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 47).

O impacto do exílio na vida destas mulheres é profundo, principalmente visto pelo prisma das sensibilidades. As exiladas passaram por experiências diversas, e suas emoções chegaram aos extremos, sentindo coisas que muitas não esperavam. É difícil precisar os sentimentos passados por essas mulheres devido aos limites impostos pela própria forma e intuitos da documentação. O exílio enquanto lugar de transformação nos evidencia histórias e sentimentos plurais, possuindo desde mulheres olhando com “bons” olhos o exílio, como aquele espaço de descoberta, conhecimento, e outras o interpretando como luto, lugar de punição, atraso de vida, uma má escolha.

A vida das exiladas é marcada com essa experiência de abandonar seu país, largar família, casa, amigos. Os relatos dessas mulheres acompanham suas vivências, então vemos relatos angustiantes, outros raivosos, melancólicos, desabafos. O trauma adquirido por essas mulheres ficaram marcados em suas vidas, interferindo em seus relacionamentos, na maneira como passaram a ver o Brasil, o exílio e suas perspectivas de futuro.

Por outro ponto, pesquisar suas vidas relatadas no livro nos evidencia o impacto traumático da Ditadura Militar brasileira. Já afirmamos isto em outros momentos, mas é importante destacar os significados deste período na vida de determinados sujeitos. A Ditadura deixou marcas profundas não apenas na parte física do reprimidos, mas também na memória daqueles que sobreviveram à repressão.

El trauma es una experiencia que trastorna, desarticula [...] El estudio de acontecimientos traumáticos plantea problemas particularmente espinhosos de representación y escrita, para la investigación y para cualquier intercambio dialógico con el pasado que reconozca las demandas que éste impone a los individuos y lo vicule con el presente y el futuro. (LACAPRA, 2005, p. 63)

É interessante trazer novamente essa fala de LaCapra, pois essas mulheres rompem com alguns sentidos. Como já discutido por nós os eventos traumáticos são difíceis de descrever e também de atribuir significado, esses eventos ficam impregnados na vida de quem passou (e também daqueles que conviveram), produzindo marcas permanentes, que muitas vezes não são cicatrizadas. Compreendemos que em alguns casos (ressalto até mesmo por elas) lhes faltaram

palavras, ou as palavras não eram suficientes para traduzir o que sentiam. Mas mesmo assim essas mulheres, nadando até mesmo contra seus sentimentos de medo, receio de ainda serem perseguidas, fazem o esforço de narrarem suas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de toda esta discussão nos atemos às falas das nossas mulheres na condição de exiladas. O livro que analisamos surge em um momento singular nos debates acerca da Ditadura Militar, momento este de uma suposta abertura política lenta e gradual. Neste processo, a luta pela anistia ganha força e destaque não apenas no Brasil, mas também no noticiário internacional, havendo repercussões na França, Estados Unidos e nas Nações Unidas. Podemos inserir os testemunhos das nossas exiladas como um ponto de pressão neste debate sobre a anistia no Brasil.

A anistia aplicada no Brasil em 1979 trouxe diversas questões pertinentes para o debate, principalmente sobre a forma como foi aplicada. Possivelmente, o fato de haver a anistia dos dois lados, torturadores e torturados, trouxe paradigmas importantes para a sociedade brasileira. Entende-se que no momento final da Ditadura era necessário haver uma discussão sobre este período, ponderar sobre ações tomadas por ambos os lados. Sem incorrerem em uma visão anacrônica percebemos que a escolha tomada foi o caminho do esquecimento, do silêncio.

O caso brasileiro é singular se comparado com outros processos de abertura de regimes ditatoriais como na Argentina e no Chile. Mesmo transcorridos 30 anos ou mais do final destas ditaduras ainda existem processos de averiguação dos crimes cometidos tanto pelo Estado quanto pelos opositores, enquanto no Brasil os debates recentes estabelecidos por determinados setores da sociedade e dos militares optam pelo silêncio e/ou pela crítica as ações governamentais de investigação deste passado.

Passados pouco mais de 30 anos do final da Ditadura Militar, nós, enquanto sociedade, ainda não conseguimos lidar muito bem com este passado. Talvez a revogação da Lei da Anistia poderia ajudar na caminhada pelo esclarecimento dos crimes cometidos naquele período. Porém com uma possível tomada de decisão pela revogação da mesma haveria novas problemáticas tanto históricas, quanto sociais e até mesmo jurídicas. A questão a ser discutida é entender a quem interessa a manutenção da Lei da Anistia e a forma como ela foi aplicada no Brasil, Quais outros interesses estão por trás desta lei? Nós, enquanto sociedade, estamos preparados para estabelecermos este diálogo com o nosso passado recente?

Caminhos secundários foram tomados, principalmente após o ano de 2011, com a eleição de Dilma Rousseff. Vemos as ações como, por exemplo, a criação da Comissão da Verdade, uma maneira de analisar possíveis equívocos cometidos com a promulgação da Lei da Anistia por parte dos militares em 1979. O fato do governo ditatorial autoanistiar aqueles que cometeram crimes como as prisões arbitrárias de diversos militantes, prática de torturas, execuções sumárias e ocultação de cadáver traz ao debate histórico questões importantes que precisam ser esclarecidas.

Infelizmente este trabalho não conseguirá sanar estas e outras questões referentes à Lei da Anistia e seus desdobramentos políticos, históricos e sociais. São várias questões que precisam de um espaço maior e um debate mais refinado para se pensar nos contextos históricos, os campos de disputa sobre este passado, os sentidos produzidos tanto pelos militantes quanto pelos militares e ponderar também a luta dos familiares que estão até hoje buscando respostas sobre o paradeiro de seus parentes desaparecidos. Debate este que faremos em trabalhos futuros.

No decorrer deste trabalho procuramos averiguar a importância dos testemunhos das exiladas e pensar nos mesmos como construção de uma memória sobre a Ditadura. Como é uma obra coletiva temos várias formas ali contidas de interpretar o período, o que nos proporcionou um olhar mais ampliado pelo fato de não termos apenas um perfil de exilada, temos desde mulheres militantes, a donas de casa, estudantes, filhas de militantes, entre outras. Ter todos esses perfis de exiladas foi um ganho a mais, pois pudemos notar as várias faces desse período.

Inicialmente pretendíamos trabalhar com os dois volumes, tanto o primeiro, que continha relatos masculinos e alguns femininos, quanto o segundo, só de mulheres. Com o desenvolvimento deste e a leitura das bibliografias notamos o quanto era importante o relato dessas mulheres, inseri-las no debate político. Durante muito tempo o lugar da mulher era por excelência as paredes domésticas, ali ela poderia desempenhar seu papel de mulher, esposa e mãe. Quando lemos as falas dessas mulheres inseridas na política, entrando para a luta armada, ou até mesmo lutando por seus familiares presos ou por sua liberdade de ir e vir notamos a importância desse livro tanto naquele período quanto hoje.

Concluimos que a fala dessas mulheres é de resistência; resistência contra o apagamento dos rastros, apagamento delas na história. Hoje muito se discute sobre tortura, repressão, mas o registro dessas mulheres (naquele período e hoje

também) é importante para lembramos e dialogarmos sobre o fato de que muitos e muitas não tiveram a oportunidade de contarem suas lembranças e seus sofrimentos.

Notamos que muitas discussões travadas por elas só foram possíveis com o exílio. Lá foi o espaço de tomada de consciência para várias, e isso se deu principalmente em contato com as discussões sobre o feminismo e a participação em grupos como o *Nosotras* e o *Círculo das Mulheres em Paris*, discussão esta que pretendemos levar para pesquisas futuras.

É no exílio que várias dessas mulheres tomaram consciência de classe, de sua participação dentro das militâncias, de que muitas das torturas sofridas se deram principalmente pelo fato de serem mulheres, de estarem se desviando dos papéis que supostamente deveriam desempenhar. Aquelas mulheres que não tinham participação política tomaram consciência do fato de estarem sendo subjugadas pelos homens e de entenderem seus papéis na sociedade.

Não podemos deixar de destacar também o exílio como o espaço da reconstrução, muitas vão forjar suas identidades no exílio. É nesse espaço que se encontram, constituem uma nova vida, reconstroem suas famílias, arrumam novos empregos.

Tanto o exílio quanto os eventos anteriores, como o golpe, a ditadura, perseguições, prisão, tortura exprimiram nessas mulheres uma marca, um trauma e seus testemunhos vêm nos contar todos os sentimentos que perpassaram a vida delas, desde as angústias de terem abandonado seus familiares e o país, às humilhações sofridas na prisão e até mesmo dentro de casa, e o medo constante daquilo que poderia acontecer, as incertezas.

Valendo-nos novamente do conceito de Chartier sobre representação, as autoras ao proporem essa obra queriam não deixar que suas representações sobre o período morressem. Sobre a ditadura temos os mais diversos relatos e há uma disputa pelo estabelecimento de uma memória oficial; temos de um lado os militares tentando legitimar o golpe, a própria ditadura e todos os mecanismos utilizados para se manterem no poder, assim como também os militantes, lutando para que seus esforços não caiam no esquecimento. As batalhas sobre esse período são diversas e as memórias por nós analisadas vêm de encontro, tentando também se inserir no debate, e lutando contra o esquecimento.

Hoje entendemos o quanto esta discussão é válida frente ao que determinados sujeitos alegam sobre este período. A luta destas mulheres não foi em vão. Através de toda dificuldade vivida, todo sofrimento passado, todas as angústias, pesadelos, sonhos destruídos e outros reconstruídos; o seu trabalho que parecia simples, escrever um pouco sobre suas vidas, trouxe esperança. Esperança em narrarem e serem ouvidas, de cumprirem seu dever de memória e principalmente registrarem para as gerações futuras os problemas advindos com a perda da liberdade.

FONTES:

COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES. Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Voz Ltda, 1984.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (org.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia, EDUFU, 2005. p.15-30.

BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil anos 1960-1980*. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2007.

_____. *O Círculo das mulheres brasileiras em Paris: uma experiência feminista no exílio*. 'Usos do passado' – XII Encontro Regional de História ANPUH- RJ, 2006. p. 1-6.

BRUNO, Cássio; GÓES, Bruno. Comemoração de militares termina em pancadaria no Centro do Rio: Manifestantes bloquearam a entrada do Clube Militar e acucaram quem chegava para o evento. O GLOBO, 29/03/2012. Retirado do site: <http://oglobo.globo.com/brasil/comemoracao-de-militares-termina-em-pancadaria-no-centro-do-rio-4446158>, acessado dia 12/12/2014, às 15h10min.

CAMARGO, Ayla. *Mulheres no exílio x esquerda masculina marxista: diálogos (im) pertinentes à base do feminismo brasileiro*. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. Londrina, 2010.

CASTRO, Celso. *Seminário 40 anos do golpe de 1964: 1964-2004: 40 anos do golpe: Ditadura Militar e resistência no Brasil*. Celso Castro [et. al.] (org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. (tradução Maria Manuela Galhardo). 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.

CIURLIZZA, Javier. *Para um panorama global sobre a justiça de transição: Javier Ciurlizza responde*. 2009. Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça. Brasília, v.1, n. 1, p.23-30, jan. / jun. 2009. Entrevista concedida a Marcelo Torelly.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

DANZIGER, Leila. *Shoah ou Holocausto? – A aporia dos nomes*. Publicado em Arquivo Maaravi, Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, nº1, v.1, outubro de 2007.

FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes. *A Ditadura Militar no Brasil: as disputas pela memória. ‘Usos do Passado’* — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ. 2006. Retirado do site <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Joana%20DArc%20Fernandes%20Ferraz.pdf>, acessado no dia 11/09/2012 às 10h51min.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FICO, Carlos. “*Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47, pp. 29-60.

_____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

_____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *Memória, História, Testemunho*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res) sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 85- 94

GUAZZELLI, Dante Guimaraens. *O dever de memória e o historiador: uma análise de dois casos brasileiros*. Ed. nº 4, ano II. Porto Alegre, 2011.

GIANORDOLI-Nascimento, Ingrid Faria. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Zeide Araújo Trindade, Maria de Fátima de Souza Santos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. *Mulheres & militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada*. *Revista Estudos Feministas*. vol. 5, nº 2, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo. 1987

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAROCHE, Claudine. *A condição sensível: formas e maneiras de sentir no Ocidente*. (tradução de Jacy Seixas e Vera Avellar Ribeiro). Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

KARNAL, Leandro / TATSCH, Flavia Galli. "A memória evanescente". In: PINSKY, Carla Bassanezi [et all] (Org.). *O historiador e suas fontes*. Editora Contexto. 2009. p. 9-27

LACAPRA, Dominick. *Historia y Memoria. A la sombra del Holocausto*. In. *Historia y Memoria después de Auschwitz*. 1ª ed. Buenos Aires. Prometeo Libros. 2009.

_____. "Representar el Holocausto: reflexiones sobre el debate de los historiadores". In. *En torno a los límites de la representación. El nazismo y la solución final*. FRIEDLANDER, Saul (org.) 1ª ed. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes. 2007.

_____. *Escribir la historia, escribir el trauma*. 1ª ed. Buenos Aires. Nueva Visión. 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, Adail Ivan de. *Desafia o nosso peito: Resistência, tortura e morte durante o regime militar brasileiro: as quedas na guerrilha urbana e os desaparecidos na insurreição do Araguaia: subsídios para a comissão da verdade*. Rio de Janeiro: Consequências, 2011.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* trad. de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

_____. *Os afogados e os sobreviventes*. trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MACÓN, Cecilia; TOZZI, Verónica. “El acontecimiento extremo: Experiencia traumática y disrupción de la representación histórica”. In. *La comprensión del Pasado: Escritos sobre filosofía de la historia*. BRAUER, Manuel Cruz (org.). Barcelona. Herder. 2005. (pp. 111- 129)

MARCO, Valeria de. *A literatura de testemunho e a violência de estado*. Lua Nova, nº 62, 2004.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *História e Memória: algumas observações*. Retirado do site: http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf, acessado no dia 29/03/12 às 13h51min.

MUDROVCIC, Maria Inés. “Trauma, memória e história.” In. *La historia desde la teoria: Uma guia de campo por el pensamiento filosófico acerca del sentido de la historia y del conocimiento del pasado Vol. II*. BRAUER, Daniel (org.). Buenos Aires. Prometeo Libros. 2009. (pp 105-115)

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

OLIVEIRA, Luciana. *Ditadura militar, tortura e história : A “vitória simbólica” dos vencidos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 26, nº 75, 2011.

OLIVEIRA, Raísa Gomes de. *Operação Condor: o terrorismo de estado no Cone Sul e o papel hegemônico dos Estados Unidos*. RICRI vol. 1, n.1, s.d. p. 30-52

PAIVA, Tatiana Moreira Campos. Memórias de uma herança: a experiência de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar. In: SANTOS, Cecília McDowell [et al.]. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo. Vol. II. Aderaldo & Rothschild Editores. 2009. p.135-150.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos* 15(3):398-405, Setembro/Dezembro, 2011.

PINTO, Julia Kertesz Reunault. *O direito à memória e à verdade e os direitos humanos: o caso da “Guerrilha do Araguaia”*. Retirado do site: http://www.fd.uc.pt/hrc/pdf/papers/JuliaKertesz_Ensaio_VF_PG2011.pdf, acessado dia 04/03/2016 às 22h32min.

QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exilados latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p.119-139

REIS, LIVIA. *Testemunho como Construção da Memória*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e Direitos Humanos, nº. 33, 2007. p. 77-86.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução brasileira*. 2.ed. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Vidas no exílio. In: *Seminário 40 anos de Golpe de 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p.192-206.

_____. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RONIGER, Luis. “Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados*:

história e memória dos exilados latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.31-64

ROSELEN, Eloisa. *Deslocamento, classe e gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)*. Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”. Florianópolis, 2014.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Nilson Moulin (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SALES, Jean Rodrigues. *Ditadura militar, anistia e a construção da memória social*. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). *A luta pela Anistia*. Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo. 2009. p. 21-31

SANTOS, Cecília MacDowell. *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Cecília MacDowell Santos [et. al.] (org.). v. II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a História e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, Memória e Literatura*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. *Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. PSIC. CLIN., vol. 20, nº1, Rio de Janeiro, 2008. p.65-82

_____. *Testemunhos da Shoah e literatura*. Retirado do site: http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf, acessado dia 03/03/2016 às 22h47min.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos (In) elásticos da memória: reflexões sobre a memória história. In: SEIXAS, Jacy Alves de (org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 59- 77.

_____. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: *Memórias e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Stella Bresciani e Márcia Naxara (org.). 2ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA, Haike R. Kleber da (Org). *A luta pela Anistia*. Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo. 2009.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política*. São Paulo: Annablume, FAPESP 2008.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 6 ed. Rio de Janeiro: Pais e Terra. 1988.

TELES, Edson. Políticas do silêncio e interditos da memória na transição do consenso. In: SANTOS, Cecília McDowell [et al.]. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p.578-592

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.) São Paulo: Boitempo, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo É História. 1982.

_____. *As falácias do revisionismo*. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 19, p. 27-48, 2004.

TOZZI, Verónica. *The epistemic and moral role of testimony*. In. *History and Theory* 51 (February 2012). Wesleyan University. 2012. (pp. 1-17)

UCHÔA, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (org.). *Memórias do exílio, Brasil 1964-19?? – De muitos caminhos*. São Paulo: Editora e livraria Livramento Ltda. 1978.

WALTON, Stuart. *Uma história das emoções*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ANEXO I

Quadro 6 – Organizações de esquerda no Brasil. Conforme o sexo dos processados judicialmente, anos 1960 e 1970.

		Feminino	Masculino	Total
*	ALA	20(16,0%)	105(84,0%)	125(100%)
*	ALN	76(15,4%)	416(84,6%)	492(100%)
	AP	127(27,0)	343(73,0%)	470(100%)
*	COLINA	8(14,8%)	46(85,2%)	54(100%)
	CORRENTE	12(16,2%)	62(83,8%)	74(100%)
	DI-DF	1(2,9%)	33(97,1%)	34(100%)
	DVP	10(25,0%)	30(75,0%)	40(100%)
	FALN	4(8,2%)	45(91,8%)	49(100%)
*	FLNe	0(0,0%)	10(100%)	10(100%)
	G.de 11	0(0,0%)	95(100%)	95(100%)
*	MAR	1(4,8%)	20(95,2%)	21(100%)
	MEL	2(12,5%)	14(87,5%)	16(100%)
*	MNR	0(0,0%)	18(100%)	18(100%)
*	MOLIPO	4(40,0%)	6(60,0%)	10(100%)
	MR-21	0(0,0%)	22(100%)	22(100%)
*	MR-26	0(0,0%)	15(100%)	15(100%)
*	MR8	30(18,9%)	129(81,1%)	159(100%)
	MRM	1(14,3%)	6(85,7%)	7(100%)
	PCdoB	47(18,1%)	212(81,9%)	259(100%)
	PCB	32(4,7%)	655(95,3%)	687(100%)
*	PCBR	41(18,9%)	176(81,1%)	217(100%)
	PCR	1(3,0%)	32(97,0%)	33(100%)
*	POC	41(29,9%)	96(70,1%)	137(100%)
	POLOP	15(17,6%)	70(82,4%)	85(100%)
	PORT	21(14,9%)	120(85,1%)	141(100%)
*	PRT	8(26,7%)	22(73,3%)	30(100%)
*	RAN	13(34,2%)	25(65,8%)	38(100%)
*	REDE	4(17,4%)	19(82,6%)	23(100%)
*	VAR	47(17,4%)	223(82,6%)	270(100%)
*	VPR	35(24,1%)	110(75,9%)	145(100%)
*	V.Grupos	59(17,0%)	289(83,0%)	348(100%)
*	Total da esquerda armada	387(18,3%)	1.725(81,7%)	2.112(100%)
	Total com sexo conhecido	660(16,0%)	3464(84,0%)	4124(100%)

Fonte: BNM

* Organizações típicas da esquerda armada urbana.

ANEXO II

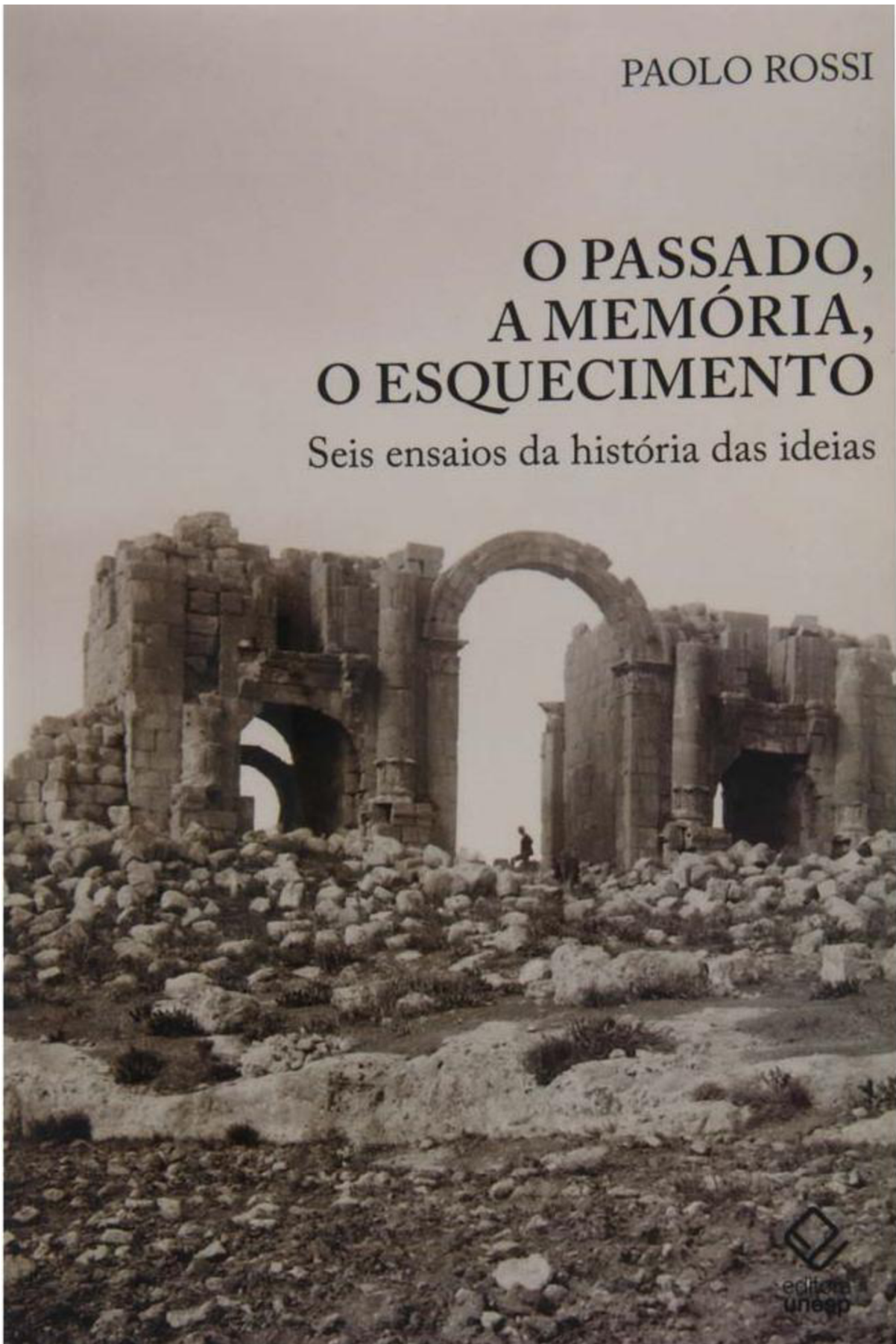


Imagem 1: Capa do livro ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora Unesp, 2010